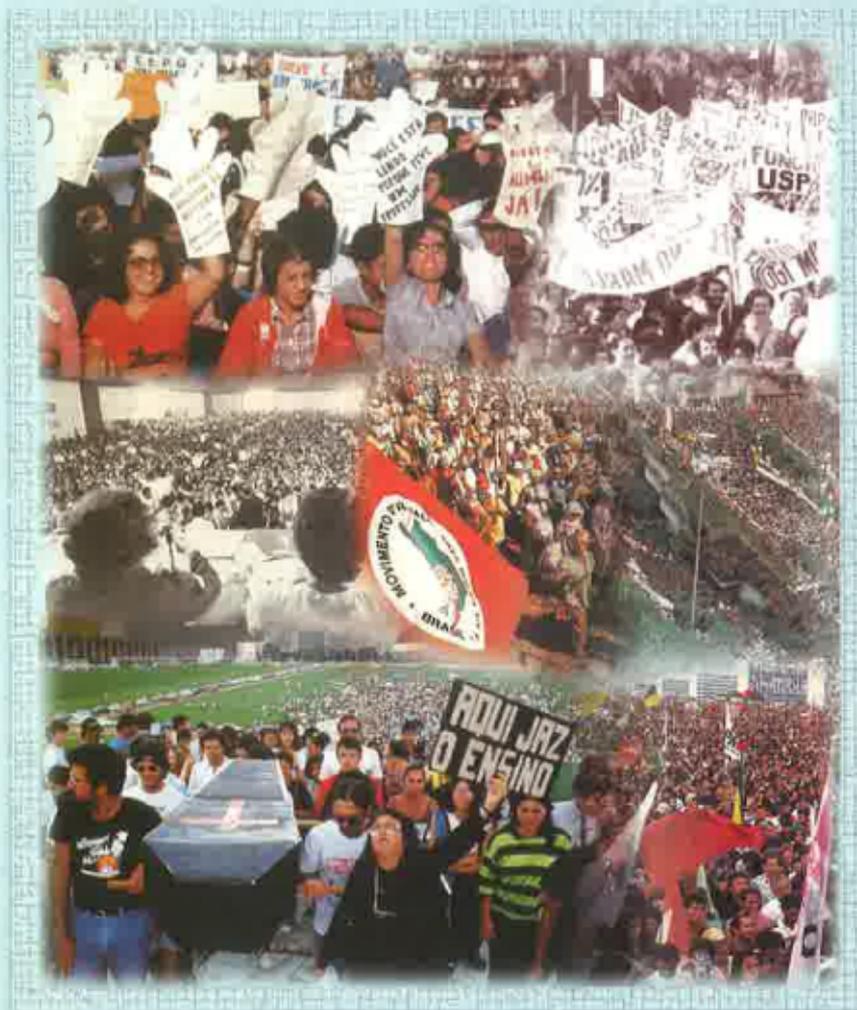


Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes - SN - Dezembro 1996 - Nº 8

ENTREVISTA
Paulo Renato Souza



AduSP 20 anos

• EDIÇÃO ESPECIAL •

APRESENTAÇÃO

Este ano, os docentes da Universidade de São Paulo comemoram duas datas marcantes: os 40 anos de fundação da Associação dos Auxiliares de Ensino e os 20 anos da Associação dos Docentes da USP (Adusp). A primeira entidade, surgida em 1956, após a redemocratização do país com a derrocada do Estado Novo, dava início à organização dos docentes na universidade, encaminhando e estimulando sua participação nas lutas pela valorização de seu trabalho. Com o golpe de 1964, a Associação acabou perdendo sua força por razões várias. Em 1976, quando trabalhadores, estudantes, grande parte da intelectualidade e da Igreja começam a reagir contra os horrores da ditadura militar, os professores da USP retomam a sua luta e transformam a antiga entidade na atual Associação dos Docentes (Adusp), que acaba de completar seus vinte anos. Diante da importância desses eventos, a revista da Adusp, em sua última edição de 1996, publica uma edição especial, mostrando um pouco da história das mobilizações dos docentes da universidade e o papel das associações no encaminhamento das lutas travadas ao longo desses últimos 40 anos. Vários articulistas foram convidados para analisar os últimos 20 anos de atuação da Entidade. Nesse período, a sociedade brasileira passou por transformações aceleradas, sobretudo na área econômica. De país agrário, exportador de matérias-primas e com uma população predominantemente rural, até os anos 50, o Brasil se transforma radicalmente, levando cerca de 75% de seus habitantes a viver nas cidades, doze delas com mais de um milhão de habitantes. Essas mudanças, entretanto, acabaram por concentrar fortemente a riqueza, nas duas últimas décadas, em níveis sem precedentes na história do país. Paradoxalmente, tanto a industrialização, quanto a urbanização, sinônimos de melhor qualidade de vida nos países desenvolvidos, acabaram agravando os problemas sociais enfrentados pela maioria dos brasileiros. O período anterior a 1976, é abordado num encarte especial que resgata uma entrevista com vários integrantes da primeira diretoria da Adusp.que compreende. Esta edição especial traz, ainda, artigos avaliando as transformações políticas, educacionais e sindicais ocorridas entre 1976/96. A transição, que vai do abrandamento da censura aos meios de comunicação, da retomada das lutas sindicais contra o arrocho e por melhores condições de trabalho, em 1979, até às conquistas das liberdades democráticas, com a derrocada final da ditadura, também foi abordada pelos articulistas. Convidamos também todos os ex-presidentes que dirigiram a Adusp, nos seus 20 anos de existência, para fazerem uma avaliação crítica de suas atuações. Seis deles aceitaram prontamente a idéia e seus textos estão publicados na seção "Presidente Adusp". O jornalista Igor Fuser, editor da revista Veja, faz um retrospecto político do Brasil, Moacir Gadotti, ex-professor da USP, analisa a educação nacional e os professores Warwick Estevam Kerr e José Goldemberg traçam um retrato da Universidade de São Paulo, entre 1976 e 1996. Carlos Malhado Baldijão, Lígia Marcondes Machado e José Luís Pio Romero traçam o perfil da Adusp enquanto entidade sindical, a sua importância no cenário nacional e o relacionamento do Fórum das Seis Entidades Representativa de Docentes e Funcionários da USP, Unesp e Unicamp com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

DIRETORIA

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloísa D. Borsari, Valéria De Marco,
Primavera Borelli, José Nivaldo Garcia, Antonio César Fagundes,
José Marcelino Rezende Pinto, Ozírde Manzolli Neto.

Comissão Editorial

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Fernando Leite Perrone,
Francisco Gorgônio da Nóbrega, Jair Borin, Khaled Goubar,
Lígia M. Marcondes Machado, Nelson Achcar, Nilza Nunes da Silva,
Norberto Luiz Guarinello e Zilda M. Gricoli Iokoi.

Editor: Marcos Luiz Cripa vd
Editoração eletrônica: Luís Ricardo Câmara e Maria Cristina Waligora
Capa: Doriana Madeira (Dmag)
Ilustrações: Osvaldo
Projeto Gráfico: Dmag - Artes Gráficas
Revisão: Francisco José Mendonça Couto
Secretaria: Alexandra Moretti Carillo e Rogério Yamamoto
Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos
Fotolitos: Bureau Bandeirante
Gráfica: Poolprint
Tiragem: 9.000 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374
Cidade Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900
Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466
Fax: (011) 814-1715

A **Revista Adusp** é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas desde que os textos inéditos sejam entregues em disquete e tenham no mínimo dez mil e no máximo vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial, que decidirá sobre seu aproveitamento.

ÍNDICE

6
VINTE ANOS DE UMA HISTÓRIA SEM FIM
Igor Fuser

14
ESTADO E SINDICALISMO DOCENTE
20 ANOS DE CONFLITOS
Moacir Gadotti

21
A USP NESTES ÚLTIMOS ANOS
Warwick Estevam Kerr

24
USP – AS ÚLTIMAS DÉCADAS
José Goldemberg

28
ENTREVISTA
Paulo Renato Souza

36
JUDITH KARDOS KLOTZEL (85-87)

38
FRANCISCO MIRAGLIA (87-89)

42
FLÁVIO AGUIAR (89-91)

45
JOÃO ZANETIC (91-93)

47
OTAVIANO HELENE (93-95)

49
MARCO A. BRINATI (95-97)

52
DITADURA DO PENSAMENTO ÚNICO
A ADUSP E A CONJUNTURA NACIONAL
Carlos Eduardo Malhado Baldijão

56
SENTINELA
Lígia Marcondes Machado

59
O FÓRUM DAS SEIS
E O FUTURO DAS UNIVERSIDADES
José Luís Pio Romera

63
A CRIAÇÃO DO IEA
Alberto Luiz da Rocha Barros

64
GALERIA

1976-1996

VINTE ANOS DE UMA HISTÓRIA SEM FIM

Igor Fuser

Mil e novecentos e setenta e seis, marco da fundação da Adusp, está longe de ser aquilo que se costuma chamar “um ano inesquecível” – exceto, espera-se, para os professores da USP. O ano não assinala o princípio nem o fim de alguma era. Começa com a cassação de três deputados: os paulistas Marcelo Gatto e Nelson Fabiano, acusados de comunistas, e o carioca Lysâneas Maciel, que denunciou esse ato como uma confissão, pelo regime militar, de que “a força é a única maneira de se manter no poder”. E termina com a “chacina da Lapa”, em que três dirigentes do PCdoB – Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drummond – são mortos ao final de uma reunião do partido. É o ano em que o presidente Ernesto Geisel é chamado de “fasciste” por estudantes durante visita a Paris. São proibidos no Brasil o Balé Bolshoi, por ser russo, os desenhos eróticos de Picasso, por serem eró-

ticos, e a palavra dos candidatos a prefeitos e vereadores, obrigados pela Lei Falcão (esta, sim, inesquecível) a mostrar apenas seus retratos 3x4.

O país dá marcha-à-ré por um lado, mas avança por outro. Em janeiro, a morte do operário Manuel Fiel Filho, em circunstâncias semelhantes às do jornalista Vladimir Herzog três meses antes no mesmo DOI-Codi de São Paulo, muda o panorama político, com a demissão do comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávilla Mello, de linha-duríssima. Para o seu lugar é nomeado Dilermando Monteiro, um general que dizia ler o *Tio Patinhas* antes de dormir. Em junho é criado o DCE-Livre da USP. A repressão amolece em relação à imprensa das grandes empresas (fim da censura prévia para *Veja*) e endurece com os jornais alternativos. O semanário *Movimento* é impedido de publicar a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, porque nela se diz que o povo tem o direito e o dever de se rebelar contra os governos despóticos.

O ano de 1976 exhibe as contradições da mais longa transição política na história das ditaduras latino-americanas. Nas pontas dessa caminhada existem duas datas. A primeira é a de 15 de novembro de 1974, quando uma avalanche de votos oposicionistas atropela o ritual das eleições (Geisel achava o evento tão desimportante que sequer acompanhou as apurações pela televisão: preferiu ficar em casa estudando relatórios). Na outra ponta está a posse de José Sarney como presidente, no dia 15 de março de

Luís Humberto/Abril Imagens



Em 76, Geisel é vaiado em Paris...

1985, depois da eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral e do dramático episódio, na véspera, da hospitalização de Tancredo, que viria a morrer em 38 dias.

Um olhar retrospectivo pode trazer lições valiosas num momento em que o presidente Fernando Henrique Cardoso, um dos gurus da luta democrática de outrora, justifica sua adesão ao conservadorismo com a “paixão pelo possível”, inspirada em Hirshman. No senso-comum de 1976, o “possível” estava contido nos limites estreitos da abertura que Geisel oferecia às oposições: “lenta, gradual e segura”. O fim da ditadura era um sonho distante. Coisa para românticos, utópicos, radicais. O general Golbery do Couto e Silva, o estrategista-mor da distensão, deixa claro que a meta é a “liberalização” do regime. “Democratização”, jamais. Na prática, isso significa que as greves de trabalhadores continuavam a ser reprimidas e seus sindicatos, mantidos sob intervenção. Mas as informações sobre a greve passam a ser registradas, como um

Leonid Streliaev/Abril Imagens



... e vê manifestante ser preso.



Sommer Andrey/Abril Imagens

Assembléia dos metalúrgicos, liderada por Lula, desafia o poder militar.

termômetro da febre social. Depois, algumas reivindicações podem ser atendidas, desde que não contrariem a política econômica. O Congresso pode espernear, até certo ponto, mas os militares controlam as rédeas do poder.

Até hoje os estudiosos se perguntam por que cargas-d'água o regime permitiu que as eleições se tornassem um conduto para a mudança. A maioria das análises mencionam a busca de uma legitimidade para o regime de 1964, na ausência de uma ideologia consistente, como o fascismo, e depois que os inimigos da nova ordem já estavam neutralizados, com a prisão, o exílio, a morte. “A ditadura se valia do seu momento de maior força para tentar construir uma institucionalidade que congelasse o máximo possível aquele momento”, escreveu o sociólogo Emir Sader, da USP, em *O Anjo Torto*. Além das eleições de 1974, que canalizaram a insatisfação popular para o MDB, a crise econômica

contribuiu para acentuar as debilidades do regime.

Pela lógica, o momento mais apropriado para a abertura seria o final da década de 60, o auge do “milagre”. Aquele é, ao contrário, o período de maior “fechadura”. As circunstâncias fazem com que a abertura coincida com o fim do período de vacas gordas do capitalismo internacional, o que obriga o Brasil a baixar o ritmo de crescimento econômico e a depender, cada vez mais, de empréstimos externos. Resultado: a transição política se dá sobre um pano de fundo em que a vida dos brasileiros piora em vez de melhorar. As chances de ascensão social minguam e os assalariados começam a sentir na pele os efeitos da inflação. Não é de estranhar, portanto, o impacto das primeiras denúncias de privilégios dos donos do poder, como a reportagem que revela as despesas da residência oficial do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, servida por 28 empregados. Embora ma-

gro, Prieto consumia mensalmente 600 quilos de arroz, 300 de açúcar, 432 de manteiga, 36 de camarão e 954 de carne.

Intrusos no baile

Sem dar ouvido aos “pragmáticos”, que aconselham cautela, o povo arrebenta, aos poucos, a camisa-de-força da distensão. 1977 é o ano dos estudantes, que com grandes passeatas popularizam as palavras de ordem das liberdades democráticas, da anistia e da Assembleia Constituinte. Uma sigla pouco conhecida, a SBPC, de Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, torna-se um símbolo da resistência dos intelectuais. Griffes mais famosas, como a OAB, revigoram-se nas trincheiras da oposição. O regime contra-ataca com o Pacote de Abril, que fecha o Congresso por duas semanas. O vocabulário político se enriquece dia a dia com novos termos: casuísmo, senadores biônicos, retrocesso. Geisel debela uma tentativa golpista do general Sílvio Frota, um partidário da volta à repressão pura e dura. Em 1978, é a vez dos trabalhadores, que irrompem co-

mo intrusos no baile da transição, na histórica greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. O Movimento contra a Carestia reúne mais de 1 milhão de assinaturas pelo congelamento dos preços.

Bancários, médicos, professores, motoristas de ônibus, trabalhadores rurais – não há, praticamente, grupo profissional que tenha deixado de provar o gostinho da greve. A maré grevista projeta a figura de Luís Inácio Lula da Silva, o líder dos metalúrgicos, como contraponto aos timoneiros da oposição liberal, Ulysses Guimarães e Franco Montoro. O despertar da sociedade civil é o assunto da moda. Em 1979 renasce a União Nacional dos Estudantes, num congresso em Salvador, enquanto os professores intensificam o processo que culmina, em 1981, com a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a Andes. O regime reage. Intervém nos sindicatos mais combativos e chega a prender os dirigentes dos metalúrgicos, por alguns dias. Mas a abertura já havia atingido o ponto de não-retorno. Pressionado pela mobilização popular, o novo presidente, João Figueiredo, primeiro general a assumir o poder

sem o AI-5, inclui a anistia no pacote que dá continuidade à distensão iniciada por Geisel. A anistia é ampla, geral e irrestrita, como exigia a oposição, apesar da garantia de impunidade aos torturadores do regime. Os presos políticos deixam o cárcere e milhares de exilados voltam ao país. Entre eles, Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes. As manobras do governo para represar a democratização dão errado, invariavelmente. “Estou fazendo uma força desgraçada para ser político, mas não sei se vou me sair bem”, confessou Figueiredo, num de seus arroubos de sinceridade. “No fundo, o que eu gosto mesmo é de clarim e de quartel.”

É sempre mais fácil dissecar o passado (no nosso caso, a uma confortável distância de mais de quinze anos) do que decidir no calor dos fatos. Mesmo assim, é importante registrar, para a reflexão atual, o contraste entre a posição recuada dos moderados da época, sempre prontos para recomendar prudência, e a efetiva marcha dos acontecimentos. Tancredo Neves, por exemplo, aproveita a intervenção nos sindicatos do ABC para jogar água fria no movimento, que

Pedro Martinelli/Abril Imagens



1978, FHC fala sobre democracia na SBPC.

Pedro Martinelli/Abril Imagens



Brizola retorna, anistiado, em setembro 1979.



Fundação da CUT, em

claramente o assusta. “Eles foram com muita sede ao pote: quebraram o pote e ficaram com sede”, afirma, num comentário tido como prova de “sabedoria mineira”. Hércules Corrêa, membro da direção do PCB, publica um livro com as “lições” da greve do ABC em 1980. “Derrota é derrota”, escreve Corrêa. “Não se pode transformar derrota em vitória, e os grevistas sabem disso.” Em vez de “potes quebrados”, a ofensiva grevista traz conquistas econômicas reais e um poder de fogo que favorece os sindicatos por mais de uma década de quedas-de-braços com os patrões. A “derrota” aparente da greve de 1980 abre o caminho para a fundação, no mesmo ano, de uma força inteiramente nova na esquerda brasileira, o Partido dos Trabalhadores, fruto da união de sindicalistas combativos, intelectuais de oposição, ativistas de base da Igreja e militantes egressos da luta revolucionária. No ano seguinte, o movimento sindical dá um salto de qualidade: a formação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. É também nessa época que o empresário Eugênio Staub, dono da Gradiente, fornece registro em

carteira para Luís Antônio de Medeiros, que com uma brevíssima experiência como operário se tornaria presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e, mais tarde, líder da Força Sindical, a central trabalhista moderada, articulada para se contrapor à CUT.

Pacto das elites

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”, escreveu o historiador Sérgio Buarque de Hollanda. “Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.” Estas palavras parecem ter sido redigidas sob medida para o desenlace da luta contra o regime de 1964. Depois do atentado do Riocentro, em 1981, que assinala a existência de uma extrema-direita terrorista dentro das Forças Armadas, a transição escapa ao controle de Figueiredo, num contexto de agravamento da crise financeira. O panorama internacional, com as pressões dos EUA

pela “redemocratização” na América Latina, deixa pouco espaço para um retrocesso. Os credores externos, com o FMI à frente, mantêm o governo acuado, sem fôlego para concessões econômicas, enquanto os empresários começam a abandonar o barco, somando-se ao coro dos descontentes. Henry Kissinger é recebido com ovos e vaias na Universidade de Brasília. As eleições estaduais de 1982 dão oposição na cabeça, num quadro partidário renovado. O PMDB se consagra como o grande partido da transição democrática. Brizola é eleito governador do Rio, pelo PDT, mas fica como coadjuvante na cena política, junto com o PT.

Os dias do regime estão contados. Os militares fazem de tudo para esticar os prazos da transição, mas já não conseguem conter a indisciplina no próprio partido governista, o PDS, herdeiro da antiga Arena, onde proliferam as dissidências. O ambiente no país se deteriora com a escalada do desemprego. Ocorrem saques e quebra-quebras. Em São Paulo, desempregados chegam a derrubar a cerca do Palácio dos Bandeirantes, numa manifestação. Fala-se em “ruptura

Elena Assumpção/Abril Imagens



agosto de 83.

Rogério Reis/Abril Imagens



Figueiredo tira a farda e mantém a transição.

Carlos Namba/Abril Imagens



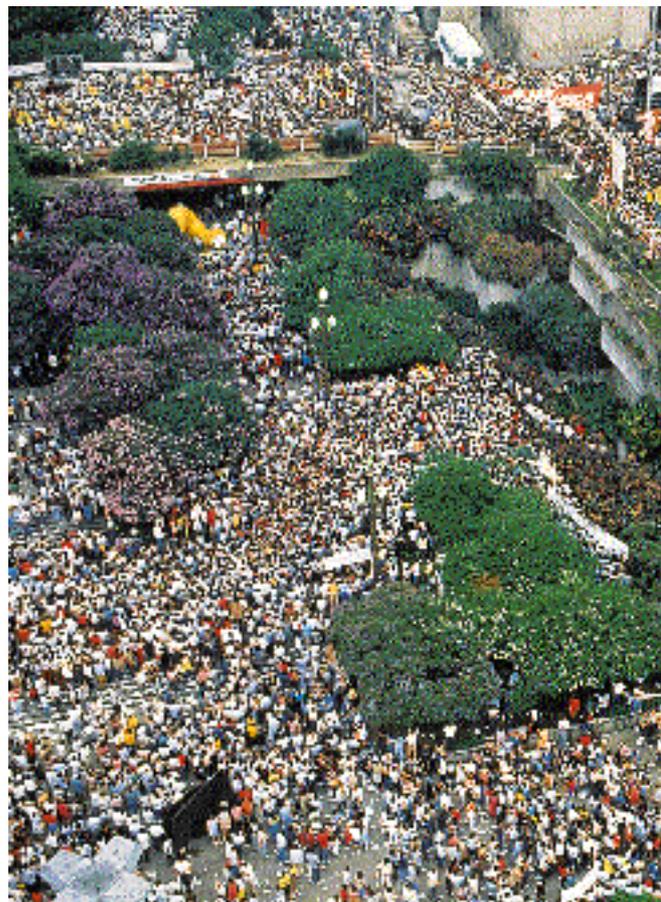
Conservadores se unem no Colégio Eleitoral.

do tecido social". A inflação aumenta – já não pode ser atribuída ao chuchu, como fez o ministro Mário Henrique Simonsen, em 1977 – e os credores apertam. “Se o Brasil não o efetivar, o acordo com o FMI vai sair pelo ralo”, adverte Jacques de Larosière, o presidente do Fundo, em 1983. “O Brasil está sambando sobre um vulcão”, registra a revista francesa *Le Point*, de direita. Figueiredo ameaça “recrudescer”, mas já ninguém o leva a sério.

É nesse cenário que irrompe, no início de 1984, a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, lançada pelo PT em novembro do ano anterior. A bandeira empolga a opinião pública. Ulysses e Lula, as figuras máximas da oposição, cruzam o país animando grandes comícios pelas diretas-já. José Sarney, presidente do PDS, comanda a reação às diretas, sob o argumento de que aceitá-las seria um “suicídio” ao estilo de Jim Jones. A Emenda Dante de Oliveira, que restabelece o voto direto para presidente, é derrotada no Congresso, com 22 votos a menos do que os dois terços necessários. A oposição popular, que em nome da aliança com os liberais tinha deixado de vincular a causa das diretas com as demandas de mudança econômica e social, mergulha no desânimo. Os liberais, mais do que depressa, decidem participar do Colégio Eleitoral criado pela ditadura, com senadores biônicos e outros mecanismos antidemocráticos. Ulysses capitula, depois de ter chamado o Colégio de “Bastilha noventa e repugnante”.

O pêndulo se inclina, então, para a direita. No PMDB, Ulysses é ultrapassado por Tancredo Neves, líder da ala “moderada”, que já vinha costurando na surdina sua candidatura pelo voto indireto, em parceria com dissidentes do regime. A aliança se concretiza a partir do desenlace da luta no PDS pela sucessão de Figueiredo. Paulo Maluf, correndo por fora, ganha a convenção, empurrando um nutrido lote de insatisfeitos para os braços da oposição. Nasce a chapa Tancredo-Sarney, vitoriosa no Colégio Eleitoral com os votos

de todos os opositoristas, com exceção da bancada do PT, que decide abster-se por julgar que um regime nascido de um instrumento espúrio traria sempre essa marca. A luta pela democracia, movida desde o início por um forte componente popular, deságua, assim, num pacto entre as elites. Consagra-se a “transição por cima”, lastreada na dobradinha entre os moderados do PMDB e o PFL, que agrupa os trânsfugas de última hora do regime militar, como Antônio Carlos Magalhães, o czar das comunicações, e Marco Maciel, o fatallidade, ao substituir Tancredo por Sarney, só acentua a hegemonia conservadora na “Nova República”, como se intitula o governo



Em todo o país, milhões de pessoas exigem eleições

que emerge do Colégio. Mais uma vez na história do Brasil, os conflitos políticos se resolvem pela conciliação entre os grupos dominantes, como na Independência, na Abolição da Escravatura, na República e na Revolução de 1930. A democracia permanece um tremendo mal-entendido.

O voto inútil

Os guardiães do pragmatismo, como de costume, recriminam o PT por ter ficado à margem do Colégio Eleitoral (ainda que sua ausência em nada tenha alterado a votação). É o mesmo argumento já usado para tentar dissuadir o partido de disputar as eleições de governador, em 1982 – a lógica do “voto

Sérgio Berezovsky/Abril Imagens



va.” Na visão de boa parte do antigo MDB (já excluídos os oportunistas de ocasião), a luta antiditatorial era exatamente isso, uma cruzada pela volta ao “estado de direito”, com as reivindicações sociais mantidas em segundo plano, no melhor dos casos. Não por acaso, a turma do “voto útil” veio mais tarde constituir o núcleo do PSDB e, mais tarde ainda, dar suporte político à guinada de FHC da social-democracia ao neoliberalismo.

A dinâmica da Nova República mostra que o isolamento do PT no episódio do Co-

proporcional às enormes ilusões depositadas numa panacéia que prometia “inflação suíça e crescimento japonês”. Em 1987, com sua popularidade em queda livre, Sarney chega a ser apedrejado dentro de um ônibus no Rio de Janeiro.

As turbulências do Cruzado – e dos planos meia-sola adotados diante da volta da inflação – roubam as atenções à Constituinte. A nova Carta, aprovada em 1988, mantém os privilégios das elites, mas faz concessões em temas como os direitos trabalhistas e as liberdades individuais. No capítulo essencial da propriedade fundiária os conservadores vencem de cabo a rabo, tornando a reforma agrária mais difícil do que no Estatuto da Terra, de 1967. O Movimento dos Sem-Terra, criado em 1985, ainda é uma força embrionária. O que polariza os debates, à falta de uma esquerda numerosa e de um movimento social capaz de influir a partir de fora, é a luta desesperada de Sarney para espichar em um ano seu mandato de quatro. Ele acaba conseguindo, à custa de transformar a Constituinte num mercado persa. Antônio Carlos Magalhães, o ministro das Comunicações, distribui 1.203 concessões de rádio e TV, um recorde nacional, em troca de votos para o quinto ano de mandato. É a era do “é dando que se recebe”, na cínica interpretação da máxima franciscana na boca do líder governista Roberto Cardoso Alves. Uma fatia do PMDB, sob a liderança de FHC, Mário Covas e Tasso Jereissati, aproveita a indignação nacional para formar um novo partido, o PSDB, com um perfil de “centro-esquerda”. Outro pee-

útil”, repetida nas campanhas para prefeituras em 1985, segundo a qual se deve evitar, a qualquer preço, a “divisão no campo democrático”. Por trás dessa retórica se esconde a concepção, apontada pelo sociólogo argentino Atilio Borón, de que a democracia é um projeto que se esgota na “normalização” das instituições políticas. “Para os que são tributários dessa perspectiva”, afirma Borón, “a gigantesca empresa de instaurar a democracia se reduz à criação e institucionalização de uma simples ordem política – isto é, um sistema de regras do jogo que faz abstração de seus conteúdos éticos e da natureza profunda dos antagonismos sociais – e que só coloca problemas de governabilidade e eficácia administrati-

légio Eleitoral é apenas aparente. Depois de um início titubeante, Sarney lança o Plano Cruzado, um audacioso projeto antiinflacionário engendrado por economistas oriundos da oposição à ditadura. Um sucesso no início, em fevereiro de 1986, o Cruzado dá a Sarney mais de 90% de aprovação popular. A festa do preço congelado e do consumo desenfreado dura até 21 de novembro – o tempo suficiente para o PMDB eleger 22 dos 23 governadores e a maioria absoluta no Congresso Constituinte. A partir daí, o plano naufraga estrepitosamente, vítima dos tubarões empresariais que já vinham burlando o congelamento através do ágio generalizado e do desabastecimento intencional. O desencanto é

para presidente. O Congresso frustra a Nação.

medebista desgarrado, o governador alagoano Fernando Collor, lança uma campanha demagógica contra os “marajás” do funcionalismo público.

A crise social explode em uma onda de greves sem precedentes. O PT e a CUT, que durante o Cruzado pareciam condenados à irrelevância, ressurgem com força redobrada. Abre-se um período de intenso conflito distributivo, no qual os avanços salariais são imediatamente corroídos pela espiral inflacionária, em meio à crise fiscal e financeira do Estado. O outono de Sarney é marcado pela mediocridade, com a política econômica do “arroz com feijão” (leia-se, passividade) do ministro Mailson da Nóbrega, inflação vertiginosa e um vendaval de denúncias de corrupção. A alternativa neoliberal, “gestada nos países centrais e de lá exportada no ombro de anões com PhD” (como aponta César Benjamin), amadurece entre as elites. O fracasso do Cruzado marca a última vez que o país apostou num caminho autônomo em relação ao centro do sistema capitalista mundial. Até mesmo entre os setores “progressistas” das classes dominantes, representados pelo PSDB e fatias do PMDB, nota-se a renúncia a buscar um novo projeto de desenvolvimento, o abandono da idéia de uma versão tupiniquim do “Estado do bem-estar social”. Ganha terreno o discurso da “modernidade”, senha para a desestruturação do Estado, a privatização selvagem, a capitulação perante os interesses externos. Ainda não existia a palavra “globalização”.

A “pizza” e o príncipe

O dilema dos poderosos é encontrar um candidato capaz de ganhar as eleições e aplicar o *thatcherismo* à brasileira. Os nomes mais óbvios, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, estão “contaminados” pelo longo convívio com Sarney. Paulo Maluf é arrogante demais, com fama de corrupto. Guilherme Afif Domingos é um almofadinha. A essa altura, as elites já não estão sozinhas no palco. Em contraposição à retórica da “modernidade”, fortalece-se um discurso alternativo, carregado de rebeldia. É a denúncia do “apartheid social”, das injustiças, da exclusão que mantém a maioria dos brasileiros à margem dos benefícios da vida civilizada. A “década perdida”, como os anos 80 entram para a história da América Latina, cobra sua fatura, que se expressa em estatísticas brutais. O salário mínimo urbano no Brasil, medido em termos reais, desceu de 100 para 70 entre 1980 e 1989. No mesmo período a concentração de renda se tornou a mais elevada do planeta. Os 10% mais ricos da população brasileira, que em 1980 já detinham 51% para riqueza nacional, dez anos depois tinham ampliado sua fatia no bolo para 54%. Cifras como estas se traduzem num poderoso combustível eleitoral na voz de dois políticos de grande credibilidade e carisma junto às massas pobres: Brizola e, principalmente, Lula.

É nessa época que Roberto Marinho, o patriarca das Organizações Globo, manifesta sua preocupação com as eleições presidenciais de 1989: “Sem um nome que

reúna o centro, poderemos acabar propiciando a vitória de um candidato que não seja do nosso meio”, afirma. A saída é Collor, que a imprensa se encarrega de vender à opinião pública com o rótulo de “caçador de marajás”. A aposta no governador de Alagoas tem lá seus riscos, pois se trata claramente de um aventureiro, alguém que não é exatamente “do nosso meio”. Mas não há opções. Com a promessa de levar o Brasil “ao Primeiro Mundo” e o apoio relutante das elites que dizia desprezar, Collor derrota Lula, por uma diferença apertada no segundo turno, depois de uma campanha movida a dinheiro farto, golpes baixos e manipulação descarada da mídia em favor do candidato conservador.

Seguem-se três anos de sobresaltos, exibicionismo, escândalos e fortes emoções, do confisco da poupança no primeiro dia do governo à renúncia do presidente, em dezembro de 1992, já na iminência do *impeachment*, após a humilhação de ser afastado pelo Congresso. A derrubada de Collor não é uma tarefa simples. No início das investigações as classes dominantes se apresentam divididas, com uma tendência predominante a encerrar o assunto “em *pizza*”. Surge então o imponderável – o acúmulo das evidências de corrupção além do ponto em que seria possível encobrir, ou tolerar. Soma-se a gradual mobilização da sociedade em favor do *impeachment*. À frente desse movimento de retomada da luta política de massas estão, mais uma vez, o PT e a CUT. O setor mais combativo da esquer-

Antônio Milena/Abril Imagens



MST reacende o debate fundiário.

Orlando Brito/Abril Imagens



Ato pelo impeachment de Collor.

João Bittar/Abril Imagens



Greve dos professores em SP.

da brasileira empreendeu a travessia do deserto, depois da derrota de 1989, da desorientação inicial perante as mandrakarias da ministra Zélia Cardoso de Mello e do inevitável isolamento na fase em que a opinião pública se deixou seduzir pelo *marketing* do “Indiana Jones brasileiro”, como o presidente americano George Bush se referiu a Collor. Não faltam, nos primeiros tempos, os apelos para que Lula deixe de lado o “ressentimento” e venha apertar a mão do vencedor. O líder petista resiste aos cantos de sereia. Como prêmio por sua coerência, emerge da campanha pelo *impeachment* como o nome mais cotado nas pesquisas sobre a sucessão.

Ao contrário das diretas-já, a luta contra Collor é vitoriosa. Mas o desfecho, outra vez, decepciona quem esperava criar um ambiente favorável a mudanças na distribuição da riqueza e do poder. Como na campanha das diretas, a esquerda se curvou à agenda dos liberais, em nome da unidade contra o inimigo comum. A mobilização pelo impeachment, impulsionada em grande medida pelo PT, limitou-se ao discurso da “ética na política”, sem questionar a linha econômica antipopular e antinacional do go-

verno Collor – ponto que a imprensa sempre fez questão de preservar, mesmo nos momentos de ataque mais duro à delinquência presidencial. Pior, a esquerda aceita a passagem do bastão para o vice Itamar Franco como “natural”. Endossa, assim, o continuísmo neoliberal e se recusa a propor a convocação imediata de eleições gerais. Resultado: um “day after” apagado e melancólico como o próprio Itamar. A oposição popular ingressa no período seguinte de luta política numa situação de defensiva, vulnerável às pressões para se deixar cooptar pelo novo governo e em meio a uma grande confusão interna, apesar da posição privilegiada de Lula nas prévias eleitorais. Um caso em que a vitória escapa por entre os dedos do vencedor, até se dissipar completamente.

O que veio depois está fresco na memória de todos. As elites aproveitam o *intermezzo* itamariano para se reaglutinarem em torno da plataforma econômica que se tornou o Plano Real. O “príncipe” tão esperado surge na pessoa de FHC, sob as bênçãos dos “mercados” – um eufemismo que encobre os interesses dos centros financeiros globalizados, os donos do mundo. O PT vacila. Aposto até o fim nu-

ma aliança impossível com o PSDB e, quando se torna explícita a opção dos tucanos pela direita tradicional, centra fogo no ataque ao PFL, como se o problema de Fernando Henrique residisse em seus acompanhantes. As elites, com uma arma poderosíssima nas mãos – um plano antiinflacionário que, num primeiro momento, dá alívio material às massas pobres e tranquilidade às classes médias –, invertem o jogo eleitoral e elegem seu candidato logo no primeiro turno. O país mergulha de cabeça na aventura neoliberal, com a devastação econômica e social que a cada dia se torna mais visível. A esquerda paga um preço caro por suas ilusões. O aprendizado é doloroso. As organizações sociais enfrentam, como podem, o ataque de uma política que, para ter êxito, pressupõe a completa desarticulação da sociedade. Há derrotas, mas também sinais alentadores de resistência, como a luta dos sem-terra e a expressiva votação do PT nas últimas eleições. O futuro é uma página em branco. A História não acabou.

Igor Fuser é jornalista, editor de *Assuntos Nacionais* da revista *Veja*. Publicou em 1995 o livro *México em Transe* e organizou, em 1996, a coletânea *A Arte da Reportagem*.

ESTADO E SINDICALISMO DOCENTE:

20 ANOS DE CONFLITOS

Moacir Gadotti

A educação na América Latina está passando por profundas mudanças em relação à sua concepção, aos seus conteúdos, métodos e objetivos, enfrentando problemas crônicos, como a evasão, a repetência e a baixa qualidade. Essas mudanças têm suscitado as reações mais diversas por parte dos docentes, tanto universitários quanto do ensino fundamental e médio.

Algumas reformas reduziram as despesas com educação, em prejuízo dos salários dos professores, outras realizaram descentralizações de encargos para as municipalidades e sobrecarregaram as escolas e os docentes. Seja como for, elas estão traçando novos rumos para a educação – sobretudo para a educação básica – diante dos quais os sindicatos e associações de docentes vêm se posicionando.

Nas últimas décadas, as condições de vida e de trabalho na área educacional causaram a expulsão de um significativo número de professores. Muitos deles viram-se obrigados a ir em busca de carreiras mais bem remuneradas. Em certos momentos, o sistema de ensino, por isso, quase entrou em colapso, pois muitas escolas públicas não conseguiram iniciar o ano letivo nas datas previstas. Em 1994, por exemplo, das 6000 escolas urbanas da rede estadual de ensino de São Paulo, 2000 não iniciaram o ano letivo na data prevista por falta de professores.

Todo início de ano letivo, focos de conflito surgem e se desenvolvem entre professores, sindicatos e Estado. As medidas governamentais, seguindo de perto o receituário neoliberal, estão dando uma resposta apenas tecnocrática – que não deixa de ser política – a es-

se contexto de crise. Elas se concentram no ensino fundamental, deixando o ensino universitário, a educação infantil e a educação de jovens e adultos para o mercado resolver. Por isso é de se esperar, para os próximos anos, novos conflitos. A crise deverá aprofundar-se enquanto os governos se omitirem ou ignorarem as reivindicações dos trabalhadores em educação e mostrarem-se inábeis para negociar com a sociedade as necessárias reformas nesse setor. A qualidade da educação é condição para a eficiência econômica. Mas a qualidade educacional que gera a eficiência econômica que se opõe ao paradigma neoliberal não será atingida sem uma reforma das políticas sociais que conte com a participação da comunidade.

Trabalhadores em educação

A primeira reunião de educadores brasileiros de que se tem notícia deu-se no Rio de Janeiro, em 1873, convocada por iniciativa do Governo. Dela participaram apenas professores das escolas daquele município. Dez anos depois, realizou-se, na mesma cidade, uma Conferência Pedagógica que reuniu professores de escolas públicas e particulares da região.

A Proclamação da República (1889) levou o Governo Federal a retrair-se no que diz respeito à convocação de reuniões e conferências de âmbito nacional. Entendia-se que o ensino deveria estar isento das “intervenções” do poder central, iniciando-se um longo período de omissão da União diante do ensino fundamental.

Em 1924 foi criada a ABE (Associação Brasileira de Educação), que contava com a participação de professores e interessados em questões educacionais.

A ABE ocupou lugar de destaque pela sua valiosa contribuição ao processo de transformação do campo educacional. A partir de 1927, organizou conferências nacionais em diversas cidades sobre diferentes temas. Foram ao todo 13 conferências entre 1927 e 1967, que chegaram a influir na política educacional em conjunturas determinadas.

O golpe político-militar (1964) afastou lideranças consolidadas e emergentes nos mais diversos ramos das ciências, da tecnologia, das artes e da educação. Ainda assim, em 1967 foi realizada no Rio de Janeiro a 13ª Conferência Nacional de Educação promovida pela ABE. Essa conferência já não teve repercussão alguma no meio educacional, resumindo-se a palestras proferidas para poucas pessoas.

Na reorganização dos trabalhadores em educação foi importante a contribuição da SBPC. A partir de 1970, as reuniões da SBPC – fundada em 1948 – deixaram de ser eventos que só diziam respeito aos professores universitários e pesquisadores, abrangendo também outros setores da sociedade, uma vez que esse era um dos poucos espaços que permitiam a expressão das opiniões públicas e propiciava o livre debate da sociedade civil. Na década de 70, em consequência do movimento estudantil de 1968 e outros fatos que marcaram essa época, a situação educacional brasileira foi particularmente debatida. Mas os movimentos restringiam-se, muitas vezes, ao protesto diante da maneira autocrática de reformar o sistema educacional adotada pelo regime militar.

A partir da segunda metade da década de 70, a sociedade civil foi se reorganizando. Nos mais variados setores surgiram novas associações, e as antigas começaram a adquirir maior dinamismo. Desde 1975, as Associações de Docentes do Ensino Superior se multiplicavam nas universidades públicas e privadas. Em julho de 1977 foi criado, no Rio de Janeiro, o CEP (Centro Estadual de Professores), que congregava o magistério do estado do Rio de Janeiro. Em 1978 foi reestruturada a APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo). Isso ocorreu também em outros Estados. Nessa época cresceu muito a CPB (Confederação dos Professores do Brasil), por conta do fortalecimento das entidades estaduais. Mais tarde (1989), a CPB transformou-se

Orlando Britto/Abril Imagens



Professores ocupam Brasília em defesa da educação.

na CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). A denominação “trabalhadores em educação”, em vez de “educadores”, “professores” ou “profissionais da educação”, reflete a mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral. Ela toma consciência de que os problemas que afetam os docentes são basicamente os mesmos de outras categorias de trabalhadores. Portanto, as lutas do magistério são consideradas, a partir de então, semelhantes às dos trabalhadores em geral.

Em 1978 foi fundada a ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação), hoje Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (com a mesma sigla), inicialmente uma associação de coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação que logo se abriu (1979) para professores, alunos e pesquisadores em educação.

Em 1979 foi criada a ANDE (Associação Nacional de Educação). Isso se deu no momento em que os educadores retomavam a bandeira de luta pela “educação pública e gratuita para todos” contra a política privatista do regime militar.

A união dessas três entidades – CEDES, ANPEd e ANDE – na preparação da CBE (Conferência Brasileira de Educação) deu-se a partir da reunião anual da ANPEd de Salvador (1979), onde os participantes demonstraram interesse pelo mesmo tema: “política educacional”, proposto pelo CEDES, para a realiza-

ção do II Seminário de Educação Brasileira. O encontro mudou de nome para Conferência Brasileira de Educação, mantendo-se o tema do seminário proposto pelo CEDES. Essa iniciativa contou logo com o apoio do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea). Essas quatro entidades realizaram, no início de 1980, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – um dos mais importantes bastiões de resistência ao regime militar –, a I Conferência Brasileira de Educação, chamada de “brasileira” para distingui-la das Conferências “nacionais” da ABE.

É no final da década de 70 e início de 80 que surge o maior número de entidades educacionais, tanto as que se referem à educação formal quanto às que se situam na área de educação sindical, popular e não-formal ou extra-escolar.

Após uma fase de repressão e outra de relativa abertura, depois de 1985, vivemos uma fase de consolidação das entidades e organização dos trabalhadores em educação. De uma fase crítica, com intensa mobilização, greves e manifestações públicas, passou para uma fase orgânica de propostas, participando na elaboração de políticas públicas em todos os níveis e particularmente na elaboração do capítulo da educação da Constituição de 1988 – a despeito de toda a desconsideração que sofreu posteriormente – e, depois, na elaboração da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), hoje ainda em tramitação.

Movimento sindical docente

Na década de 50, por mais que tenham sido frequentes os congressos de educadores, até mesmo com a presença do presidente da República — como foi o caso do Segundo Congresso Nacional de Alfabetização, realizado em 1958 no Rio de Janeiro —, não se conseguiu criar uma entidade nacional de educadores. A primeira só veio a nascer em 1960, como resultado de discussões ocorridas entre 1953 e 1959 em três Congressos realizados em Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Onze entidades, reunidas no IV Congresso, realizado em Recife em 1960, criam a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB).

O período que vai de 1960 a 1972 pode ser caracterizado como o período de organização e consolida-

ção da entidade ao nível nacional e vinculação ao nível internacional.

Nacionalmente, a CPPB incentivou a formação de entidades estaduais, incluindo os Territórios. Este incentivo foi dado através de contatos constantes com os professores das regiões onde não existia ainda qualquer tipo de organização. Havia, no entanto, dificuldades geradas pela falta de recursos. Problema que afetava até as reuniões da diretoria, pois os seus membros – presidente, tesoureiro, secretário – geralmente não residiam no mesmo estado.

Internacionalmente, a CPPB filiou-se, em 1962, à Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino (CMOPE), com sede na Suíça. A filiação à CMOPE facilitou financeiramente a sobrevivência da entidade, que até então vinha sendo apoiada apenas pelos órgãos oficiais ligados à educação.

O período de 1973 a 1978 pode ser considerado como um período de ampliação da entidade, que, nessa época, passa a chamar-se CPB (Confederação de Professores do Brasil), representando não somente professores primários, mas também professores de outros níveis de ensino.

Os anos de 1979 e 1980 configuram-se como os anos de crise e transição para a democratização da confederação, com uma presença maior das entidades filiadas, que mudam os estatutos (1979): ela passa a ser administrada pelos presidentes das entidades filiadas. Nesse período de transição, o movimento dos professores cresceu ao nível nacional, organizando greves em vários Estados, o que levou a CPB a um debate interno e a uma crise quanto à decisão de acompanhar o avanço do movimento grevista nacional. Ocorreram articulações de algumas entidades, que não faziam parte da CPB, para a formação de outra entidade nacional.

Nos anos seguintes, a CPB consolidou sua estrutura democrática. Cresceu e reformou novamente seus estatutos (1983): definiu as eleições não mais por voto direto de todos os professores, mas por delegados em Congresso Nacional. Em janeiro de 1989, mudou de nome e passou a ser chamada de Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com a unificação da CPB com três outras entidades nacionais de educadores: a FENASE (Federação Nacional de Supervisores do Ensino), a FENOE (Federação

Nacional de Orientadores Educacionais) e a Coordenação Nacional de Servidores do Ensino Público.

Na sua maioria, a CNTE hoje é composta por trabalhadores do ensino público e congrega atualmente mais de trinta entidades estaduais, representando uma base de mais de dois milhões de trabalhadores, seiscentos mil dos quais sindicalizados. A CNTE é filiada à CUT (Central Única dos Trabalhadores) desde 1988. Segundo João Antônio Cabral de Monlevade (in *Sociedade civil e educação*, Coletâneas da C.B.E., Campinas, Papirus, 1992, p. 184), ela passou por três momentos: a) de 1965 a 1980, em que era considerada uma “caixa de ressonância”; b) de 1980 a 1987, como um agitado “palco de debates”; c) de 1987 para cá, na qual os trabalhadores em educação têm sido “produtores e defensores de propostas”.

Essa evolução de uma fase crítica para uma fase mais orgânica e propositiva deu-se no momento em que os professores precisaram apresentar suas propostas para a Constituinte (1986-1988). A organização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em março de 1987, com outras 10 entidades, é uma data marcante dessa mudança de rumos do movimento sindical dos docentes. Assim, “da postura crítica e questionadora, as lideranças do magistério de 1º e 2º graus foram obriga-

das a flexionar para um novo comportamento: o de contribuição competente para se construir e se defender propostas alternativas concretas para a realidade brasileira e que, ao mesmo tempo, contemplassem as posições políticas do movimento” (*Idem*, p. 188).

Os professores do ensino superior no Brasil aglutinam-se em torno da Andes (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), que nasceu da união das ADs (Associações de Docentes), surgidas em várias universidades, a partir de 1976. A sua unidade foi conseguida a partir da greve das universidades autárquicas de 1980, a primeira greve nacional desde 1964, a qual mostrou a necessidade da criação de uma entidade nacional.

Fundada em 1981, os eixos fundamentais de luta da Andes, eram, na época – e de certa forma continuam até hoje – os seguintes: a) contra a privatização da educação fomentada pelos governos brasileiros desde 1964; b) rejeição da estrutura universitária imposta pela reforma de 1968; c) combate à deterioração das condições de trabalho dos docentes. Ela teve uma participação importante no movimento pela anistia, pelas eleições diretas para presidente e pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Promulgada a nova Constituição, a Andes passou a exercer, por direito, a ação sindical que já exercia de fato e, em 1989, trans-

Carlos Fenerich/Abril Imagens



A década de 80 foi marcada por greves no setor educacional em todo o estado.

formou-se em Sindical Nacional, mantendo a mesma sigla histórica (Andes-SN). No mesmo ano filiou-se à CUT. Hoje está filiada à Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), à Confederação Mundial de Sindicatos Profissionais do Ensino (CEMOP) e à Confederação de Professores da América (CEA).

As organizações nacionais dos educadores são sustentadas por fortes bases estaduais como o CPERS, no estado do Rio Grande do Sul, e a

Apeoesp, no estado de São Paulo. A Apeoesp foi fundada com o nome de Apenoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial Secundário e Normal do estado de São Paulo), em 1945, em São Carlos. Em 1973 seu nome foi mudado para Apeoesp. É considerada uma das entidades de docentes mais organizadas, democráticas e combativas do Brasil.

A partir de 1964 a Apeoesp passou a ser controlada por grupos de pessoas conformadas com o regime militar. Nos anos 1976 e 1977 surgiram dois movimentos de oposição: o MUP - Movimento de União dos Professores e o MOAP - Movimento de Oposição Aberta dos Professores. Temendo a sua organização e crescimento, a diretoria da Apeoesp de então denunciou esses movimentos às forças de repressão da ditadura, o DEOPS. Quando os setores combativos do magistério contra o chamado "peleguismo" venceram as eleições de 1979, a entidade tinha 32 mil associados. Hoje conta com 122 mil associados, 207 regionais e 76 subsedes. O Conselho Estadual de Representantes (CER) é formado por 1403 conselheiros eleitos em todo o estado de São Paulo.

Conflito, consenso, pacto ou parceria?

As relações entre o Estado e os sindicatos de trabalhadores em educação são muito dinâmicas, variam de conjuntura para conjuntura e dependem, sobretudo, do regime de governo, que pode ser de caráter democrático, autoritário ou totalitário. Há contudo possibilidade de montar alguns "tipos ideais" (Max Weber). Segundo o método compreensivo da sociologia weberiana, chega-se a um "tipo ideal" de comportamento acentuando os elementos explicitados, encaixando os elementos isolados e difusos e ordenando-os segundo um ponto de vista.

Pela observação e leitura de farta documentação, colecionada durante os últimos 20 anos (1977-1996), como boletins, recortes de jornais, revistas, livros, artigos, panfletos, bem como entrevistas com sindicalistas e assessores sindicais, podemos chegar a três "tipos ideais", constitutivos das relações mantidas entre Estado e sindicato docente.

1º - Sindicalismo de contestação (ou de confronto político). Marcado principalmente pela oposição a uma

situação vigente, este é um sindicalismo que se nega a participar de uma dada realidade, pois entende que as contradições existentes entre Estado e sindicato são de tal magnitude que se torna impossível qualquer negociação. Não existem canais de diálogo nem áreas de tangência que justifiquem aproximações. Este tipo de sindicalismo revela na sua atuação um alto grau de dependência frente aos partidos políticos. Em 1980, uma das manchetes do jornal *Folha de S. Paulo* foi a seguinte: "Apeoesp quer agitar, acusa o Secretário. 'Agitador é ele', reage o presidente da entidade". Um grupo de mais de sessenta professores havia realizado um ato público pedindo ao Secretário adiamento da nomeação de aprovados num concurso de ingresso. "Fleury reafirma ódio aos professores", é a grande manchete do *Boletim da Apeoesp*, nº 12 de 8 de dezembro de 1994, 14 anos depois. Os outros títulos da primeira página do Boletim são: "hipocrisia", "omissão", "mordomia", "irresponsabilidade", "rapinagem", todos com referência ao governador do estado de São Paulo, Antônio Fleury Filho.

Esse confronto com o Estado mostra a enorme dificuldade de diálogo entre essas instituições. Dificuldade essa que se acentuou durante a ditadura militar pelo autoritarismo presente no regime. Uma simples assinatura num abaixo-assinado a ser entregue ao Secretário de Educação podia, naquela época, ser motivo de demissão, quando não de encarceramento. Os sindicatos, quando não eram proibidos de funcionar, viviam sob estrita tutela e controle do Estado, que os reprimia quando ameaçavam a sua hegemonia. Quando funcionavam, era sob vigilância. As ditaduras sempre hostilizaram o magistério e consideraram os professores como cidadãos de segunda categoria.

2º - Sindicalismo reivindicativo. Outro modo de relação entre Estado e sindicato docente é do tipo reivindicativo, mais corporativo em suas relações com as autoridades. Enquanto o sindicalismo de confronto político tem uma conformação basicamente pelas liberdades políticas, o sindicalismo reivindicativo tem uma conformação mais economicista, característica essa predominante no sindicalismo chamado de "pelego".

Os sindicatos que atuam com essa orientação estão mais preocupados com as questões específicas da categoria. Nesse caso, eles não se sentem tão responsáveis pelos destinos do país, da educação e da quali-

As relações entre o Estado e os sindicatos de trabalhadores em educação são muito dinâmicas, variam de conjuntura para conjuntura e dependem, sobretudo, do regime de governo, que pode ser de caráter democrático, autoritário ou totalitário.

dade do ensino: apresentam sistematicamente listagens de reivindicações da categoria e medem seu êxito pelo atendimento ou não a essas reivindicações. Em geral elas se resumem na *melhoria salarial* e na *melhoria das condições de trabalho*. Por isso, os sindicatos marcados por essa corrente sindical têm atuação mais intensa nos meses que precedem a data-base de reajustes salariais. A pauta quase única de mobilização é a “campanha salarial”. Quando abordam temas educacionais é porque eles afetam diretamente os salários dos docentes.

3º - Sindicalismo autônomo (ou crítico). Na falta de uma expressão melhor, chamo a esse sindicalismo emergente de sindicalismo autônomo e crítico, que não é nem o sindicalismo “pelego” – que, embora inexpressivo, também existe – e nem o sindicalismo de oposição sistemática ao Estado. O sindicalismo a que me refiro mantém certa margem de independência, tanto diante dos partidos políticos quanto do Estado. Trata-se de um sindicalismo crítico, porque, mesmo não fazendo oposição sistemática ao Estado, confronta-se com ele, dialoga quando necessário e está disposto a dividir a responsabilidade do enfrentamento dos desafios educacionais. Nesse sentido, além de contestar e reivindicar, é também propositivo. Mantém sua autonomia – não isolamento – tanto no diálogo sério e responsável quanto no conflito de interesses com o Estado e desenvolve a capacidade autônoma de negociação. O chamado “sindicato cidadão” é uma das expressões desse novo sindicalismo.

Como dissemos, as relações entre o poder público e os sindicatos de professores são dinâmicas, portanto não existem em “estado puro”. Estão em permanente evolução e traduzem, na prática, certas concepções (correntes ou tendências) do sindicalismo. O que ocorre é que certos sindicatos se aproximam desta ou daquela tipologia, que pode variar segundo a conjuntura. Contudo, nesses últimos 20 anos, as relações en-

tre Estado e sindicalismo docente foram predominantemente tensas e conflituosas, preocupando cada vez mais não só os secretários de educação mas também os dirigentes sindicais.

Por uma nova cultura escolar

Nos seus últimos congressos, a CNTE vem destacando a importância que tem a qualificação do professor, questão que ela não quer que fique apenas nas mãos do governo. Com isso o movimento docente e sindical dos professores ganhou mais força. Em 1994, por conta do movimento em torno do Plano Decenal de Educação para Todos, alguns sindicatos passaram a se preocupar também com o “planejamento educacional”, tanto no interior da escola quanto nas Secretarias de Educação.

As lutas sindicais da categoria do magistério mobilizam cada vez mais trabalhadores em educação nos últimos anos, mas os resultados práticos não têm sido muito animadores. Houve, nesse período, um grande desgaste dos instrumentos de luta, como as greves. Os sindicatos de professores se fortaleceram, “a entidade sindical cresceu bastante numericamente, mas qualitativamente se enfraqueceu na luta”, como sustenta Sonia Kruppa em sua dissertação de mestrado sobre “*O movimento de professores em São Paulo*”, defendida na Faculdade de Educação da USP em 1994. Ela analisou exaustivamente o movimento de professores e concluiu que existe a “*entidade sindical*” e o “*movimento docente*”: O movimento dos professores é mais amplo do que a entidade. Há momentos em que a entidade está mais perto do movimento e outros em que se afasta. Ela reconhece que a Apeoesp tem uma organização interna democrática, mas o modelo de sindicalismo que está embutido na sua prática é o da empresa privada, da relação direta “capital contra trabalho”.

Como em todo mundo, também no Brasil o movimento sindical passa por uma crise provocada não só

pela revolução da microeletrônica e pela automação, mas também pelo modelo econômico pós-fordista que provoca desemprego, baixando a taxa de sindicalização. Nesse contexto, os sindicatos estatais são os que têm melhores condições de sobrevivência. Os grandes movimentos de massa de suas bases são hoje mais raros. Isso não significa que não possam ressurgir de um momento para outro. A última década foi marcada pela alternância entre momentos de intensa participação popular e de apatia.

Pelas novas pautas de discussão dos debates sindicais recentes no magistério, percebe-se que a questão dos salários e das condições de ensino ainda prevalecem. Isso se justifica plenamente na medida em que esses são os temas mais preocupantes. Salários e condições de trabalho vêm se deteriorando. Todavia, cresce também a preocupação com a melhoria da qualidade da educação pública, que se traduz por novas publicações, seminários e debates, substituindo um certo ativismo imediatista da sua fase inicial por uma capacidade de pensar a longo prazo as questões educacionais.

A CNTE assinou dia 19 de outubro de 1994, junto com a UNDIME, o CONSED e o MEC, o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação. Esse Pacto foi resultado de um caminho percorrido a partir de 1989 com as reuniões preparatórias à Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Tailândia, 1990) até a Conferência Nacional de Educação para Todos, realizada em Brasília, em 1994, onde a entidade assinou o Acordo Nacional de Educação para Todos. O Pacto foi decorrência de um “Programa de Emergência” proposto no Acordo. Estabelecia um amplo programa de reformas com calendário para a sua concretização. Estabelecia ainda “linhas de ação”, entre as quais estava a realização de estudos e pesquisas, a formação inicial e continuada do magistério, revisão dos Estatutos e planos de carreira do magistério, a melhoria das condições de trabalho docente e a disseminação de experiências inovadoras.

Dois pontos centrais eram atacados: a responsabilidade compartilhada entre as diversas esferas de governo (União, Estados e Municípios) e entidades representativas dos trabalhadores em educação com relação à educação básica e o “estabelecimento do piso salarial profissional nacional de, no mínimo, R\$ 300,00 (trezentos reais), com garantia de seu poder aquisitivo em 1º de julho de 1994, como a remuneração total no início da carreira e excluídas as vantagens pessoais, para o professor habilitado, pelo menos, em nível médio, e que esteja no exercício de atividade técnico-pedagógica em instituição educacional”. Isso equivaleria hoje aproximadamente a R\$ 450.

No ano seguinte, esse acordo foi julgado “irrealista” pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O Ministério da Educação preferiu convidar especialistas

Adolfo Gerchmann/Abril Imagens



No RS, a PM reprime o movimento docente.

do Banco Mundial e iniciar um grande programa de reformas educacionais, algumas até acertadas, mas sem a participação dos educadores. O MEC perdeu o papel de articulador que havia conquistado com dificuldade. O Pacto foi rompido pelo governo. A entidade retirou-se das negociações, e o

confronto com o governo vem se intensificando.

Como se vê, os educadores têm feito esforços no sentido do entendimento com o Estado, mas as negociações têm esbarrado freqüentemente na questão salarial. A busca de novas relações, com base numa ética integral, deveria ser incentivada. Estudos sobre a mentalidade político-ideológica que fundamenta essas relações, tanto no interior dos sindicatos quanto no exercício do poder público, deveriam preocupar pesquisadores e políticos. Precisamos construir uma nova cultura escolar com base na experiência democrática.

Moacir Gadotti é professor titular da Faculdade de Educação da USP. Foi professor de Filosofia e História da educação na PUC/SP, PUC/Campinas e na Unicamp. Publicou os livros: *Pensamento pedagógico brasileiro*, *História das idéias pedagógicas* e *Pedagogia da Práxis*.

A USP NESTES ÚLTIMOS ANOS



*Primeiro coordenador científico da Fapesp e membro da National Academy of Sciences, o professor **Warwick Estevam Kerr** afirma, neste artigo, que o evento inovador mais importante da USP, no que se refere a ensino, qualificação e treinamento universitário, foi a implantação do curso de pós-graduação, em 1968. Para a defesa do cidadão universitário, no entanto, foi a criação da Adusp, em 1976. Atual coordenador do curso de pós-graduação de genética e bioquímica da Universidade Federal de Uberlândia, o professor Warwick Kerr analisa também a importância da Fapesp para o progresso e desenvolvimento da pesquisa.*

A Universidade de São Paulo deve muito do seu prestígio às violências de Hitler, que, em 20 de janeiro de 1933, tornou-se “chanceler” da Alemanha e, após a morte de Hindenburg (02/08/34), “Führer und Chanceler”, em outras palavras: Ditador (1934/1945). Escreveu seu livro *Minha luta* durante os nove meses em que esteve na cadeia – nele manifesta seus temores, seu ódio aos judeus e seu desprezo pela democracia.

As violências e perseguições começaram em 1933, com intimidações, telefonemas anônimos, quebra-quebras e perseguições que se incrementaram até os “campos de concentração”, com torturas e mortes. Por isso, a partir de 1933, muitos democratas e professores judeus fogem da Alemanha sendo que uma parcela expressiva deles vêm para o Brasil. Vários chegam à

USP (criada em 1934), o que a fez dar um salto de qualidade frente às demais universidades da América Latina.

Lembro-me, rapidamente, de 10 que vieram para o estado de São Paulo: Friedrich Gustav Brieger (geneticista, colaborador de K. Correns), Ernest Marcus e sua senhora (zoólogos), Félix Rawicher (botânico), H. Hauptmann (químico), Giorgio Schreigber (citologista), H. Breslau (zoólogo), A. Levy-Straus (antropólogo), H. Gilbertsmith (microbiologista) e F. Ottensooser (hematologista). Três pessoas fo-

ram responsáveis por colocar a genética brasileira, em 1964, em 4º lugar no mundo: F. G. Brieger (na ESA Luís de Queiroz, da USP, em Piracicaba), A. Dreyfus (na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em São Paulo, com forte auxílio de Theodosius Dobzhansky, da Columbia University) e Carlos Arnaldo Krug (no Instituto Agrônomo de Campinas).

De 1º de abril de 1964 até dezembro de 1974, a genética foi, com outras ciências, muito prejudicada por prisões, perseguições, de-

O evento inovador mais importante da USP no que se refere a ensino, qualificação e treinamento universitário foi a criação de cursos de pós-graduação em 1968; para a defesa do cidadão universitário, foi a fundação da Adusp em 1976, ...

missões e exílios de cientistas de primeira linha. O Dr. Júlio Pudles estava prestes a descobrir um anestésico perfeito estudando garotos que não sentiam dor; o Dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva estava terminando a criação do laboratório de Genética de Microorganismos e aglomerando pesquisadores de ótimo nível na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP).

Nas esferas universitárias, o caso mais grave aconteceu na USP, onde três professores dedos-duros acusaram 44 colegas de serem comunistas, o que era considerado um crime

pela ditadura militar. Mais tarde, quando os próprios militares examinaram os processos, encontram apenas 5! Em 1978, o general Sílvio Frota apresentou uma lista de 95 comunistas que ocupavam cargos importantes em órgãos federais do país: a lista era uma vergonha tanto como tentativa de perseguição como por demonstração de deficiência de informação; continha nomes de pessoas mortas, ou que trabalhavam em empresas particulares ou que tinham emigrado do país. Até eu (na época diretor do INPA) estava nes-

se listão, e posso dizer que sempre fui socialista mas nunca comunista - o comunismo ditatorial de linha soviética, inclusive, proibia o ingresso de geneticistas no partido.

O evento inovador mais importante da USP no que se refere a ensino, qualificação e treinamento universitário foi a criação de cursos de pós-graduação em 1968; para a defesa do

cidadão universitário, foi a fundação da Adusp em 1976, e para o progresso da pesquisa científica, em que a USP foi a maior beneficiada, foi a instalação em alto nível da Fapesp em julho de 1962.

Dialogando sobre o papel da Universidade na Indústria e Agricultura com o Dr. Tetsuo Tsugi, doutor pela USP e hoje professor da Universidade Federal do Maranhão, sobre pesquisa básica e aplicada, chegamos a duas conclusões:

a) Os professores e alunos das nossas universidades não gostam de fazer extensão universitária. E

parece que isso é característica da grande maioria das universidades do mundo, talvez sendo Cuba a única exceção.

O Dr. Neal Lane, diretor da National Science Foundation, dos EUA, diz (em um artigo de Eliot Marshall, 1996) que a coisa que ele mais procura é um “cientista-cidadão que ame a sua terra, que tenha compromisso com o seu povo. O cientista cívico, larga, de vez em quando, o seu laboratório e constrói a fascinação do público para com o mundo natural, fazendo com que a ciência esteja sempre nos primeiros lugares da agenda da sociedade. Ele critica a atual diminuição de verba para a pesquisa, dizendo que é “um experimento insensato”, porém, “acrescenta”: parte da culpa é dos próprios cientistas, pois é óbvio que “o público gosta da ciência, porém, será que os cientistas gostam do público?”. As diminuições de verbas para a pesquisa científica, que o Dr. Neal Lane chama de “experimento insensato” (pois os asiáticos estão fazendo o contrário), fazem-nos lembrar do grande professor Charles William Eliot, que por 40 anos (1864-1904) foi reitor da Harvard University, elevando-a à categoria de uma das melhores universidades do mundo. O Dr. Eliot apresentou ao Presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), como seu conselheiro que era, uma lista de gastos com a educação nos três níveis. Roosevelt olhou a lista e disse: “A Educação está muito cara!” O Dr. Eliot replicou imediatamente: “Se você acha a educação muito cara, experimente a ignorância”.

Infelizmente, tanto o governo federal como os estaduais e municipais de nosso país ainda não aprenderam a lição de Darcy Ribeiro: “O Japão deu certo porque criou escolas”.

b) A segunda conclusão é que nos países desenvolvidos a indústria e a agricultura, além de produzirem ciência, têm fortes laços de ligação com as universidades, o que nos países subdesenvolvidos não acontece. Como triste consequência, as universidades do ter-

Infelizmente, tanto o governo federal como os estaduais e municipais de nosso país ainda não aprenderam a lição de Darcy Ribeiro: “O Japão deu certo porque criou escolas”.

ceiro mundo têm ligações com as universidades do primeiro mundo, e a indústria subdesenvolvida tem laços de submissão com a indústria dos países desenvolvidos.

O último número de *Interciência* traz um artigo muito interessante de três autores mexicanos (Tovar *et al.* 1996). Começam com a universidade medieval, que sofreu sua primeira revolução ao final do século XIX, quando a experimentação passa a ser um função da universidade. A segunda revolução deu-se quando a uni-

versidade se integrou ao desenvolvimento econômico, ou seja, se produziu a “capitalização do conhecimento”. Esses autores criticam o governo mexicano, que, nos últimos 12 anos, privilegiou a manipulação financeira em vez de fortalecer a produção e as universidades. Como satirizava um comico brasileiro: “Nós brasileiros, que não estamos acostumados com isso, estranhamos”.

Aqueles três cientistas citam em seu artigo quatro casos de transferência de tecnologia dos quais mencionarei o primeiro. É a colaboração de um industrial mexicano, que buscou auxílio da Universidade Nacional Autônoma de México. Desenvolveram uma bebida isotônica, Enerplex, que permitia ao desportista recuperar rapidamente água, sais, vitaminas hidrossolúveis e carboidratos. Cinco anos depois a Quaker Oates (que no México se chama La Azteca) introduziu no México a Gatorade, que faz quase a mesma coisa. Neste caso a única deficiência desta colaboração foi a falta de patriotismo, de um maior apoio do comércio e, talvez, de uma melhor propaganda com apelo nacionalista.

Algumas pessoas da alta administração comparam o preço de um aluno nas universidades particulares com o das governamentais, esquecendo-se das pesquisas, dos hospitais e dos institutos. Costumo dizer que universidade sem pesquisa é ginásio piorado, e, sem extensão, é um corpo sem coração.

Aqui estão alinhavados alguns problemas aos quais a Adusp precisa estar atenta para bem cumprir sua missão. **RA**

USP – AS ÚLTIMAS DÉCADAS

José Goldemberg

A Universidade de São Paulo passou, nas últimas décadas, por duas importantes transformações estruturais que a modernizaram e permitiram que continuasse a ocupar uma posição de liderança incontestada no cenário nacional.

A primeira delas foi a imposta pelo governo militar, em 1969, extinguindo as cátedras, criando a estrutura departamental e os Institutos Básicos. Acompanhada de cassações e aposentadorias forçadas de um número significativo de professores, esta reforma – apesar de seus aspectos modernizantes, não devidamente apreciados na ocasião – teve um enorme efeito desmoralizador, cujas conseqüências foram sentidas na USP por muitos anos.

Coube ao professor Miguel Reale, indicado como Reitor em 1970 através de um processo que pouco teve de democrático, implantar a Reforma e tentar estabelecer um ambiente de trabalho tolerável na universidade. Durante seu período como reitor, de 1970 a 1973, as obras da Cidade Universitária tiveram grande impulso com a transferência para aquele *campus* de diversas unidades e a consolidação dos Institutos Básicos como Matemática, Física, Química, Ciências Biomédicas e Geociências. Apesar de sua origem autoritária, o professor Reale defendeu a universidade da interferência aberta dos órgãos de segurança e criou condições para uma certa tranquilidade das atividades universitárias, o que permitiu que ela se beneficiasse do esforço do governo federal em áreas tecnológicas nas quais ti-

na interesse especial através da ação da FINEP, Comissão Nacional de Energia Nuclear e CNPq. Pouco progresso ocorreu nas áreas das Ciências Humanas, apesar de ter sido criada, na época, a Escola de Comunicações e Artes.

Seus sucessores na Reitoria, professores Orlando Marques de Paiva (1974-1977), Waldyr Muniz Oliva (1977-1980) e Hélio Guerra Vieira (1981-1985), tentaram prosseguir no mesmo caminho, realizando, porém, administrações essencialmente burocráticas, enfrentando resistências crescentes das associações de docentes, alunos e funcionários. Além de problemas salariais, foi-se gerando grande insatisfação com os métodos pouco democráticos de escolha dos dirigentes universitários e do próprio reitor, de modo que os períodos pré-eleitorais se caracterizaram por amplos debates e tentativas de organização de listas sêxtuplas para os cargos de direção que se originassem na “comunidade” universitária.

Com o declínio do regime autoritário, aos níveis nacional e estadual, estes movimentos ganharam grande impulso, levando o reitor a uma posição crescentemente imobilista, e, por essa razão, o período 1975-1985 se caracteriza como uma década de estagnação e perda de vitalidade da USP.

Com a eleição do governador Franco Montoro, em fins de 1982, as condições políticas no estado de São Paulo melhoraram muito do ponto de vista de uma maior participação democrática, e a escolha do reitor, em 1985, refletiu estas novas condições.

Houve, na época, o sentimento claro de que era preciso sacudir a universidade para reerguê-la aos níveis de desempenho que ela havia tido no passado.

Os três setores da universidade (docentes, estudantes e funcionários) elegeram listas sêxtuplas de candidatos. Venceu entre os docentes o professor José Goldemberg, que pareceu reunir, na ocasião, melhores condições de atender os seus anseios. Escolhido pelo governador, o professor Goldemberg exerceu a Reitoria de 1986 a 1989, período no qual os Estatutos da Universidade foram reformados, ganhando a feição institucional que têm hoje.

Ao mesmo tempo, o reitor obteve um empréstimo de US\$ 60 milhões do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o que permitiu a retomada

de obras na Cidade Universitária e nos *campi* do interior, reequipando e modernizando os laboratórios de diversas unidades e, sobretudo, promovendo a “informatização” da universidade, tanto na área de pesquisa como na administrativa.

As transformações mais significantes foram, porém, no campo institucional – consubstanciadas no novo Estatuto –, e o esforço que se fez para elevar o nível científico dos docentes e departamentos e seu desempenho.

No campo institucional, algumas das inovações foram:

- i. maior participação dos representantes dos estudantes e funcionários nos órgãos de direção da universidade (20% de estudantes e 10% de funcionários no Conselho Universitário);
- ii. listas tríplices para a escolha de dirigentes (inclusive reitor) em lugar de listas sêxtuplas, como anteriormente, batalha esta já vencida no Supremo Tribunal Federal, em que a USP teve reafirmada sua autonomia para a escolha de dirigentes;
- iii. promulgação do novo Estatuto pelo reitor da universidade no exercício pleno da autonomia universitária e não pelo governador.

Tão importantes como estas inovações foi, porém, a obtenção da autonomia financeira real da USP (e das demais universidades estaduais) através de decreto do governador, alocando uma fração determinada do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) para as universidades. Com isso, foram assegurados recursos estáveis (mesmo que insuficientes) para permitir um planejamento mais sério nas universidades públicas e criar um senso de responsabilidade maior entre os reitores. Isto é o que se conseguiu fazer em São Paulo, onde uma porcentagem fixa dos impostos é alocada às universidades. Desta forma, a “irresponsabilidade cívica” tão comum entre os reitores das universidades federais, que criam despesas e depois correm ao ministro da Educação para suplementar suas verbas, acabou. Os reitores de São Paulo, de modo geral, sabem com que recursos podem contar e não se arriçam a ir além deles autorizando expansões irresponsáveis, mesmo quando pressionados por greves e movimentos corporativos.

Além disso, um enorme esforço foi feito para elevar os padrões de desempenho e o nível geral do trabalho científico dos pesquisadores da USP.

Pelas suas origens e longa tradição (pelos padrões brasileiros) de mais de 60 anos, as finalidades da universidade são a docência, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, que provêm da concepção de universidade do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” no início da década dos 30.

“A educação superior ou universitária (...) deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de

elaboradora ou criadora de ciência (investigação),
docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de

vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes”.

Observe-se que não constava do ideário dos Pioneiros a “prestação de serviços à comunidade”, eufemismo usado freqüentemente como meio de assegurar posições ou empregos em certos setores da universidade. Várias destas atividades, como atendimento hospitalar e odontológico gratuitos à população, creches e outros serviços fortemente subsidiados, caem na categoria de assistência social, que pode ser necessária, mas que deveria ser coberta com recursos de outra origem que não os dedicados à educação pública.

A melhoria dos padrões e desempenho da universidade passa claramente por avaliações externas para evitar o corporativismo dos departamentos e outros setores. Esta questão se revelou extremamente controvertida, o que reflete o quanto as universidades brasileiras e a própria USP se tornaram, na prática, verdadeiras “repartições públicas”, imitando freqüentemente empresas estatais que evitam um escrutínio maior da sociedade sobre suas atividades.

Nos países mais avançados os padrões são estabelecidos por publicações em revistas científicas de alto nível (que submetem os artigos recebidos a um exigente sistema de *referees* não identificados) ou pelas organizações de amparo à pesquisa (governamentais ou fundações privadas do tipo Fapesp ou VITA no Brasil) e que só aprovam recursos para pesquisas após aprofundado julgamento. A resistên-

cia de certos setores da USP em se submeter a avaliações propondo duvidosas “auto-avaliações” chega às raias do absurdo, como foi demonstrado pela polêmica provocada pelo reitor ao iniciar a publicação de um relatório contendo a produção acadêmica dos docentes todos os anos. É bem verdade que tal publicação – pelo simples fato de existir – demonstraria claramente que muitos docentes são mais ativos e criadores do que outros, e a tentativa que foi feita de evitar que isto acontecesse (ou de desqualificá-la atribuindo-lhe propósitos “polícialescos”) mostrou o empenho de certos setores da universidade em esconder a sua mediocridade.

O fato do ICMS crescer pouco nos últimos anos (e conseqüentemente os recursos das universidades) levou a movimentos reivindicatórios e greves de eficácia muito duvidosa porque é simplesmente inapropriado tentar trazer para dentro das universidades as táticas de luta sindical que tiveram sucesso em São Bernardo ou Santo André. Não deixa de ser encorajador verificar, porém, que mais recentemente um grande número de docentes tenha percebido isto e que certos líderes sindicais reconheçam agora, um pouco embaraçados, que sua luta não era em defesa da universidade, mas tinha por objetivo a mobilização política dos docentes.

A remuneração, na visão de alguns docentes, não deve ser tratada na base do mérito individual, mas numa pretensa isonomia que não existe nos demais setores da sociedade, que reflete uma visão burocrática da universidade que acaba por transformá-la numa repartição pública. O que a isonomia salarial tem conseguido – em nome da equidade – é achatá-lo salário dos mais qualificados. Uma das formas de melhorar os salários é a adoção do regime de turno completo e a permissão de um dia por semana para consultoria para os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva, que foi adotada na USP na gestão do professor Goldemberg, apesar de míope oposição de certos setores.

Com o salto qualificativo e quantitativo realizado no período 1986-1989 a USP se modernizou, mas vários dos avanços conseguidos estão ameaçados por três problemas não resolvidos:

o número crescente de aposentadorias “preco-

Quando o mérito tem prioridade, questões como isonomia e igualitarismo perdem o sentido e acabam por se transformar num obstáculo corporativo. Segundo Hobsbawn, uma das maiores conquistas da Revolução Francesa de 1789 foi justamente abrir ao talento inúmeras carreiras antes exclusivamente nas mãos de uma reduzida minoria de aristocratas.

ces” que a Constituição autoriza e que está aumentando desmesuradamente a folha de pagamento dos inativos (que são pagos com recursos da própria universidade). A solução para este problema é mudar a Constituição (o que não é fácil) ou criar um sistema próprio de aposentadoria atuarialmente correto para os professores e funcionários;

a estabilidade quase absoluta e total que gozam os funcionários e professores das universidades, antes mesmo de concursados. É razoável que uma fração pequena dos professores mais titulados sejam protegidos por estabilidade funcional (como juízes) para assegurar sua autonomia intelectual e de pesquisa – sobretudo em períodos de governo autoritário. O que é absurdo – e uma distorção completa – é o que os interesses corporativos fizeram estendendo a estabilidade para todos;

a multiplicação desmesurada de cursos de pós-graduação ou mesmo de graduação em áreas que não têm justificativa social nenhuma nem demanda. Isto ocorre em nome de uma visão abstrata de que a universidade tem que cobrir todas as áreas, o que não é o caso na maioria dos lugares do mundo, nem estava ligado ao próprio conceito de universidade quando elas foram criadas, no século 12. A defesa destas teses provêm freqüentemente de interesses muito localizados.

Não resta a menor dúvida de que o Estado (isto é, o governo federal e o estadual) atingiu o limite possível dos dispêndios destinados à educação superior e que há outras áreas prioritárias, como educação fundamental, saúde, habitação, transportes e segurança, que necessitam recursos crescentes.

O governo federal despende hoje mais de R\$ 5 bilhões por ano com as universidades federais, além de R\$ 1 bilhão em bolsas de estudo e subvenção à

pesquisa, o que é uma fração significativa do orçamento federal.

A Universidade de São Paulo recebeu, em 1996, cerca de 700 milhões de reais diretamente do estado de São Paulo, mais cerca de 400 milhões em bolsas de estudo e auxílios, o que não é pouco (20.000 reais por aluno), mesmo quando comparado com o que recebem as universidades americanas. Daqui para a frente ela só pode avançar – expandindo seus centros de pesquisa, laboratórios, bibliotecas e instalações – pelo exercício do mérito que irá atrair inversões de recursos privados, que é uma área praticamente inexplorada no Brasil.

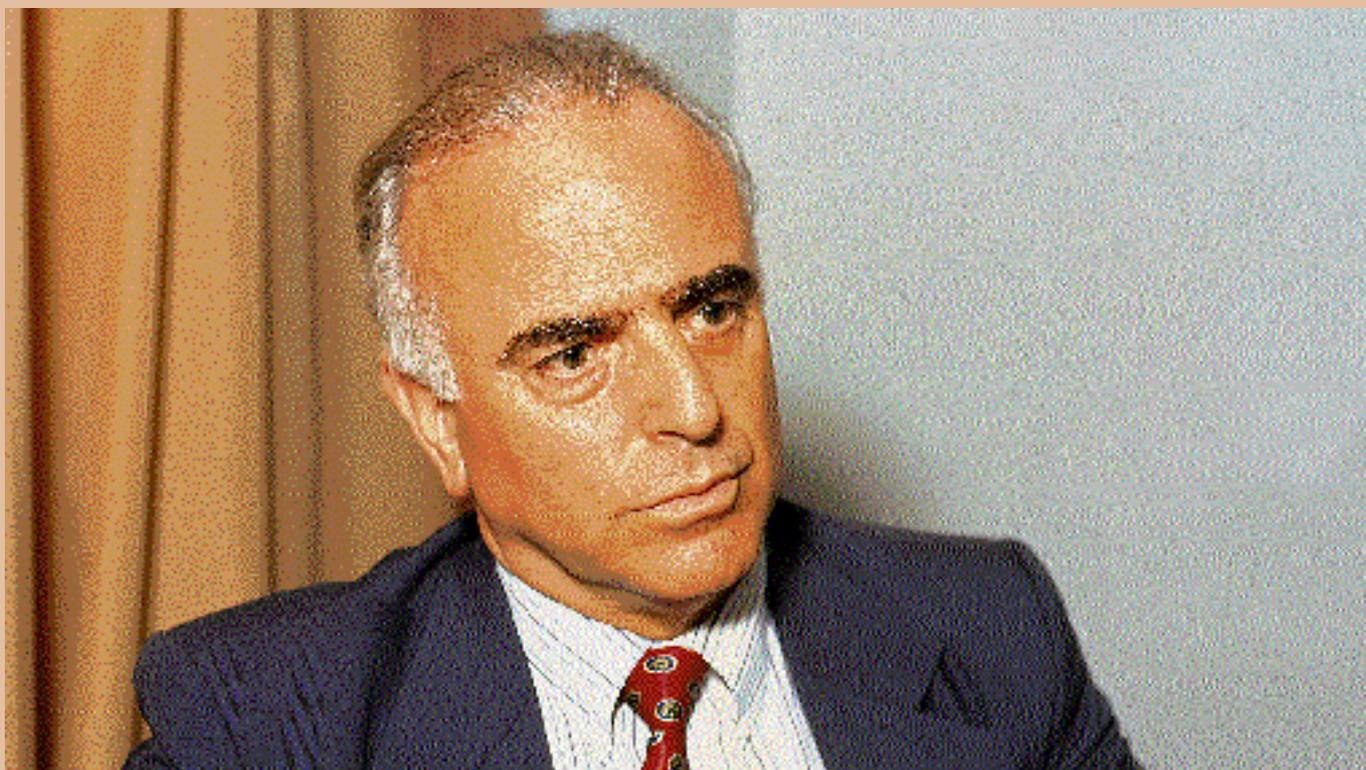
Quando o mérito tem prioridade, questões como isonomia e igualitarismo perdem o sentido e acabam por se transformar num obstáculo corporativo. Segundo Hobsbawn, uma das maiores conquistas da Revolução Francesa de 1789 foi justamente abrir ao talento inúmeras carreiras antes exclusivamente nas mãos de uma reduzida minoria de aristocratas (aproximadamente 400 mil pessoas numa população total de 23 milhões). A “explosão” de oportunidades no exército revolucionário francês (onde a promoção em todos os casos passou a ser por mérito) e nos negócios criou uma classe média francesa que modernizou aquele país.

É por essa razão que propostas de reformas cujo corporativismo é indisfarçável, como “eleições diretas para reitor”, “estabilidade para todos”, “promoções automáticas” (como ocorreu nas universidades federais), “aumentos salariais pelo piso”, que não colocam o mérito como prioritário, são obstáculos à modernização da USP, que necessita de um “terceiro salto” – um salto de qualidade –, além dos dois descritos acima para enfrentar os desafios da século 21.

José Goldemberg foi reitor da Universidade de São Paulo de 1986 a 1989.

Entrevista
Paulo Renato Souza
por Marcos Cripa

ENSINO FUNDAMENTAL É A PRIORIDADE DO MEC



Desde que assumiu o cargo de ministro da Educação do governo FHC, Paulo Renato Souza vive no olho do furacão. Nenhuma proposta de seu ministério é aprovada sem antes gerar intensa polêmica. A última delas foi o “provão”, mecanismo implantado pelo MEC para avaliar as universidades e que desencadeou um acalorado debate nos meios acadêmico e estudantil. No início da gestão, ele foi taxado de marketeiro por tentar “vender idéias e programas” que não tinham sequer sido avaliados pelos técnicos do ministério, como por exemplo o projeto Educação à Distância. Nesta entrevista, Paulo Renato afirma que a prioridade do governo FHC na área da educação é o ensino fundamental e que é preciso levar em consideração as transformações da sociedade. Do sindicalista que presidiu a Adunicamp, entre os anos de 79 e 81, e liderou manifestações contra o governo Paulo Maluf, ele guarda poucos traços. Justifica-se dizendo que lutava contra a ditadura e que o país mudou. Paulo Renato fala, ainda, sobre o polêmico projeto de autonomia das universidades federais e de sua distante relação com as Associações e com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Adusp - Gostaria que o sr. fizesse uma avaliação da educação no Brasil nos últimos 20 anos.

Paulo Renato - Não há dúvidas que a educação vem melhorando. Se observarmos todos os dados de cobertura do sistema educacional em relação à população em idade escolar, a proporção é muito maior hoje em relação a 20 anos atrás. Nós fomos capazes de instalar a pós-graduação no Brasil praticamente nestes últimos 20/30 anos. Ela é o que temos de melhor no nosso sistema educacional. A pós-graduação tem dado uma contribuição muito importante para o nosso desenvolvimento na área de pesquisa e formação de recursos humanos de alta qualidade. Enfim, acho que há muitas coisas positivas a destacar na evolução da educação no Brasil neste período. Entretanto, a sensação que nós temos, a consciência que nós temos, é que a educação é um problema porque, apesar dessa melhoria, os indicadores de analfabetismo, de repetência e evasão escolar são muito altos, sérios e negativos. Apenas 50% dos alunos, hoje, concluem o primeiro grau, e quem conclui leva em média 11 anos. Além disso, a taxa de analfabetismo continua acima de 15%. Portanto, não é que o sistema não tenha melhorado; talvez ele não tenha melhorado no ritmo requerido pelo nosso desenvolvimento. Se observarmos outros países, como a Coreia, que se desenvolveram nos últimos 30 anos de uma maneira muito rápida, veremos que eles também desenvolveram o seu sistema educacional. Eles partiram, 30 anos atrás, de uma situação muito pior que a brasileira e hoje estão numa situação bem melhor. Eles evoluíram mais rapidamente, e isso eu acho que é uma coisa importante. Nós não melhoramos no ritmo que deveríamos.

Adusp - Não houve melhoria por falta de verbas ou de decisão política?

Paulo Renato - Há vários fatores. Um problema é o da escassez de recursos, mas um outro, muito mais sério, é

o da má distribuição de recursos. Estes países que citei anteriormente sempre dedicaram uma porção muito maior do seu orçamento da educação para a educação básica e não para o ensino superior. Acho que, de alguma forma, o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro correspondeu ao modelo do desenvolvimento econômico que estávamos seguindo; um modelo fechado, de substituição de importações, e era um modelo funcional. Não precisávamos, naquele modelo, ter uma educação de base ampla; nós tínhamos um mercado restrito, mas precisávamos ter tecnologia de ponta, tecnologia nacional e, portanto, desenvolvimento de segmentos de alta qualidade dentro do sistema educacional brasileiro. Eu diria que o modelo de desenvolvimento da educação que nós seguimos foi coerente com o modelo de desenvolvimento econômico que seguimos hoje. Outros países tiveram que enfrentar a questão da abertura de suas economias de uma forma muito mais precoce do que o Brasil e isto talvez os tenha incentivado a um investimento maior na educação de base. Agora, isto se coloca para nós como uma questão crucial porque, de alguma forma, entramos no modelo de economia globalizada, onde a evolução técnica é extremamente rápida e em que o exercício da cidadania, em qualquer dimensão, requer educação de qualidade.

Adusp - O sr. fala em educação de qualidade proporcionada pelo Estado, aí entendendo-se os governos federal, estaduais e municipais, ou a praticada pela iniciativa privada?

Paulo Renato - A proporção de alunos no primeiro grau é de 90% no ensino público e 10% na rede particular; no segundo grau é de 80% para o público e 20% para o particular e, no terceiro grau, é da ordem de 60% do particular e 40% público, considerando todo o setor público (municipal, federal e estadual). Acho que temos que buscar qualidade na educação inde-

pendentemente da forma jurídica ou da vinculação institucional da entidade. Este é o grande desafio, nós não podemos esperar que haja qualidade apenas na escola pública, temos que contar também com a melhoria e a qualidade na escola privada e isto está havendo. Acho que a universidade privada vem melhorando também.

Adusp - O ensino privado vem melhorando por reorientação do Ministério da Educação ou por uma questão meramente mercadológica?

Paulo Renato - Por uma necessidade da própria sociedade. Não é uma questão de mercado, é que a sociedade passa a exigir mais qualidade na formação dos alunos, e se os alunos vem do setor público ou privado isto para o mercado de trabalho não importa muito. Há uma busca justamente de melhorar a qualidade para atender melhor a demanda social.

Adusp - Gostaria que o sr. analisasse os seguintes dados: em 1962, 60% das vagas no terceiro grau eram oferecidas pelas universidades públicas, em 84, 20%, e atualmente apenas 22% dessas mesmas vagas são oferecidas pelo setor público. Porque houve essa inversão?

Paulo Renato - Se você analisar só o percentual na proporção, supõe-se uma visão estática, como se o número de alunos tivesse permanecido o mesmo. Na verdade, neste período, o número de alunos no sistema universitário multiplicou-se por quatro ou cinco vezes. Portanto, houve uma expansão do sistema público e privado em que o sistema privado expandiu-se mais rapidamente. Isto inclusive por uma forma de financiamento da área pública, da universidade pública. Nos últimos anos, por exemplo, nós tivemos um crescimento de financiamento (nas universidades federais) que passou de US\$ 1 bilhão a oito anos atrás para US\$ 5 bilhões no ano passado. E mais, o crescimento do número de matrículas nas universidades públicas federais

aumentou em cerca de 25% para uma multiplicação dos recursos da ordem de cinco vezes. Então, aqui há um problema, não se pode explicar tudo como falta de recursos. É muito simplismo explicar tudo como falta de recursos. Nós temos que ver o problema da eficiência dentro do sistema. É muita responsabilidade, uma vez que este dinheiro é público, proveniente de impostos, e quem paga isto, na maior proporção, é a população carente deste país. A educação não é gratuita, e acho muito importante dizer isto. Alguém paga pela educação, e quem paga não são os alunos que estão freqüentando e sim a população em geral. Este é o ponto crucial e por isto mesmo nós temos que exigir eficiência dentro do setor público, o que não está havendo. Há um problema de recursos. Eles podem ser melhor utilizados.

Adusp - A que eficiência, ou ineficiência, o sr. está se referindo?

Paulo Renato - Por exemplo, acho o sistema de aposentadoria que temos na universidade um absurdo. Significa um grande desperdício de recursos. Em nenhum país do mundo existe este sistema, ou seja, a aposentadoria com 25 anos e salário integral. Isto significa que o custo é muito alto. Nós temos hoje quase 40% de gasto de pessoal, na universidade federal, com aposentados. Significa também que os salários não podem ser maiores. Se o sistema de aposentadoria fosse mais racional, como ocorre em outros países, os salários poderiam ser mais elevados e poderíamos ter mais alunos. O sistema poderia ser maior, e isto para falar apenas da aposentadoria. Podemos falar também das regras do serviço público que são impostas às universidades, das regras de contratação de pessoal, das regras vinculadas ao regime único do servidor, das regras da própria gestão da coisa pública que submete tudo à Lei

A educação não é gratuita, e acho muito importante dizer isto. Alguém paga pela educação, e quem paga não são os alunos que estão freqüentando e sim a população em geral. Este é o ponto crucial e por isto mesmo nós temos que exigir eficiência dentro do setor público, o que não está havendo.

nº 8.666, que nós sabemos que produz ineficiência na aquisição de bens e produtos. Há um conjunto de fatores que leva a esta ineficiência.

Adusp - O sr. foi presidente da Adunicamp, entre 79 e 81; no governo Moutoro, assumiu as secretarias do Planejamento e da Educação; entre 86 e 90, foi reitor da Unicamp; entre 91 e 94, assumiu a gerência de operações do BID e, depois, assumiu o Ministério da Educação. O que mudou nesta trajetória entre o sindicalista e o ministro?

Paulo Renato - Eu me sinto basicamente a mesma pessoa. Obviamente o mundo evoluiu, e não dá para ficar parado, estático. Nós tínhamos um modelo de economia, naquele momento, por exemplo, totalmente fechado. Hoje, temos que nos dar conta de que o mundo mudou e que o Brasil precisa acompanhar esta mudança. O mundo muda, as circunstâncias mudam, e nós temos que olhar estas circunstâncias e mudar também, mantendo uma coerência básica, que eu acredito que tenho mantido ao longo destes anos. Por outro lado, se me convencesse do contrário, teria mudado. Mas, se eu for olhar quando assumi a Adunicamp, por exemplo, a minha grande preocupação era a questão da qualidade da universidade. Nós passamos a realizar seminários; era uma questão de não lutar apenas pelos salários dos professores, mas lutar por uma

universidade de qualidade. Isto estava na minha plataforma para ser eleito presidente da Adunicamp e esteve presente em toda a minha gestão como presidente daquela entidade, e depois sucessivamente. Acho que em todos os cargos que exerci acabei sendo encarregado da educação sem buscar isso. Acabei sendo escolhido secretário, depois eleito reitor e agora ministro. Eu não me preparei especialmente para isto; aconteceu, e hoje tenho uma experiência acumulada muito grande nesta área. Talvez poucos tenham esta experiência, hoje, no Brasil. Na área da educação, a questão da qualidade eu busco sempre com a mesma intensidade, com a mesma força. Um dia desses, reli um artigo que escrevi em 89, sobre a proposta da LDB, e subscreveria este artigo ainda hoje sem nenhuma dúvida. Naquela ocasião eu era reitor da Unicamp.

Adusp - Em síntese, o que dizia o artigo?

Paulo Renato - O artigo era anticorporativo e, na verdade, procurava mostrar a necessidade de a educação se abrir para enxergar a sociedade e buscar qualidade na educação. Falava, também, sobre a avaliação universitária. Fiquei satisfeito, porque estava defendendo a mesma bandeira.

Adusp - O sr. acredita que as associações docentes têm comportamento corporativo? Elas têm a necessidade de discutir o nível, ou seja, a qualidade da universidade, pública ou particular?

Paulo Renato - Eu acho que é necessário, sim, mas confesso que não tenho acompanhado o debate interno nas associações. Parece-me que é necessário, e esta é a visão que nós tínhamos. Sou fundador da Andes, e era presidente da Adunicamp, quando nós fundamos a Andes em Campinas, e a visão que tínhamos era de uma entidade que se preocupasse com a ques-

tão da universidade no seu conjunto. Talvez o caráter sindical da entidade tenha sublinhado em excesso os aspectos corporativos e salariais em relação ao que se pensou inicialmente como um associação de docentes.

Adusp - O sr. é contra o sindicato?

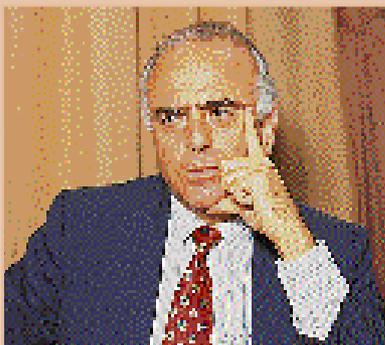
Paulo Renato - Não, ao contrário, acho que é preciso haver espaço para tudo. O que eu reclamo é a necessidade de um debate maior sobre a questão da universidade.

Adusp - Qual é a relação que o sr. tem, hoje, com a Andes?

Paulo Renato - É uma relação um pouco distante. Hoje, observo uma instrumentalização política na entidade. Não se estão discutindo seriamente os argumentos, não se estão usando os dados com transparência e seriedade para buscar uma solução; está se procurando uma contraposição ao governo por uma questão até político-partidária. Estou numa idade em que penso mais em realizar coisas que me parecem mais importantes do que estar me preocupando com questões meramente político-partidárias.

Adusp - Em 79, quando era presidente da Adunicamp, o sr. teve um grande embate com o governo Maluf. Qual é o problema de a Andes se contrapor ao governo FHC? Não é uma atividade lícita a da Andes?

Paulo Renato - A diferença é que o governo FHC foi eleito e o governo Maluf foi imposto pela ditadura. Parece que as pessoas não perceberam esta diferença, que o Brasil mudou, que houve eleição e que as pessoas que estão aqui estão fazendo seriamente o trabalho. Eu estou disposto a discutir qualquer dado, mas vejo um documento da Andes que analisa a questão da autonomia em que os dados são vergonhosamente manipulados. Basta botar o olho para ver uma manipulação grosseira na tentativa de demonstrar que a proposta do governo reduz



Não sou contra o sindicato, ao contrário, acho que é preciso haver espaço para tudo. O que eu reclamo é a necessidade de um debate maior sobre a questão da universidade.

em 50% a verba para a universidade. Este trabalho não é sério. É um pouco revoltante para mim, o sangue ferve quando eu vejo estas coisas.

Adusp - O Ministério da Educação é historicamente ligado ao PFL; o sr. já desmontou essa estrutura?

Paulo Renato - Eu trabalho muito bem com as pessoas de todos os partidos, inclusive há pessoas do PT trabalhando comigo. Tenho pessoas filiadas ao PFL que estão colaborando comigo, e não me preocupei em desmontar máquina nenhuma. Procurei ter uma proposta clara e trabalhar com todo mundo que quisesse trabalhar positivamente no sentido daquela proposta.

Adusp - O anuário da Unesco de 1994 divulgou os seguintes dados com gastos públicos totais na educação, levando-se em consideração o percentual do PIB: em 86, 4,7%; em 88, 4,3%, e em 89, 4,6%. Acontece que, quando o IBGE consolidou os dados, em 86 a percentagem apurada foi de 3,3%; em 88, 3,74%, e em 89, 3,58%. Portanto,

uma diferença significativa. O sr. acredita que os dados possam ter sido manipulados? E mais, os dados encaminhados na sua gestão à Unesco também não podem estar errados?

Paulo Renato - Eu contratei, para realizar este estudo, um dos maiores especialistas em questões fiscais no Brasil, que é o José Roberto Afonso. É ele quem está cumprindo este trabalho neste momento. O que nós levamos foram dados preliminares; os dados que ele está concluindo são inclusive superiores àqueles apresentados. O José Roberto Afonso é doutor pela Unicamp, pessoa de muita respeitabilidade, que trabalha no PNDS. Eu confio nos meus dados. Quem tem outros dados que se apresente e conteste com base em argumentos sólidos.

Adusp - Evidentemente a diferença aparecerá, se é que existe, quando for feita a consolidação dos dados.

Paulo Renato - O problema não é da consolidação, trata-se de uma questão de metodologia. Os dados dos anos anteriores eu não estudei; eu quis fazer uma avaliação a partir dos dados que temos hoje, que são os dados orçamentários, uma estimativa do gasto privado.

Adusp - Pesquisamos alguns dados da Unesco exatamente para tentar esclarecer esta questão.

Paulo Renato - Realmente eu não olhei estes dados referentes aos anos anteriores para saber qual a metodologia. Parti da idéia de que tínhamos que estabelecer uma metodologia que levasse em consideração o conjunto.

Adusp - A manipulação dos dados encaminhados à Unesco é uma hipótese estapafúrdia?

Paulo Renato - Não, eu acho que não... acho que estes dados nos anos anteriores... me parece... eu precisaria analisá-los... me parece que são muito mais relacionados a uma diferença de metodologia. O IBGE, provavelmente

te, está trabalhando apenas com dados da educação pública, e muitas vezes se trabalhava apenas com dados federais, sequer levando em consideração os dados estaduais e municipais.

Adusp - Ministro, o Brasil é um dos pouquíssimos países, se não o único, que jamais informa à Unesco os seus gastos correntes com educação. Informa apenas os gastos totais. Acontece que, ao se computar apenas os gastos totais, o país pode estar fornecendo um índice maior do que aquele efetivamente gasto em educação.

Paulo Renato - Acho que a dificuldade que nós temos hoje no Brasil é de informação de dados. No Brasil, é um problema consolidar dados de gastos estaduais e municipais, fazer a consolidação nacional dos gastos. Em geral isto é muito difícil. Eu sei disso um pouco até pela profissão de economista. Ter um desdobramento dos dados, inclusive com a coisa corrente e capital, é sempre mais difícil. Acho que não há uma preocupação com manipulação.

Adusp - A LDB, ainda em tramitação no Congresso, estabelece o que é gasto com educação. Pressuponho que o MEC também tenha as suas regras para estabelecer o que deve entrar na conta educação e o que deve ficar de fora. Gostaria que o sr. falasse da prática brasileira de se incluir iluminação, construção de praças e a compra de ônibus, por exemplo, como gasto de educação.

Paulo Renato - A LDB vai tocar neste ponto adequadamente. O grande desperdício de recurso com a educação no ensino de primeiro e segundo graus estava vinculado à má distribuição dos recursos. Os prefeitos de municípios muito ricos, que tinham suas necessidades de educação supridas pelo Estado, acabavam indo ao Tribunal de Contas dizer que não tinham que aplicar em educação e permitiam que se aplicassem recursos em transporte, em construção de ginásio de esportes, em sambódromos, na pavimentação de ruas, na merenda escolar - que não é gasto com

educação. Isto era muito típico no estado de São Paulo, porque a alegação era que não havia mais o que gastar na escola, porque a escola não era responsabilidade do município. Isso foi corrigido, ou será corrigido, a partir da Emenda Constitucional nº 14, que foi aprovada no Congresso. Essa emenda redistribuiu os recursos da educação: 15% de acordo com o número de alunos, e obriga que 60% sejam gastos com salário do professor em atividade. Eu acho que, com isto, vamos, na verdade, limitar a própria liberdade dos Tribunais de Contas de aceitar aplicação de recursos que não sejam estritamente educação como se fosse educação.

Adusp - Essa emenda não desmonta projetos educacionais que muitos municípios estão fazendo em outras séries que não seja o I Grau?

Paulo Renato - Eles vão deixar de atender pavimentação de rua, construção de ginásio, bolsas de estudo para faculdade privada. Nós temos 25% para ser aplicado em educação, 15% dos quais têm de ir para o ensino fundamental; os outros 10% deverão ser aplicados prioritariamente pelo município na pré-escola, prioritariamente pelo Estado no segundo grau. Agora, eu tenho no primeiro grau, no Brasil, cerca de 80% dos alunos da rede pública. Portanto, estou reservando para 80% dos alunos apenas 60% dos recursos, 15 sobre 25. Há mais dinheiro do que o suficiente, se aplicado com seriedade. E repito, mais do que suficiente para uma educação de qualidade na pré-escola e no segundo grau.

Adusp - Voltando à questão do ensino universitário, a taxa de inscrição no ensino superior, medida entre jovens de 20/24 anos, é de 11%, ainda segundo dados da Unesco, e 17%, segundo os dados do IBGE para o estado de São Paulo. Acontece que estes percentuais são baixos quando comparados aos índices da Argentina, que registra 43%, Uruguai, 32%, Bolívia, 23% e EUA, 76%.

Como o Ministério da Educação enfrenta este grave e urgente problema?

Paulo Renato - Investindo no primeiro grau. Explico: o número de vagas no sistema de ensino superior no Brasil, hoje, é equivalente ao número de alunos formandos no segundo grau. A relação formandos no segundo grau e vagas na universidade é de 1,2% apenas. Portanto, o sistema de ensino superior no Brasil é exatamente aquilo que o Brasil precisa hoje. Em São Paulo e Rio Grande do Sul é 0,9%. Há mais vagas no sistema de ensino superior do que alunos formandos do segundo grau. No Nordeste, a relação é mais desfavorável. O número de vagas no segundo grau é suficiente, hoje, para o número de alunos que concluem o primeiro grau. Entretanto, menos da metade dos alunos que começam a primeira série do primeiro grau concluem a oitava série, e quem conclui a oitava série leva em média 11 anos. Portanto, o aluno que conclui a oitava série é um aluno velho para o segundo grau, é um aluno que provavelmente já terá que trabalhar, e, por isso, o segundo grau no Brasil é eminentemente noturno, o que significa uma preocupação ineficiente para o ingresso na universidade. Não há dúvida que, face a estes números, para melhorar e ampliar o sistema de ensino universitário no Brasil, temos que melhorar o primeiro grau.

Adusp - Melhorar não só o primeiro, mas também o segundo grau e o ensino superior.

Paulo Renato - Nesse momento, estamos gastando com o ensino superior no Brasil, no âmbito federal, se considerarmos inativos e ativos, mais de 18% do que deve ser dedicado à educação. Estamos gastando R\$ 5,3 bilhões, e oito anos atrás gastávamos R\$ 1 bilhão. O problema não é a falta de recursos, mas sim a boa utilização dos recursos. É por isso que a proposta de autonomia universitária popõe flexibilizar o uso dos recursos.

Adusp - Gostaria que o sr. fizesse uma análise da autonomia conquistada pelas estaduais paulistas, uma vez que naquela ocasião, 1988, o sr. era reitor da Unicamp. Como foi o processo?

Paulo Renato - Eu escrevi o decreto, ainda tenho o manuscrito. Hoje, se olharmos os resultados da autonomia no estado de São Paulo, não há dúvida que são positivos. A universidade é mais eficiente, aumentou o número de alunos, reduziu custos, melhorou a relação professor/aluno, funcionário/aluno; se tornou mais eficiente, ampliou o serviço social que presta. Li uma avaliação feita recentemente que mostra claramente isto. Para a universidade significou uma defesa e uma maior responsabilidade. Na universidade hoje, liberar um professor sem vencimentos é impossível. Os departamentos não liberam porque sabem que vão aumentar a carga de trabalho sobre os demais. A universidade se tornou mais consciente dos recursos de que dispõe e da necessidade de gerir bem estes recursos. Naquele momento, basicamente, nós saíamos de uma greve muito prolongada, onde havia grande insensibilidade por parte do governo, inclusive de receber os próprios reitores. Nós tínhamos dificuldades de ser recebidos pelo governador para tratar do assunto, e aquilo foi uma decisão do governo para se livrar do problema. A nossa grande briga, naquele momento, foi negociar os percentuais com a Secretaria da Fazenda, e, ali, contei com a ajuda de gente muito competente. Basicamente foi a Unicamp que liderou aquele processo de discussão. Eu tinha comigo o Waldemar Giomi, que tinha sido o chefe de Planejamento Orçamentário no governo Montoro e que ajudou a consolidar aqueles dados, e pudemos definir um critério que realmente significou uma garantia para a universidade. Naquele momento as en-

tidades foram resistentes à idéia. Foram os reitores que tomaram a liderança, e eu me lembro que dentro da universidade tivemos que enfrentar uma certa resistência. Acho, portanto, que o resultado é positivo.

Adusp - O caminho adotado na autonomia das universidades federais não é o mesmo das estaduais paulistas. Ainda assim o sr. considera a proposta de autonomia das federais muito melhor. Por quê?

Paulo Renato - Ela é melhor porque coloca uma garantia de recursos na própria Constituição. Não é um

Hoje, se olharmos os resultados da autonomia no estado de São Paulo, não há dúvida que são positivos. A universidade é mais eficiente, aumentou o número de alunos, reduziu custos, melhorou a relação professor/aluno, funcionário/aluno; se tornou mais eficiente, ampliou o serviço social que presta.

decreto, não é algo que pode ser mudado. Ela absorve a experiência de São Paulo e inova para melhor. São quatro os aspectos da autonomia: 1) orçamento global, é o que nós temos em São Paulo; 2) possibilidade de definição das próprias carreiras, também é o que temos em São Paulo; e, agora, o que não temos em São Paulo 3) a garantia constitucional dos recursos e 4) a constituição de um fundo com os 75%, em que a cada ano 95% do dinheiro – isto não está na proposta de emenda constitucional, será discutido depois, em lei complementar – são distribuídos de acordo com o caráter histórico que a universidade teve no ano anterior e os 5% restantes são distribuídos de acordo com o número de alunos, com as pesquisas. Enfim, com critérios para estimular as universidades a aumentar o serviço que presta à sociedade.

Adusp - Se é, realmente, um avanço como o sr coloca, por que até o reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, se posicionou contra, preocupado em relação à possibilidade de a autonomia nas federais vir a afetar a autonomia das estaduais paulistas?

Paulo Renato - Acho que o Fava foi equivocado na sua crítica, e, além disso, a crítica dele se referia a uma proposta anterior que tínhamos, que era a de deixar para definir em lei muitos aspectos da autonomia. O texto dizia: “na forma da lei”. Essa idéia foi mal compreendida e nós a abandonamos. Partimos para o contrário, ou seja, para definir o que queremos, o que é necessário, como o parágrafo do artigo 207 da Constituição para garantir a autonomia das federais. Nesse aspecto ele se refere especificamente às federais. Não toca em nada que seja de outro sistema de ensino.

Adusp - Um dos artigos da proposta de alteração do artigo 207 da Constituição diz: “A União transferirá, anualmente, por 10 anos, 75% do total dos recursos vinculados ao ensino que arrecadar...para a formação do Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior”. Não há, portanto, nenhuma garantia de recursos a partir desses 10 anos. O que vai ocorrer após esse prazo?

Paulo Renato - Não vai cair para zero. Daqui a 10 anos pode haver um presidente que queira aumentar ou fazer proposta de aumentar para 100% dos 18%, ou pode haver outro que diga que vai criar um sistema novo, um sistema, por exemplo, de escolas técnicas superiores, como existe na Alemanha. Daqui a 10 anos, temos que sentar de novo e ver o que está acontecendo. Acho que seria realmente irresponsável colocarmos na Constituição, para sempre, que 75% vai para

este sistema de ensino superior que temos aqui hoje. A sociedade tem que sentar, daqui a 10 anos, e rever essa questão. O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental também foi fixado em 10 anos, porque sei que, talvez daqui a 10 anos, o nosso problema principal seja o ensino secundário e não o fundamental. A população está mudando, a taxa de natalidade está caindo; o mundo muda, e nós não podemos fixar uma regra que seja para todo o sempre.

Adusp - *Desculpe, mas diante desta explicação só posso acreditar que, daqui a 10 anos o sr. pretende ser o presidente da República para garantir que os investimentos nas universidades federais não venha a ser zero.*

Paulo Renato - Em primeiro lugar, eu não pretendo nunca ser candidato a presidente da República, e, em segundo, este zero não pode ser zero porque a universidade continuará sendo pública. Haverá sempre compromisso. Nós temos que parar com a paranóia de estar sempre buscando um mecanismo de acabar com a universidade pública. A universidade é valiosa. Não podemos fechar uma UFRJ, ela tem uma contribuição importantíssima para o nosso desenvolvimento. Nós não podemos fechar uma Unicamp, uma USP. Não se trata disso, a universidade se coloca, às vezes, um pouco paranóica de achar que a sociedade quer matá-la. Isso não é verdade. Nós devemos, com tranqüilidade, observar que, quanto mais serviço a universidade prestar para a sociedade, mais a sociedade vai depender dela. Esta autonomia vai permitir que a sociedade a valorize porque ela será mais eficiente, ela ampliará as vagas. Não vejo motivo para temer em relação ao que vai acontecer daqui a 10 anos.

Adusp - *Se o sr. não pretende se candidatar à presidência da República para garantir estes recursos, é bem possível*

Em primeiro lugar, eu não pretendo nunca ser candidato a presidente da República, e, em segundo, este zero não pode ser zero (sem investimento) porque a universidade continuará sendo pública...

Nós temos que parar com a paranóia de estar sempre buscando um mecanismo de acabar com a universidade pública. A universidade é valiosa.

que, daqui a 10 anos, tenha de haver uma grande mobilização para que as verbas para as federais venham a ser garantidas pela União.

Paulo Renato - Por que não? Pode ser que, daqui a 10 anos, em vez de dizer que valerá por 10 anos, este percentual venha a ser revisado, tudo bem.

Adusp - *Segundo avaliação da Andes, esta proposta de autonomia do governo federal vai reduzir os investimentos nas universidades federais. O sindicato aplicou esta proposta ao exercício consolidado de 1995 e chegou à conclusão que, se a lei já estivesse sendo aplicada naquele ano, haveria uma sensível queda nos investimentos, algo em torno de 53%.*

Paulo Renato - Olhei estes dados e demorou quinze segundos para ver que eles são falaciosos. Lamento que professores universitários estejam tentando manipular os dados da forma como foram manipulados. Sempre deixei claro no nosso projeto que os 75% dos 18% se referem à garantia de financiamento da parte ativa da universidade. Eles comparam, no ano de 95, os 75% com o total dos gastos, in-

cluindo os inativos. Um aluno bem-intencionado de segundo ano do colegial não faria este cálculo.

Adusp - *Mas o pagamento dos inativos não entra nessa conta?*

Paulo Renato - Entra, mais ficou muito claro que não entrará na garantia dos 75%. Está escrito isso.

Adusp - *Até aqui mantivemos uma entrevista em cima de dados, valores e propostas. Gostaria de, a partir de agora, formular perguntas gerais sobre a sua pasta e também sobre educação. E a primeira delas é a seguinte: A revista Veja já o taxou de marketeiro numa matéria intitulada "O marketing na educação". A matéria era verdadeira? Existe algum problema entre o sr. e a revista?*

Paulo Renato - Não, a *Veja* tem coberto bem o Ministério da Educação. As matérias têm um viés crítico com relação a tudo, e, na verdade, hoje, temos resultados para mostrar. Temos o Fundo de Desenvolvimento de Educação, que já foi aprovado; criamos a TV Escola, descentralizamos os recursos direto para a escola, dobramos o número de livros didáticos, ou seja, tapamos a boca de quem criticava este assunto.

Adusp - *E com relação aos R\$ 300 reais de salário para os professores, num primeiro momento o sr. falou em mínimo nacional, depois em salário médio. Afinal, é mínimo ou médio?*

Paulo Renato - Isso é fácil de se comprovar, porque a primeira bancada com quem eu me reuni para discutir o fundo antes de apresentar o projeto foi uma bancada do PT na Câmara dos Deputados. Se você for olhar o documento que eu distribuí para a bancada do PT, estava escrito salário médio. Então, nunca houve esta coisa que era o mínimo e depois ficou médio. Isso foi uma maldade comigo. Na revista *Veja*, na coluna do Anselmo Góis, ele fez esta maldade em dizer que eu havia mudado, quando tenho

documento que prova o contrário. Minha especialidade é salários, emprego e salários, e esta foi a minha tese de doutorado na Unicamp. Eu trabalhei na OIT muitos anos, e esta é a minha especialidade. Este cálculo eu não erraria nunca.

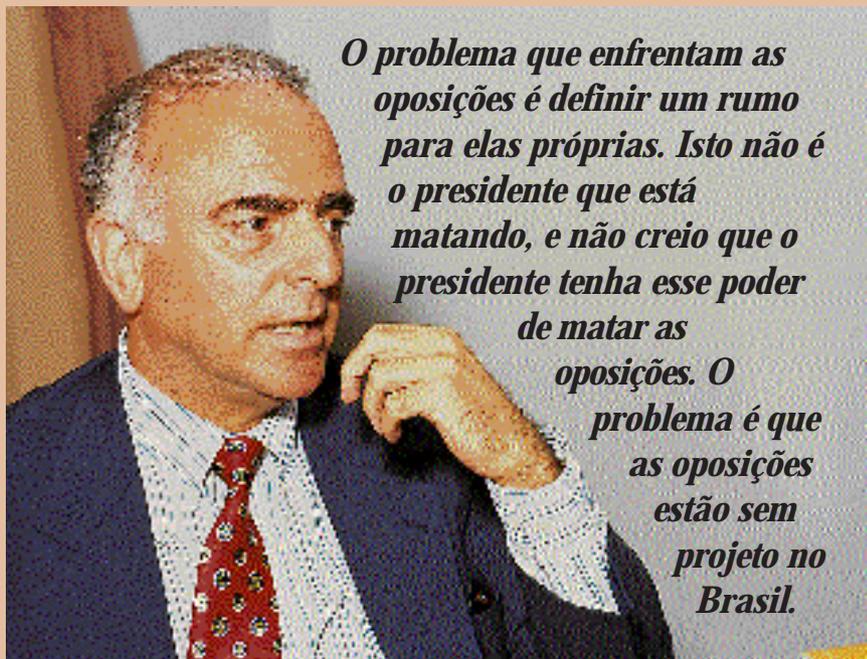
Adusp - E a questão do gasto de R\$ 300 por aluno/ano, como anda?

Paulo Renato -

Nós vamos garantir o mínimo nos Estados mais carentes, mas nos Estados mais ricos esta média já é maior hoje, e será maior ainda. Portanto, calculo que a nossa média nacional de aplicação de recursos no primeiro grau, a partir do ano que vem, andará em torno de R\$ 450/500. É claro que ainda é pouco, nós precisamos investir mais no ensino fundamental, e é preciso buscar mais recursos para isso. Temos que entender que o orçamento é finito, isto é uma regra básica, e temos que decidir onde é que queremos sacrificar para investir mais no ensino fundamental.

Adusp - O fato de esses R\$ 300/aluno não estarem especificados no orçamento de 97 significa uma derrota do seu ministério para a área econômica do governo?

Paulo Renato - Não, isto está garantido, quem propôs a emenda constitucional fomos nós. O problema é que, quando a apresentamos ao orçamento, ela não estava sequer aprovada. Então, não podíamos colocar no orçamento um fundo que era inexistente. Colocamos no orçamento uma rubrica onde poderemos suplementar os recursos para garantir o valor de R\$ 300.



O problema que enfrentam as oposições é definir um rumo para elas próprias. Isto não é o presidente que está matando, e não creio que o presidente tenha esse poder de matar as oposições. O problema é que as oposições estão sem projeto no Brasil.

Adusp - Estava lendo, na ante-sala do seu gabinete, uma publicação do MEC na qual o sr. afirma ter adotado "medidas eficazes para erradicar o analfabetismo do país". Como nós temos apenas dois anos para que seja cumprido o preceito constitucional de erradicarmos o analfabetismo no país, gostaria de saber como o MEC pretende alfabetizar cerca de 20 milhões de pessoas até 1998?

Paulo Renato - Não, isso não será possível em dois anos. O que houve basicamente foi o seguinte: nunca foi aplicado o preceito constitucional que mandava dedicar 50% do recurso da educação para o primeiro grau. A universidade absorveu mais do que isso. Nunca se aplicou, nos últimos anos, o recurso necessário, e por isso mudamos, agora, no sentido de garantir mais recursos, inclusive federais, com a mudança no artigo 60 das disposições transitórias.

Adusp - Qual a expectativa de prazo no MEC para erradicar o analfabetismo?

Paulo Renato - Estamos iniciando um programa de parcerias através do programa de alfabetização solidária com o setor privado, com as universidades, com as escolas de segundo grau, especialmente no Nordeste, onde se concentra o maior índice de analfabe-

tos, e acho que vamos acelerar esse processo. Acredito que poderemos, num espaço de cinco ou seis anos, ter este índice reduzido significativamente.

Adusp - O professor Francisco de Oliveira, em entrevista à Revista Adusp, afirma que o presidente Fernando Henrique está matando as oposições, as idéias, e destruindo os seto-

res organizados da sociedade. Gostaria que o sr. comentasse essa análise e falasse de sua relação com a Andes, enquanto entidade sindical.

Paulo Renato - Não concordo com Chico de Oliveira. O problema que enfrentam as oposições é definir um rumo para elas próprias. Isto não é o presidente que está matando, e não creio que o presidente tenha esse poder de matar as oposições. O problema é que as oposições estão sem projeto no Brasil. Este ponto me parece fundamental. Elas estão se autodestruindo por falta de projeto. Voltando à questão da Andes, quero reafirmar que tenho o maior interesse em poder conversar com todos os segmentos da universidade. Tenho o maior interesse em conversar com a Andes numa base de transparência e honestidade. Quando vejo coisas como estes dados que discutimos antes, realmente fico um pouco revoltado com a manipulação. Acho que isto não é próprio e não conduz ao entendimento. Tenho me mostrado disposto a começar um entendimento desde que seja numa base em que vamos para o debate desarmados de preconceitos, de idéias pré-concebidas, e se possa realmente discutir o futuro viável para a universidade brasileira.

JUDITH KARDOS KLOTZEL

85-87



A Diretoria 85-87 atuou num período de transição política na universidade e no país. Havia dificuldade de diálogo com o reitor, professor Hélio Guerra Vieira, identificado com a ditadura. Um exemplo de suas práticas foi a queima de arquivos secretos da USP no fim da sua gestão, referentes à triagem ideológica. Num processo sobre esta queima, prestei depoimento no DOPS, em julho de 1986, citando um ofício da 2a. Secção do Quartel General do II Exército, de 1972, do qual tínhamos xerocópia. Este ofício, assinado pelo comandante do Destacamento de Operações de Informações, era dirigido ao magnífico reitor, autorizando-o a entregar os documentos do universitário Enzo Nico Filho aos seus pais, “não havendo nenhum obstáculo do DOI-CODI neste sentido”. Talvez esta seja a única prova material que restou da grave interferência do Exército na universidade durante a ditadura.

Apesar de abertura parcial do regime, ainda em meados de 1986, o Coronel João Manuel Sinch Brochado propôs implantar novamente órgãos de segurança nas universidades, o que acabou não se concretizando, por pressões de vários setores das universidades, inclusive da Adusp. Outro exemplo do clima reinante foi a proibição da projeção do filme *Je vous salue, Marie*. Um aluno, responsabilizado por esta projeção na USP, foi intimado a depor na Polícia Federal, onde foi acompanhado por representante da OAB e por mim.

Quanto aos problemas acadêmicos, logo no início de nosso mandato estava em discussão na Cert a instituição de regime de trabalho de 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva. Em agosto de 1985, organizamos um seminário de três dias, com participação da

Adunicamp, Adunesp e Andes, e outros convidados (representantes do Sindicato de Arquitetos, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, entre outros), abordando o problema sob vários ângulos. O consenso era contrário a este regime, que se prestaria à burla institucionalizada, motivo pelo qual estava sendo abandonado nas universidades federais. O único defensor da hipótese argumentava pela sua necessidade nas escolas profissionalizantes, onde a experiência dos professores no mercado de trabalho seria um imperativo e havia a exigência de um número adequado de professores com tempo “integral” para o credenciamento dos cursos de pós-graduação. A Adusp desenvolveu intensa campanha junto aos membros do Conselho Universitário (CO), e certamente contribuiu para que o regime de 40 horas sem dedicação exclusiva não fosse adotado.

Publicamos o conteúdo do seminário no ano seguinte, quando o assunto entrou na pauta do CO, na discussão da reforma dos Estatutos. Nossa tese prevaleceu, em essência, abrindo-se a possibilidade de prestação de consultorias, o que alguns participantes do seminário haviam advogado.

A questão salarial permeou, como em outras épocas, todo o nosso mandato, como é natural em períodos de alta inflação. As assembleias somente despertavam interesse maior durante as campanhas salariais, e como consequência outras discussões sobre a universidade ficaram prejudicadas. Ficou claro para nós que é muito difícil conjugar atividade sindical eficiente com questões universitárias e de política educacional.

Com esta dificuldade de mobilização, a diretoria da Adusp e o Conselho de Representantes optaram por uma consulta ampla aos professores da USP, enfocando os pontos principais do Estatuto. Um grupo

de 115 associados pediu, em moldes estatutários, a convocação de uma assembléia extraordinária, que apenas atraiu 90 professores, além dos cinco membros da diretoria. Esta assembléia resolveu substituir a consulta por dois dias de discussão. Tal atitude era consequência da visão diferenciada de dois grupos politicamente distintos atuando na entidade. Em nossa gestão sempre procuramos um ponto de equilíbrio entre os mesmos. A participação nestes debates foi modesta, porém pontos polêmicos eram discutidos em comissões, e publicamos artigos de diversos professores, expressando seus pontos de vista sobre vários problemas. Muitas destas propostas acabaram levadas ao CO, sendo algumas incorporadas aos Estatutos da USP, tais como o aumento da representação estudantil no CO e a inclusão de representantes de funcionários nos órgãos colegiados.

Pouco depois da nossa posse começou o processo de indicação do novo reitor. A Adusp, a Asusp e o DCE, fizeram eleições paralelas. A maneira da consulta foi debatida, e a liderança do processo foi assumida em boa parte pela Adusp. Os nomes dos três primeiros colocados na votação dos professores foram encaminhados para o CO, pleiteando-se que fossem incluídos na lista sêxtupla submetida ao governador. A Asusp e o DCE optaram por encaminhar um único nome. Nossa lista era constituída pelos professores José Goldemberg, Guilherme Rodrigues da Silva e Dalmo de Abreu Dallari. A Asusp elegeu o professor Guilherme e o DCE, o professor Dalmo. Os três figuraram na lista do CO, e o governador indicou o Professor José Goldemberg, primeiro colocado no CO. Nosso relacionamento com a reitoria melhorou, apesar de grandes divergências existentes entre a Adusp e a direção da universidade, permitindo a defesa de professores injustiçados, o encaminhamento de reivindicações dos pesquisadores dos museus e o apoio aos funcionários, sempre que necessário. Durante este período também houve luta contínua pela reintegração de professores vítimas das chamadas “cassações brancas”.

As contínuas lutas salariais, as greves com ampla adesão e a negociação das entidades do funcionalismo tiveram como resultado uma boa recuperação salarial. Deve-se lembrar que durante o governo Montoro, e no início do governo Quéricia, os nossos salá-

rios eram negociados diretamente com o governo estadual, necessitando de aprovação da Assembléia Legislativa. Somente no decorrer do governo Quéricia foi instituída a autonomia universitária financeira, a partir da qual a negociação se dá diretamente com os reitores, que ficam limitados à porcentagem do ICMS destinada às universidades.

No período houve duas grandes greves do funcionalismo em que a Adusp assumiu papel importante, tanto na mobilização como nas negociações no grupo de associações, que passou de “Grupo dos 13” para “Grupo dos 19”.

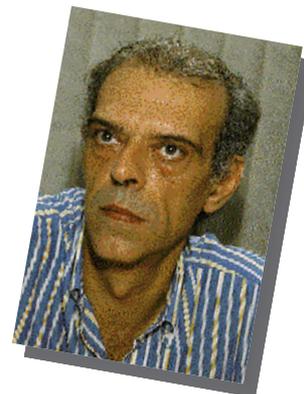
Com a posse do governador Quéricia, diminuiu a diálogo com o governo, e o governador procurou de todas as maneiras esquivar-se do pagamento do “gatilho salarial”, mecanismo que reajustava os salários automaticamente toda vez que a inflação atingia 20%. A Adusp participou, com as demais associações do funcionalismo, de pressão diária na Assembléia Legislativa, sem muito sucesso. O governador lançava mão de todo tipo de manobra para burlar parte do que nos era devido. A questão acabou no Supremo Tribunal, e estivemos pessoalmente em Brasília para conversar com os conselheiros e acompanhar o processo. A partir de então, os nossos salários entraram novamente em decadência. As conquistas dos anos anteriores foram sendo perdidas, por negociações que o governador mantinha em separado com várias associações, enfraquecendo assim o poder de barganha.

No nível da organização nacional das Associações Docentes, houve intensa participação da Adusp nas reuniões, e no Conad. Pela primeira vez na história da Andes duas chapas disputaram a sucessão da diretoria em 1987. Cada um dos dois grupos políticos que atuavam em nossa entidade apresentou um candidato em uma das chapas. Isto é um testemunho do empenho da associação em reconhecer a necessidade de interação das associações ao nível nacional.

Encerramos nosso mandato com os níveis salariais mais elevados da década e uma razoável mobilização. O Conselho de Representantes participava assídua e ativamente das decisões fora das assembleias. Com este clima, e o interesse de grande número de professores, apresentaram-se novamente duas chapas à nossa sucessão, em saudável disputa pela diretoria.

FRANCISCO MIRAGLIA

87-89



O período de maio/87 a maio/89 foi repleto de lutas, algumas conduzindo a vitórias importantes do movimento docente. Há muito do que falar e o espaço é limitado. Irei me concentrar nas questões de caráter mais local, se bem que todas tenham repercussões nacionais:

1) O III Congresso de docentes, alunos e funcionários e a reforma dos estatutos da USP; 2) A famigerada “lista dos improdutivos”; 3) A greve de 88 e a obtenção da autonomia e do reajuste mensal de salários.

A chapa Participação, oposição às diretorias da Adusp entre maio/79 e maio/87, foi eleita para o biênio maio/87 a maio/89.

Fundada em 83, a Participação é uma corrente de opinião e ação política formada por docentes da USP, militantes da luta pela democracia social, econômica e política. Concorremos às eleições para a diretoria da Adusp a partir

de maio de 1983, postulando a necessidade de que a entidade se tornasse um instrumento efetivo de luta dos docentes da USP, seja nas nossas questões específicas, seja nas questões gerais da universidade e da sociedade. Sempre presentes na vida política da Adusp, tivemos papel importante nas lutas travadas desde a sua fundação, em 76, principalmente após a posse do governador Franco Montoro em 83.

Francisco Miraglia (IME), Flávio Aguiar (FFLCH), Márcia R. Car (Enfermagem), Amando S. Ito (Física), Henrique A. Cunha Jr. (Engenharia de São Carlos), Kátia Primavera (Farmácia) e Carlos Alberto B. Tomaz (FFCLRP), formavam a diretoria da Adusp a partir de junho/ 87.

A primeira tarefa da nova diretoria foi estabelecer uma infraestrutura mínima para que a Adusp pudesse ser um instrumento da luta organizada. Boletins periódicos, clareza e presteza na informação, abertura da associação à

participação dos associados, estímulo à constituição de grupos de trabalho sobre os principais temas da nossa intervenção política, foram algumas das providências fundamentais. As instâncias de discussão e deliberação coletivas da entidade, Assembléias Gerais e Conselho de Representantes, passaram a ser os fóruns de decisão dos rumos da entidade. Importante também foi desenvolver a capacidade de analisar tecnicamente a evolução dos orçamentos públicos. Além da capacidade de argumentação política, era necessário saber discutir “os números”...

A “abertura democrática” (na realidade, uma tentativa de controle conservador do fim da ditadura militar) induziu na USP o debate sobre a modificação dos Estatutos, impostos pelos militares. Era central que o corpo da universidade discutisse os rumos da instituição, em particular a concepção de universidade que deveria pautar a redação dos seus estatutos. Com este fim, foi orga-

nizado, no segundo semestre de 87, o III Congresso da USP. Cerca de 250 delegados eleitos nas unidades da USP compareceram às sessões do Congresso, cujas deliberações foram submetidas a plebiscito. As resoluções do plebiscito tornaram-se balizas nacionais, especialmente para o Movimento Docente, através da Andes.

Os arquivos da Adusp mostram que a concepção de universidade que emergiu do III Congresso era a de uma articulação orgânica de trabalhadores intelectuais, não de um amontoado de especialistas, cujo nexos global só é dado pelo poder institucional. Por isto mesmo, postulava a democratização de todos os níveis de poder, a autonomia da universidade em relação a governo e a partidos, juntamente com a constituição de um Conselho Social amplo, órgão de discussão e avaliação das relações da universidade com a sociedade. A questão da avaliação era tratada com o respeito devido ao trabalho individual e às necessidades da instituição. A universidade pública deveria construir a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, representando um instrumento de reversão da injustiça social e econômica do Brasil.

As propostas do plebiscito foram apresentadas, como emendas, à proposta oficial de estatuto feita por uma comissão do Conselho Universitário (CO), coordenada pelo futuro reitor (na época, vice-reitor), Roberto Lobo.

Muitos dos artífices da violência cometida pelos militares contra a universidade estavam (e ainda

estão) ocupando cargos de importância na universidade. Além disso, o reitor José Goldemberg, já havia dado mostras de que preferia manter a estrutura como estava. A Adusp fez uma campanha para que o voto sobre as questões estatutárias no CO fosse aberto e nominal. Nem esta providência mínima de democracia e transparência foi adotada. Ficou claro que o processo estatuinte patrocinado por Goldemberg serviu para que as oligarquias que passaram a controlar a universidade com os ventos de “democratização” – muitos ardentes democratas antes de assumir algum poder – instituísem para si os privilégios, o sigilo, a falta de transparência, democracia e compromisso com o público dos tempos do arbítrio. Não houve nenhum prurido em utilizar o estatuto da ditadura para promulgar um “novo”, na realidade pior do que o anterior. A única proposta do plebiscito que foi aprovada foi o encurtamento da carreira docente com a criação da função de professor associado. O poder institucional na USP, arrogante e prepotente, não mostrou nenhuma disposição à negociação e ao diálogo, o oposto do que deveria vigir numa universidade.

Muito embora tenhamos nos organizado para fazer propostas e discutir idéias, a transformação do estatutos da USP exigia alguma forma sustentada de desobediência civil, que mostrasse à oligarquia no poder que não poderia usurpar a universidade. Como esta ação estava, na época, fora das possibilidades organizativas das

categorias, convivemos com estatutos autoritários e que dão poderes imperiais ao reitor. Tenho certeza que ainda não está escrito o último capítulo desta história. A cúpula dirigente da USP mostra sinais cada vez mais claros de que está incapacitada para a condução intelectual da universidade.

Garantidos estatutos autoritários, em 21 de fevereiro de 88, José Goldemberg e assessores atacam traiçoeiramente a USP, seu corpo docente e a universidade pública. O futuro ministro do governo Collor fornece à *Folha de S. Paulo* uma lista de docentes que é publicada, nominalmente, sob o título “lista dos improdutivos”. O corpo docente está em estado de choque, submetido a agressão e humilhação gratuitas, injustificadas e irresponsáveis. Como esperado, o CO jamais tomou as providências cabíveis de apuração das responsabilidades e punição dos responsáveis. O debate sobre avaliação que havia se desenrolado até aquela data mostrava que Goldemberg e cia. não desejavam discutir coisa alguma, mas criar um clima de terror que viabilizasse o controle do corpo docente. Um episódio ilustra bem esta diretriz. A Adusp convidou José Goldemberg, Eunice Durham, Florestan Fernandes e Miriam Limoeiro Cardoso para um debate sobre a questão da avaliação. Eu presidia a mesa, no Anfiteatro Abraão de Moraes, quando entraram no plenário um grupo de alunos, protestando contra a atitude do reitor de fechar uma sala dos estudantes no prédio da História. Subitamente,

descobrimos que o anfiteatro estava cercado pela Polícia Militar, convocada, evidentemente, pelo reitor. O então diretor da Física foi negociar a retirada do aparato militar. Por iniciativa de Florestan Fernandes, o debate foi suspenso; o reitor tinha, mais uma vez, conseguido evitar a discussão pública das suas idéias.

A única resposta adequada à agressão da “lista dos improdutivos” era exigir a renúncia do reitor. Por outro lado, pouco adiantava a diretoria da Adusp exigir a renúncia do reitor; era necessário que houvesse disposição coletiva dos professores em sustentar este embate. Como no caso dos estatutos, não tivemos força política para isto. Compreensivelmente, muitos colegas ficaram preocupados em limpar seu nome, publicamente difamado, enviando respostas à *Folha de S. Paulo*, que veiculou estas notas durante muito tempo, sem nunca mudar a referência à “lista dos improdutivos”. Uma comissão eleita em assembléia da Adusp escreveu uma resposta contundente ao ocorrido. Flávio Aguiar e eu levamos o documento para a editoria da *Folha*. Foi publicado em letra corpo 8, num canto insignificante do jornal.

A nossa incapacidade de reagir adequadamente ao “listão” está custando caro à universidade. Deu força a uma avaliação institucional intelectualmente raquítica, desrespeitosa da diversidade do trabalho acadêmico, do ensino e da extensão de interesse social.

Em meio a todos estes acontecimentos, os nossos salários tinham

seu valor real diminuído dia a dia. Na época participávamos do Grupo dos 19, um conjunto de entidades do Funcionalismo Estadual que representava, na mesa de negociações, o movimento organizado dos servidores públicos estaduais. Havíamos tentado de tudo: ofícios, paralizações, conversa com secretários de governo, com reitores. Orestes Quércia era governador e Alberto Goldman, seu secretário de Governo. No dia 21 de setembro de 1988, havia sido marcada uma reunião no Palácio dos Bandeirantes para discutir a proposta de política salarial do governo. A Adusp chegou a esta reunião já em greve. Iniciava-se a maior greve de docentes e funcionários das estaduais paulistas, desde 1979.

Os docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp permaneceram firmes na luta, mesmo quando voltaram ao trabalho a Saúde e a Educação de 1º e 2º graus. A indignação com as nossas condições de vida e trabalho forneceu energia para organizar um movimento forte, coeso e que, encerrando o governo do Estado e os reitores, obteve vitórias importantes e que permaneceram conosco até recentemente.

O Ato SOS Universidade, realizado no anfiteatro de Convenções da USP no dia 18 de ou-

tubro de 1988, contando com a presença de mais de mil pessoas, entre elas personalidades do mundo científico, artístico e cultural, trouxe solidariedade e folego à luta das três universidades estaduais.

No dia 27 de outubro de 1988, diante da tergiversação do governo Quércia, foi marcado Ato Público na frente do Palácio dos Bandeirantes. Quércia decide bater em professores e funcionários que se aproximavam do Palácio. A repercussão da agressão foi imensa. Pressionado pela nossa presença (foto ao lado), Quércia, que havia encerrado as negociações, se dispõe a reabrilas, marcando uma reunião imediata na Secretaria de Ciência e Tecnologia, lá na Avenida Rio Branco. Realizamos um ato de repúdio à violência do governo do Estado, com participação significativa da sociedade civil. Como o governo Quércia, embora desgastado, continuava a evitar propostas concretas, a greve continuou, com novo ato no Palácio dos Bandeirantes no dia 10 de novembro. Aproximavam-se as eleições de novembro de 1988.





Passadas as eleições, o governo Quércia, constatando a perda das principais prefeituras do Estado, decidiu endurecer de vez com os movimentos reivindicatórios que o enfrentavam. Só como exemplo, tinha oferecido 35% de reajuste para os metroviários, que recusaram a proposta. O governador mandou cancelar qualquer reajuste para a categoria, que foi obrigada a suspender o movimento grevista e amargar perda salarial ainda maior.

Neste quadro, foi necessário discutir a saída de uma greve de cerca de 70 dias, que tinha mais uma vez mostrado que a nossa organização é capaz de influir decisivamente nos rumos da universidade. Este debate, que demonstrou a democracia das instâncias deliberativas da Adusp, foi da melhor qualidade, discutindo a possibilidade de ainda obtermos concessões concretas do governo Quércia.

Uma lição importante de 88 é que, dada a falta completa de de-

mocracia social, as vitórias muitas vezes vêm depois da greve suspensa, fruto do desgaste político imposto pelo movimento.

No dia 26/12 /88 uma comissão do governo aceita proposta formulada pela Adusp e endossada por outras entidades do funcionalismo, prevendo reajuste mensal de salários segundo uma fórmula envolvendo as variações mensais do ICMS e de um índice de custo de vida. Esta fórmula é imediatamente comunicada aos reitores, para que pressionem pela sua implantação imediata.

O governo Quércia percebe que a fórmula de reajuste mensal tinha sido negociada a partir do poder de fogo do movimento das universidades estaduais. Não haveria porque repassá-lo a todo funcionalismo, aparentemente com problemas de mobilização. Em fevereiro de 89, Quércia edita um decreto-lei dando autonomia de gestão financeira para as uni-

versidades estaduais, destinando 8,4% da cota parte estadual do ICMS para as três universidades. Muito embora tenhamos declarado desde logo que 8,4% eram insuficientes, a greve de 88 obtinha uma vitória estratégica: a autonomia em relação ao governo do Estado. Como consequência, tivemos reajustes mensais de salários a partir de janeiro de 89, até que esta política salarial fosse cancelada, sem nego-

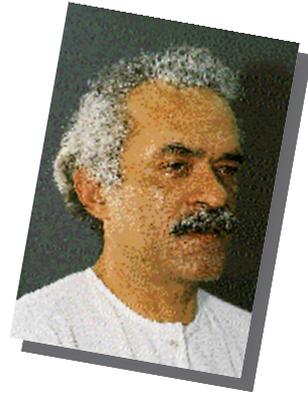
ciação, pelas atuais reitorias.

Voltávamo-nos agora para a defesa da Educação e Saúde Públicas, bem como da ampliação da dotação da Fapesp para 1% do ICMS na Constituinte Estadual. Mas isto já é outra estória...

A oportunidade de escrever sobre este período traz reflexões novas sobre o já pensado e tantas vezes discutido, ao mesmo tempo em que renova um contato consciente com afetos importantes. Tenho imenso carinho pela idéia da organização autônoma de base, onde nos juntamos para discutir os rumos da nossa vida e dos nossos afazeres. Penso que está aí a energia para transformar. Tenho, portanto, especial carinho com a Adusp. Continuarei a investir o meu trabalho para que esta organização dos professores da USP, permanecendo autônoma, democrática e crítica, seja mais um instrumento da nossa luta contra toda e qualquer forma de opressão.

FLÁVIO AGUIAR

89-91



A eleição da chapa em que era candidato à presidência da Adusp foi a última, até agora, em que houve disputa. Faziam parte de nossa chapa os professores Otaviano Helene (1º vice), que depois viria a ser também presidente da entidade, José Eduardo Bicudo (2º vice), Hélio Morishita (1º secretário), Ricardo Pontes (2º secretário), Kátia Primavera (1ª tesoureira) e Ozírde Monzoli Neto (2º tesoureiro). Estes dois últimos, como eu, também faziam parte da diretoria imediatamente anterior.

Vivíamos um momento muito delicado. Vínhamos de uma greve (a de 1988) que levava a um enfrentamento de grandes proporções com o governo Quéricia. Este acabara de instituir o percentual do ICMS para as universidades com a sua “autonomia”, o que, na verdade, era na época uma maneira de livrar-se e de vingar-se delas. Isto é muito curioso: vendo-se a trajetória dos personagens conclui-se, hoje, que a

idéia do percentual correspondia muito mais aos ideais dos então reitores José Goldemberg e sobretudo Paulo Renato de Souza (da Unicamp), respectivamente ex- e atual ministro.

A greve, se obtivera alguns avanços, deixara seqüelas entre os correligionários da nossa chapa, que mantivera o nome de Participação, pois muitos de nossos colegas não concordaram com a posição da diretoria, em novembro de 88, no sentido de defender o fim da mesma. Havia outros que achavam ainda que fôramos pouco firmes no episódio da “lista dos improdutivos” ao não se exigir a queda do reitor Goldemberg naquele momento. Além disso, nossos adversários criticavam, como era de tradição, nossa aproximação com a Andes, já naquela altura um sindicato nacional da categoria, e nossa simpatia pela CUT. O clima da eleição, para nós, era bastante apreensivo. Apesar dessas dificuldades, nossa chapa venceu as eleições. Para presidente, obtivemos no total 1.079 votos (a votação

era nominal), contra 937 dados ao professor Hamilton Correia, nosso adversário. Essa votação da oposição representava uma recuperação de terreno para ela, que tivera, na eleição anterior, 861 votos (1.272 em 85 e 1.121 em 83). No entanto, curiosamente, a partir daí a oposição sumiu de vez, e até hoje não se organizou outra.

Esse foi um ônus muito grande para a gestão, pois a interlocução com o movimento perde um pouco de sua dinâmica.

A direção passa quase a funcionar progressivamente “por delegação”.

Eleitos, tocamos adiante o nosso programa. Estivemos envolvidos em várias frentes de luta, tanto no plano interno como no plano externo. Tínhamos poucos recursos, e o sentimento de “delegação” aliado àquele de “decepção” a que me referi antes foi nos roubando alguns dos militantes mais tradicionais, além das naturais vicissitudes de doutorados, afastamentos e atividades semelhantes. Em 1989 os temas mais candentes de que tivemos de cuidar foram a Constituinte Estadual e a escolha do reitor da USP dentro das normas do novo Estatuto. Quanto ao primeiro, nos batemos pelo ensino público e pela manutenção na constituição da dotação da Fapesp e de sua ampliação, além de termos também nos batido pela manutenção das responsabilidades do Estado quanto ao serviço público. Essa atividade, além da luta específica, levou-nos a um estreitamento de relações com a bancada progressista na Assembléia Legislativa, que, mais tarde, foi útil quando das votações das Leis de Diretrizes Orçamentárias, pois a partir de 1990 o percentual das universidades começou a ser discutido aí, em lugar do decreto do governador. Quanto à escolha de reitor, o resultado do processo não foi bom para nós, do movimento docente organizado. Não me refiro aí ao nome do escolhido – o professor Lobo – que, quero ressaltar, como reitor sempre manteve conosco, dentro das diferenças e divergências, um tratamento respeitoso e sério. Refiro-me ao fato de que pela primeira vez não patrocinamos uma eleição de reitor; os candidatos fecharam um pacto de só se inscreverem nas eleições diretas se todos o fizessem. Conversamos com todos, e houve concordância, menos da parte do professor Ubriaco. Ao mesmo tempo

não havia um candidato que se identificasse mais claramente com os princípios do movimento docente. Assim, a escolha de reitor passou muito ao largo de nós, e, embora esteja entre aqueles que pensam que o movimento docente de caráter sindical não deva ter candidatos próprios, acho que essa distância muito grande que se criou não é boa para a universidade nem para o movimento.

A partir de 89 e ao longo de 90, nossa atuação na frente legal se ampliou muito, com nossa presença constante na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Câmara Federal, em Brasília. A Andes definira um projeto próprio, com uma grande colaboração do professor Chico Miraglia, que fora presidente da Adusp na gestão anterior, e da professora Inez Navarro, da Universidade Federal da Paraíba, além, é claro, de vários outros companheiros. Como tínhamos uma relação muito estreita com a Andes, isso nos credenciava para acompanhar as discussões no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que tinha interlocução com a Comissão de Educação do Congresso Nacional. Foi uma luta acirrada, onde se definiu um projeto de lei que, se não era o dos nossos sonhos, também não era o dos nossos pesadelos. Esse projeto, mais recentemente, foi atravessado, graças a manobras no Senado, pelo do Senador Darcy Ribeiro, que, em sua indefinição, satisfaz mais o atual governo e sua política de fatos consumados através do executivo.

Do ponto de vista salarial, eu diria que 90 foi um ano “de estudos”. Pela primeira vez estávamos compelidos – entidades e reitores – a sentarmo-nos frente à frente em reuniões sistemáticas para discutirmos índices, verbas e prioridades. Não havia muita disposição para greves, pois o furacão do governo Collor semeava dúvidas, atiçava perplexidades, embora desde logo tivéssemos uma posição muito firme de discutir a fundo e ser contra seus planos mirabolantes, os pessoais e os neoliberais. Durante a campanha presidencial, no ano anterior, organizáramos alguns debates, tendo comparecido os candidatos Paulo Bisol (vice da Frente Brasil Popular), Roberto Freire e Ademar de Barros Filho. Nas discussões sobre salários, as dificuldades eram muitas, pois se já era difícil conciliar as propostas das entidades, as

disputas, embora veladas, entre os reitores eram visíveis e freqüentes. A Unesp vivia uma situação crônica de penúria; a USP ia com uma mão na frente e outra atrás; a Unicamp estava em posição mais cômoda. Progressivamente tivemos de ir enfrentando a disposição crescente da Unicamp de dar uma alternativa, a nosso ver, muito perigosa para o movimento docente e de funcionários nas universidades estaduais paulistas. E perigosa, entre outros motivos, porque de certo modo atraente.

Ainda em 90, procedemos ao processo de sindicalização de nossa entidade, transformando-a, sem perda de sua autonomia, em seção sindical da Andes – Sindicato Nacional. No nosso entender isto fazia que ela adquirisse de direito um estatuto que já tinha de fato, além de cobrir espaço que virtualmente poderia vir a ser ocupado por aventureiros de ocasião. Ao contrário do que se previa, a transformação deu-se tranqüilamente, num processo democrático que atestou o interesse que o tema provocava, pois atraiu cerca de 1.500 votantes no total, entre favoráveis e contrários. Paralelamente, tentávamos estreitar os laços entre a capital e o interior, através de visitas freqüentes, acompanhamento das questões específicas e de iniciativas que levassem à abertura de sedes nos outros *campi*, o que acabou acontecendo. Tivemos muitas iniciativas conjuntas com o movimento dos funcionários, estreitando as nossas relações também no interior. Levados pela insatisfação salarial, os funcionários foram a uma greve em separado. Isto deu margem a um incidente muito grave, quando muitos deles foram brutalmente espancados pela Polícia Militar na rótula de entrada da universidade. Alguns foram presos, embora soltos depois. O clima ficou muito tenso na ocasião, porque correu a versão de que houve interferência da direção da Academia de Polícia no episódio. Isso nunca se esclareceu devidamente, e o episódio terminou com a substituição do oficial de segurança junto à USP. Mas a figura do oficial continuou existindo.

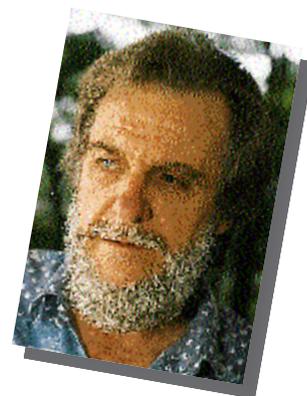
Em 91, tivemos nosso primeiro enfrentamento mais sério com ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas em torno da questão salarial. Além disso, começamos uma luta mais sistemática para intervir na Lei de Diretrizes Orçamentárias, defendendo o ensino público e as univer-

sidades. Naquele ano, para surpresa geral, quase conseguimos modificar o percentual do ICMS atribuído às universidades: perdemos por muito pouco, o que, é claro, animou o movimento para os anos subseqüentes. A partir de março, começamos as discussões em torno dos índices salariais. A Unicamp insistia em sua política de dar reajustes em separado, chamados de “antecipações”. Isso fez às vezes com que o clima se azedasse bastante nas reuniões. Afinal, em 10 de abril, assinamos um protocolo em que se estabelecia o dia 1º de maio como data-base das universidades e o fórum das entidades e do Cruesp como aquele de negociação, conjurando o perigo das negociações em separado. Prevíamos, o que se confirmou, uma arrecadação maior do ICMS do que aquela esgrimida pelos reitores, o que veio a se tornar rotina. Estávamos certos; o descontentamento salarial era latente; a conjuração desses fatores deu ânimo ao movimento para uma greve que, embora não tão candente nem animada como aquela de 88, conseguiu um desafogo salarial momentâneo. Nesse clima processaram-se as eleições e a nova chapa Participação, com o professor João Zanetic como presidente, assumiu num clima de festa. No final da gestão, participamos de comissão onde o representante da reitoria era o professor Cordani, que elaborou projeto de regulamentação dos contratos precários. O projeto acabou engavetado.

Hoje avalio que a gestão 89-91, na Adusp, encerrou um momento na entidade: o corporativo. E abriu outro, o da sindicalização, que ainda está em processo. Ao mesmo tempo, assistimos a transformações muito sensíveis no imaginário dos professores universitários, na USP e no país. Penso que saímos de uma concepção onde predominava a visão estamental para uma encruzilhada onde se debatem, nos corações e mentes de todos, visões colidentes: de um lado, uma identificação crescente com a sorte difícil, às vezes amarga, dos trabalhadores; do outro, a crença em que uma universidade gerenciada possa transformar-nos em vetores de recursos individualizados ou departamentalizados, ou nucleares, que tragam prestígio e ansiados desafogos. Sei que o debate nas almas é candente. Esperemos que as respostas sejam boas e construtivas para o ensino público.

JOÃO ZANETIC

91-93



E escrever um balanço de gestão de uma entidade tão complexa como é a Associação de Docentes da USP - Seção Sindical, ainda mais pela ótica de quem atuou na direção nesse período, não é tarefa fácil. Isso porque, devido à forte presença e reconhecimento de atuação da entidade junto aos mais diversos setores da sociedade, fruto do trabalho das gestões imediatamente anteriores, muitos foram os acontecimentos que a envolveram, dentro e fora dos muros da universidade, e, dessa perspectiva, apenas alguns serão mencionados neste breve artigo.

O país vivia sob o comando do primeiro governo democraticamente eleito pelo voto popular desde o golpe militar de 1964. Se a expectativa face ao que poderia ocorrer era enorme, a frustração com as primeiras medidas tomadas pelo novo governo foi muito maior. Em função

delas, e como vinham fazendo desde a posse de Collor, a Adusp e a Andes, esta última envolvida com a greve dos 100 dias dos colegas das universidades federais durante o segundo semestre de 91, denunciavam e lutavam contra os efeitos nefastos da política antipopular que caracterizava o governo federal: a maior recessão de nossa história, acoplada a um brutal aumento do desemprego; arrocho salarial; sucateamento da educação e da saúde públicas; dilapidação dos fundos para o desenvolvimento científico e tecnológico; enfim, submissão total aos ditames do FMI e congêneres. Era o ensaio geral, posto em prática sob a batuta de um maestro desastrado, para a implementação dos mais recentes receituários neoliberais. A isso se somavam as denúncias da prática de crime eleitoral, que poderia ter impedido a própria posse de Collor, e de crime constitucional praticado por ocasião do assalto às poupanças, caracterizando um verdadeiro

estelionato eleitoral. Alguns meses mais e o somatório dos desmandos cresceria exponencialmente, fruto dos fatos que revelavam uma ampla aliança de corruptores e corruptos e que iria gerar a CPI do caso PC Farias. A Adusp participou ativamente do movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, publicando uma série de artigos analíticos sobre a conjuntura que o país então atravessava, organizando, juntamente com as demais entidades do *campus*, um grande ato público – Indignação não basta! – que teve lugar na USP no final de agosto de 92, e participando também dos eventos nacionais através da Andes. Como a história depois deixou bem claro, tirar do covil o monstro gerado pelas elites do país, embora necessário, não era suficiente. Caberia aos trabalhadores organizados nos seus sindicatos a tarefa de construir alternativas políticas significativas. Isso continua a valer hoje, no governo comandado pelo maestro Fernando.

Como não poderia deixar de acontecer, um tema que envolveu parte significativa do tempo de atuação da diretoria nesse período foi a luta pela tentativa de preservar o poder aquisitivo dos salários e recuperar perdas passadas. Em particular, visava-se a manutenção de uma política salarial conquistada ao final da greve de 88; o acompanhamento das folhas de pagamento e planilhas que apresentavam o repasse do ICMS por parte do governo, a definição do índice de reajuste mensal e a negociação de data-base em maio, como fora acertado entre os três reitores e as seis entidades representativas dos docentes e funcionários das universidades públicas do Estado de São Paulo, em abril de 1991. Tudo isso ocorria em reuniões regulares entre as três reitorias e as seis entidades. Em função da necessidade de articular a luta em defesa dos salários, consolidou-se desde então, como instrumento representativo de docentes e funcionários das três universidades, o Fórum das Seis, que passou a coordenar ações unificadas em defesa das reivindicações comuns, como foi, por exemplo, a deliberação pela greve na campanha de data-base de 1992. Na verdade, o Fórum das Seis passou a coordenar também outras importantes campanhas, como a luta por mais recursos orçamentários para as três universidades através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em junho, e da proposta orçamentária, em outubro, a defesa do ensino público superior de qualidade, entre outras.

No que dizia respeito especificamente aos interesses dos docentes da USP, a entidade participou de

atividades e promoveu uma série de reuniões e debates sobre a melhoria do atendimento à saúde na universidade: a desativação do Coseas, os recursos do Iamspe, o atendimento do Hospital Universitário e gestões junto ao Legislativo. Outro assunto que envolveu a entidade foi a política arbitrária e autoritária da Cert, com relação às renovações de contrato dos docentes precários, tema que continua cada vez mais na ordem do dia. Um tema inusitado que também envolveu a entidade foi o episódio, até hoje ainda pouco esclarecido, da importação de equipamentos superfaturados de Israel. Nesse período iniciamos uma série de seminários, com professores especialmente convidados para animá-los, visando a discussão de temas que analisavam o relacionamento da universidade com a sociedade, a produção de conhecimento, universidades de outros países, entre outros, buscando construir um projeto para a USP. Infelizmente não conseguimos o envolvimento de um contingente mínimo de colegas que dinamizasse mais a proposta, embora tal discussão sempre esteja presente nas reuniões de diretoria e de conselho da entidade. Finalmente a Adusp esteve envolvida, como nos anos anteriores, na polêmica discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que teve um projeto elaborado, de forma inédita em nossa história, por um conjunto de entidades da sociedade civil que iam de sociedades científicas a sindicatos de profissionais da educação.

A gestão foi também marcada, nesse período, pela necessidade da

reestruturação organizativa da entidade, que se ressentia de falta crônica de recursos que possibilitassem uma maior capacidade de intervenção da Adusp tanto nas questões salariais quanto nas mais diversas atividades que diziam respeito, direta ou indiretamente, aos interesses dos docentes da USP. Assim, durante 1992, através de amplas discussões e deliberações em assembléias e em reuniões do Conselho de Representantes, foi implantada, em três etapas sucessivas, a contribuição sindical mensal de 1% sobre o salário-base. Isso permitiu tirar a entidade do vermelho, regularizar o repasse à Andes/SN e participar mais ativamente de suas atividades, contratar uma assessoria de imprensa que possibilitou tornar o *Jornal da Adusp* mensal a partir de setembro de 92, estender a assessoria jurídica aos *campi* do interior, reequipar o setor de informática das sedes da capital e do interior, organizar de forma cronológica e temática os documentos de toda a história da entidade, reformar a sede da capital e estabelecer um fundo de reserva para atividades aprovadas pelo Conselho de Representantes.

Quem consultar os boletins, os murais ou os vários números do *Jornal da Adusp*, certamente vai encontrar uma série de outros temas que, como alertei no início deste artigo, aqui não foram mencionados. Fecho, utilizando uma idéia contida num artigo da colega Lígia Marcondes Machado, dizendo que foi tudo um grande esforço para ver se “podemos passar de objetos a sujeitos do nosso trabalho” e de nossa história.

OTAVIANO HELENE

93-95



É difícil fazer uma avaliação da história da Adusp tão pouco tempo após o término de um mandato na diretoria: os fatos mais recentes parecem muito marcantes e tendem a esconder a permanência e continuidade de uma história de lutas. Mas, de forma complementar, uma análise mais limitada pode ajudar a compreender aquela permanência e apontar o futuro.

A Adusp representa uma parte muito significativa daqueles que, neste país, se dedicam à pesquisa científica e ao ensino superior público e de qualidade. Por isso, e também por ter mantido ao longo dos anos uma grande consistência de atuação, ela tem sido uma interlocutora respeitada de diversos segmentos da sociedade. E é essa respeitabilidade que tem dado sustentação a nossas lutas. Todas as vezes que nossa capacidade de luta pôde ser mobilizada e se superpôs aos esforços de outros segmentos da sociedade, conseguimos significativas vitórias ou contribuimos, de forma também significativa, para a vitória de segmentos mais amplos.

Uma lista exaustiva das lutas encaminhadas pela Adusp seria muito extensa. Entretanto, a luta pela re-democratização do país, a luta na constituinte estadual e o movimento contra a aventura Collor podem servir para ilustrar a participação em movimentos mais abrangentes. Entre os movimentos “menores”, mas mais presentes no nosso dia-a-dia, pode-se apontar como exemplos as lutas anuais pela dotação orçamentária na LDO e pela sua regulamentação na Lei Orçamentária, a permanente campanha pela efetiva democratização da universidade, aí incluídas questões externas (como a lei orgânica do ensino superior) e internas (como a democratização e transparência na administração e na escolha de dirigentes). Como questões mais específicas temos o problema salarial, cada vez mais grave e, mais recentemente, a intensificação da luta contra as relações trabalhistas grotescas e violentas representadas pelos contratos precários.

A legitimidade dessas lutas é permanentemente mantida e conquistada a partir de uma perspectiva que vai do mais geral para o mais específico, for-

mando uma cadeia racional de atuação que faz com que a respeitabilidade da Adusp seja ampliada constantemente. A mobilização, por sua vez, tende a ser construída do mais específico para o mais geral, o que garante a permanente manutenção interna de uma base de apoio, manifestada na mobilização dos associados, quer diretamente, quer por meio do Conselho de Representantes, de grupos de trabalho ou de comissões específicas.

Essa prática de atuação tem permitido uma postura rigorosa e mantido a Adusp próxima de outras entidades comprometidas com as lutas maiores neste país, tanto nos momentos de concordância como nos momentos de discordância. No período 1993-1995, vimos nossa legitimidade reforçada quando lutamos juntamente com outras entidades representativas do ensino público superior e técnico paulistas agrupadas no Fórum das Seis, ou quando participamos da Andes, nas lutas mais gerais pelo ensino superior ou por outras questões nacionais mais gerais. E vimos também nossa posição ser reconhecida quando nos mobilizamos contra a visão equivocada de alguns setores representativos dos trabalhadores quanto a questões tributárias e a importância dos serviços públicos como instrumento necessário para a garantia dos direitos de cidadania.

A Adusp esteve presente nos atos, votações e discussões ocorridas na Assembléia Legislativa sempre que os temas diziam respeito ao ensino público em todos os níveis, à pesquisa científica ou a outras questões abrangentes. Também aqui, defendendo propostas e posições mais abrangentes, ampliamos nossa legitimidade.

Essas atuações permitem manter nossa proximidade de entidades representativas de outros setores de trabalhadores paulistas, reforçando nossas lutas específicas e contribuindo para lutas mais gerais.

A construção da mobilização se faz do mais específico para o mais geral. Como exemplo, as campanhas salariais têm propiciado momentos significativos de mobilização. Centradas nos meses de abril e maio, essas campanhas apresentam desdobramentos mais amplos em junho, nas campanhas em torno da LDO, onde questões sociais gerais saem dos discursos e passam a integrar as orientações e efetivas prioridades

governamentais para o ano seguinte. Esse é o momento em que nossa luta se funde com as de outras entidades de forma concreta e objetiva. Não há, aí, possibilidades de desvios; qualquer engano ou mesmo demora na ação pode ter custos significativos e viabilizar a derrota de outros setores comprometidos com os interesses maiores da sociedade.

O acoplamento de nossas lutas específicas com lutas mais amplas é perceptível nesses momentos, quando vemos que a mobilização que dá sustentação para as primeiras é a mesma que alimenta nossa participação na defesa do tão agredido ensino público de primeiro e segundos graus, na luta contra as manipulações orçamentárias e cortes arbitrários de recursos e na denúncia e luta contra propostas eleitoreiras de final de mandato. A campanha salarial de 94 foi rica em exemplos desse tipo.

Participar de forma mais intensa nessa luta é gratificante. Os momentos de frustração são amplamente compensados pelos momentos de vitória e de maior mobilização, mais frequentes e mais permanentes do que os momentos de recuo. E, para ilustrar com um ou outro exemplo, vemos hoje a intensificação da campanha contra os contratos precários, uma aumento da luta pela democratização e transparência da universidade e o sempre presente aumento da percepção da importância de acoplar nossas lutas específicas às lutas mais permanentes de toda a sociedade.

Neste momento em que novas agressões são feitas aos direitos dos trabalhadores e aos interesse de amplos segmentos da população, à educação pública, gratuita e de qualidade, ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, aos sistemas previdenciário e de saúde, a responsabilidade de uma entidade como a Adusp cresce ainda mais. No plano interno, vemos a universidade se afastar cada vez mais de suas funções mais básicas e aceitar a estagnação como um fato natural e até como algo que se deva incentivar; enfrentamos um centralismo e autoritarismo perverso e irresponsável, fundamentado em um estatuto anacrônico; vemos o ensino sucateado de forma drástica e os salários e as condições de trabalho vilipendiadas. Também e especialmente aqui nossa ação é exigida. E, certamente, a Adusp saberá responder a essa exigência.

MARCO A. BRINATI

95-97



Para entender a situação na universidade neste último ano e meio, é importante compreender o clima geral do país. Na esteira de um plano de estabilização econômica, que eliminou o fantasma da inflação à custa de desemprego, altas taxas de juros e desequilíbrio na balança comercial, FHC elegeu-se presidente no primeiro turno, em outubro de 94. E, com sua eleição, vieram as propostas de reformas de cunho liberal, que visavam reduzir o tamanho do Estado, privatizando suas empresas e retirando direitos sociais da classe trabalhadora. Primeiro, foram as emendas constitucionais da ordem econômica, aprovadas sem muita resistência do congresso e da sociedade civil. Depois, para o encaminhamento das reformas previdenciária e administrativa, foram lançados balões de ensaio para avaliar a reação dos cidadãos, sindicatos, centrais de trabalhadores e partidos políticos. Diante da resistência encontrada e do calendário eleitoral, as propostas foram sendo alteradas. Vencido agora o segundo turno, o governo deve intensificar suas ações para aprovação dessas

reformas, se não for atropelado pelas negociações em torno da emenda da reeleição. O pacote de medidas provisórias, lançado em outubro, busca mais causar impacto na mídia do que resolver definitivamente o déficit do governo. A propósito, a reforma tributária, tão anunciada durante a campanha presidencial, ainda não foi colocada na agenda; o governo procura resolver seus problemas de caixa cortando os gastos com o funcionalismo, mantido sem reajuste salarial há quase dois anos. Implanta-se, assim, ao nível federal, uma política de destruição dos serviços públicos que se propaga aos estados e municípios, por meio de uma política fiscal restritiva. Omite-se que os gastos públicos, em termos de porcentagem do PIB, são muito menores no Brasil que nos países do primeiro mundo, e ignoram-se os efeitos da deterioração dos serviços públicos sobre o poder aquisitivo e a qualidade de vida da população.

No plano da educação superior, a reforma procura atingir a autonomia universitária, retirando-a da carta magna e inserindo-a numa lei infraconstitucional. Apesar da rejeição majoritária de docentes,

funcionários, estudantes e dirigentes das universidades públicas, o governo insiste com a iniciativa, sob o pretexto de que o princípio constitucional da autonomia passou a impedir que ele controlasse a qualidade da universidade privada. O mesmo argumento frágil é utilizado para a defesa do "provão" de fim de curso. Ora, sendo a educação superior privada uma concessão do poder público, caberia ao governo federal exercer uma fiscalização contínua sobre as instituições privadas.

O estado de São Paulo atravessa uma grave crise econômica, construída ao longo das gestões anteriores e amplificada nos dois últimos anos pela política de juros elevados do governo federal; na base de tudo está a baixa arrecadação do Estado, provocada por uma sonegação fiscal desenfreada. O espaço que deveria caber a um estadista está sendo ocupado por burocrata-contadores, que cortam despesas sem avaliar suas conseqüências.

É evidente que a conjuntura externa tem afetado profundamente a vida universitária neste período. As propostas de reforma da previdência social, em maior grau, e da

reforma administrativa geraram um clima de insegurança e desconforto, provocando uma elevação acentuada dos pedidos de aposentadoria. Muitos docentes, após longos anos de dedicação à universidade, sentem que um contrato social está prestes a ser rasgado; direitos à estabilidade e à aposentadoria integral e em regime especial, denunciados como privilégios, podem ser suprimidos.

A crise econômica estadual agrava a situação salarial na universidade, fato que, em conjunção com as propostas de modernidade, tem estimulado as saídas individuais. Desta forma, realimenta-se a concepção de que é necessário ser “competente” para complementar o salário, via bolsas de pesquisa, participação em convênios, cursos de extensão, assessorias e consultorias. A crise econômica vem provocando a redução do quadro docente, pois as vagas abertas com a aposentadoria e demissão de docentes não têm sido preenchidas; a sobrecarga didática só não é mais pronunciada porque disciplinas optativas ou de pós-graduação deixam de ser oferecidas e, além disso, a universidade vem recorrendo a alunos de pós-graduação para ministrar aulas, fatos igualmente criticáveis.

Neste quadro, as questões coletivas são relegadas ao segundo plano e a capacidade de reflexão crítica se reduz; perde-se a noção de conjunto e se amplifica a relevância de suas partes. São implementadas soluções que resolvem problemas locais sem examinar seus efeitos globais. Não se questiona se os docentes em tempo integral recebem duas vezes pelo

mesmo trabalho ou se o setor privado se apropria indevidamente da produção da universidade pública. Não se questionam também as conseqüências que esta forma de trabalho tem sobre as atividades-fim da universidade. Os dirigentes incentivam, implicitamente, as iniciativas para trazer mais recursos para a universidade, mas não se preocupam com as suas conseqüências. Tampouco se dispõem a defender com firmeza os recursos públicos destinados, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, à universidade.

Em meio a essa transformação ditada pela conjuntura externa, outros fatores específicos têm contribuído para a desagregação da vida acadêmica. Observa-se um acirramento dos conflitos em torno do regime de trabalho, que fazem com que uma considerável parcela do corpo docente, sob risco de futuras avaliações, acabe não se envolvendo, de forma mais ativa, na discussão de questões centrais da universidade.

O cenário torna-se extremamente favorável para que uma gestão autoritária imponha, sem muita resistência, uma variada gama de medidas afetando desde a vida acadêmica e as condições de trabalho até o direito a atendimento médico e o acesso ao *campus*.

Assim, é compreensível que tenham pouca repercussão as chamadas da entidade sindical, buscando o envolvimento do docente em questões salariais, acadêmicas ou mesmo relativas à democracia universitária ou às reformas constitucionais. Ainda que muitos possam concordar com as iniciativas da en-

tidade, a poucos é delegada a tarefa de sair à luta. Esvaziam-se os grupos de trabalho do sindicato, reduz-se a participação e adesão às decisões de suas instâncias deliberativas. O quadro não é, portanto, muito diferente do que se ouve falar em outros movimentos organizados, com raras e elogiosas exceções.

Dentro do contexto pouco propício, foram definidas algumas prioridades de atuação. Como de hábito, duas questões de natureza econômica foram objeto de intervenção da Adusp neste período: negociação salarial e defesa de recursos para as universidades. Bem no início da gestão, houve o desfecho do embate na Assembléia Legislativa em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1996 (LDO/96). Diante de pequena mobilização de docentes e funcionários e da omissão dos reitores da USP e Unicamp, as universidades sofreram uma derrota. Não foi possível vencer a proposta do executivo estadual de que, em caso de aumento real da arrecadação de ICMS, a dotação das universidades fosse congelada ao nível de 95. Atenuou-se um pouco a perda conseguindo-se adicionar 2,4% do eventual crescimento de arrecadação. Mas, as brechas existentes na lei têm permitido à Secretaria da Fazenda uma aplicação tendenciosa que vem agravando a já precária situação econômica das universidades estaduais paulistas.

Após um ano sem reajuste, período em que os salários atingiram o pior nível dos últimos 20 anos, a negociação de data-base de 96 foi marcada pela intransigência dos rei-

tores. Enquanto o reajuste concedido, 7,63%, ficou bem abaixo das perdas que o próprio Cruesp reconheceu, os recursos reservados a despesas de custeio e investimento em 1996 cresceram 25%, em termos reais, com relação a 1995. Esta contradição levou funcionários e docentes das três universidades a entrar em greve. A duração e o nível de adesão variaram muito de entidade para entidade e de um *campus* para outro. Entre os docentes da USP, embora a indignação com o reajuste fosse grande e algumas assembleias fossem relativamente concorridas, faltava a disposição e disponibilidade para ampliar o movimento e pressionar a reitoria e o Cruesp. A decisão de sair da greve, sem nenhum avanço, decorreu da avaliação de que já não se conseguia exercer pressão forte simultaneamente sobre as três reitorias.

Apesar de seu insucesso para aumentar o reajuste de data-base, a greve propiciou condições para que docentes, funcionários e, principalmente, estudantes das três universidades exercessem pressão junto à Assembleia Legislativa durante a tramitação da LDO/97. Duas vitórias foram obtidas: eliminou-se o redutor de repasse vigente na LDO/96 e barrou-se uma emenda que instituiu o ensino pago nas universidades públicas estaduais. A primeira delas corre agora o risco de escapar entre os dedos da mão, em virtude de ardilosa manipulação contábil do governo estadual. Este projeto de lei orçamentária não pretende aplicar a alíquota de 9,57% sobre o montante transferido pelo governo federal, como

compensação pela isenção fiscal aos produtos de exportação e bens de ativo fixo. Graças à iniciativa do Fórum das Seis, foram apresentadas, por partidos da oposição, emendas que corrigem esta distorção, mas para que elas possam ser aprovadas haverá necessidade de exercer forte pressão sobre o Legislativo.

A campanha pela extinção dos contratos precários foi uma das prioridades estabelecidas pela gestão. Essa forma de contratação de docentes adotada pela USP afronta a legislação vigente no país e prejudica a qualidade do trabalho em função da insegurança que gera para os docentes. Esses contratos servem, em muitos casos, como arma política nas mãos dos detentores do poder para controlar o trabalho e as decisões de parcela do corpo docente. É necessário romper com o *status quo*, evitando que essa forma ilegal de contratação se perpetue. A Adusp elaborou uma proposta que foi, agora em novembro, submetida a um plebiscito e, posteriormente, deverá ser apreciada pelo Conselho Universitário.

Durante esse período, a Adusp esteve envolvida em diversos outros embates, tanto no plano interno quanto externo. No nível interno, cabe destacar: a campanha HIVIDA, pelo atendimento aos HIV soro-positivos da comunidade da USP, e a campanha USP Aberta, contra o fechamento do *campus* nos fins de semana. No plano externo, convém ressaltar: as manifestações de apoio à reforma agrária e ao MST e a denúncia do massacre em Eldorado dos Carajás; organização e participação no I Con-

gresso Nacional da Educação; participação em seminários sobre autonomia universitária, discutindo a experiência das estaduais paulistas.

A Adusp participou ativamente do Congresso da Andes-SN e dos Conad's realizados nesse período, bem como promoveu debate e preparou Informativo Extra a respeito da eleição para a renovação da direção do Sindicato Nacional das Instituições de Nível Superior.

A *Revista Adusp*, lançada na gestão anterior, continuou recebendo os mesmos cuidados e tem tratado de temas polêmicos e atuais como globalização, reforma agrária, desaparecidos políticos, as desigualdades que caracterizam o nosso país. Uma edição especial foi dedicada a Florestan Fernandes, mostrando um pouco do seu trabalho e trajetória, e da dor de sua perda.

A Adusp completa seus primeiros 20 anos num momento em que a conjuntura oferece imensos desafios, e, pelo muito que já fez, tem condições de enfrentá-los com sucesso. No plano interno, já há uma iniciativa, em fase final de elaboração, para reverter o quadro desfavorável: a partir do lançamento de uma proposta de programa para o próximo reitor, espera-se que as questões relevantes para a universidade passem a ser discutidas mais amplamente.

No plano externo, o caminho é mais árduo e requer o estreitamento da articulação com o movimento sindical, objetivando conseguir respostas ao processo de globalização e às propostas de reformas liberais que melhor atendam à população brasileira.

DITADURA DO PENSAMENTO ÚNICO

A ADUSP E A CONJUNTURA NACIONAL

Carlos Eduardo Malhado Baldijão



A Adusp comemora vinte anos de sua fundação em um momento extremamente difícil. Vive-se hoje tempos em que discordar, dizer não, soa como uma verdadeira blasfêmia. A ditadura do pensamento único está emburrecendo as pessoas, está tentando a cooptação global em tempos de globalização. Na verdade, vive-se, hoje, uma realidade de autoritarismo em um cenário de democracia.

A ditadura militar reprimia com violência, prendia, torturava e matava, mas não havia conseguido dominar as mentes. Os professores da USP, conscientes da importância de resistir e lutar, consideraram fundamental organizar-se em uma entidade para defender a universidade, assim como seus direitos de cidadãos.

A Adusp nasce desenvolvendo uma série de lutas em defesa da universidade, a exemplo da denúncia de triagem ideológica na contratação de docentes, efetuada através do chamado “3º estágio”, sob o comando de

um general do exército que dispunha de infra-estrutura e existência clandestina no interior da reitoria. Editou, ainda, o “Livro Negro da USP”, no qual expunha, de modo detalhado, as perseguições e a delação existentes naquele período ditatorial. Mostrava, assim, como o oportunismo carreirista foi responsável, em grande parte, pela cassação de professores. Naquele mesmo período, consegue-se, com a efetiva participação da Associação, derrotar um projeto de reforma da universidade, que, já naquela altura, traria para o interior da USP visões que hoje o projeto neoliberal consagra.

Sua forma de organização e suas lutas servem de exemplo para professores de inúmeras universidades brasileiras que, inclusive, solicitaram expressamente a colaboração da Adusp para a organização de suas entidades. Após um período de muitas lutas e amadurecimento do movimento docente ao nível nacional, cria-se a Andes – de início a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, hoje Sindicato Nacional. A Adusp colabora, desta forma, de modo decisivo para a organização dos docentes universitários ao nível nacional.

A partir deste período, nasce um movimento sindical renovado e com novas perspectivas em direção a um sindicalismo livre e autônomo. Organiza-se a luta por democracia política e econômica; cresce o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita. O movimento docente nasce no mesmo período e participa ativamente de todas essas atividades, ou seja o das lutas pela anistia, pelas eleições diretas, da fundação da CUT e da luta pela superação da burocracia e do corporativismo sindical. Além disto, e por isto mesmo, reforça a existência de um novo interlocutor na vida brasileira, fundamentalmente necessário para o avanço da democracia: o trabalhador organizado.

O movimento docente acresce e a este acervo de lutas incorporam-se uma série de propostas em seu campo específico, que, longe de serem corporativistas, procuram colocar a universidade e o trabalho nela realizado a serviço da maioria da população. E esta não é uma afirmação estereotipada ou vazia! Seu conteúdo é expresso na Proposta da Andes e das Associações Docentes para a Universidade Brasileira; nas lutas de resistência contra os projetos GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) e GRIPE (Gratificação Individual por Produtividade

de Ensino); na defesa da autonomia da universidade; na participação ativa no processo constituinte e na elaboração de um projeto da Lei de Diretrizes e Bases para a educação (LDB); na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), desde sua gestação na VIII Conferência Nacional de Saúde e na defesa intransigente dos serviços públicos – entendendo aí o servidor público como um servidor do público e não do Estado. Enfim, na defesa de uma universidade pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

Hoje, apesar da existência de eleições diretas em todos os níveis, apesar da existência de um parlamento em pleno funcionamento, apesar de uma nova Constituição, o executivo governa por medidas provisórias e o Parlamento não cumpre seu papel. Vários artigos da Constituição que exigem legislação complementar deliberadamente não estão em vigor e muitos artigos auto-aplicáveis até agora não foram aplicados. Apesar disto, estão mudando a Constituição exatamente naquilo em que ela atende aos interesses dos trabalhadores. Direitos consagrados universalmente são alcunhados de privilégios corporativos. A necessária presença do Estado na vida das pessoas, não para reprimir nem vigiar, mas para garantir direitos, diminuir diferenças, permitir o exercício da cidadania, é chamada de paternalismo.

A universidade vem sendo atacada através da mídia, enquanto as verbas são cada vez mais limitadas. Autoritariamente, através de medida provisória (hoje convertida em Lei) criou-se o Conselho Nacional de Educação e impôs-se o “provão” como medida para “avaliar” a universidade. Com um projeto de lei que tramitou às pressas, definiu-se o método da escolha de dirigentes universitários e até a composição dos órgãos colegiados, assuntos profundamente tratados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (já aprovada pela Câmara dos Deputados) e que vem sendo torpedeada pelo governo FHC. Dentre as propostas de reforma da Constituição, algumas afetarão diretamente a universidade. A reforma do Estado é uma delas.

Ela é, sem dúvida, um dos temas mais importantes na atualidade e, obviamente, será tratada de acordo com a visão de mundo de seu proponente. A reforma do Estado é necessária, em primeiro lugar, para torná-lo transparente e democrático e, em segundo lugar, para torná-lo forte e presente na vida das pes-

soas. Não para reprimi-las, mas para possibilitar a igualdade de oportunidades através dos diferentes serviços que devem ser colocados à disposição da população, além do estabelecimento de políticas (de modo democrático e transparente) nas mais diferentes áreas.

Para isto, é preciso financiar o Estado e dotá-lo dos instrumentos necessários para que possa exercer com qualidade e em quantidade necessária as atividades que vão permitir a construção de uma sociedade que se possa chamar de civilizada, sem excluídos, e formada por cidadãos, não por súditos.

Para construir uma sociedade nestes termos é preciso de dinheiro, pois a civilização tem seu preço, e este preço é conhecido: custa, pelo menos, 45% do Produto Interno Bruto (PIB). Este é, por exemplo, o custo que os chamados países do 1º mundo pagam para ter qualidade de vida.

As comparações internacionais sobre a prevalência da pobreza, citadas por Adam Przeworski em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, do “Luxembourg Income Studies”, mostram que esta prevalência não se relaciona com a renda média, mas inversamente em relação aos gastos públicos. Os Estados Unidos, por exemplo, com uma renda *per capita* de US\$ 22.204 e gastos públicos da ordem de 38% do PIB, tem 18% de sua população considerada pobre, enquanto a Suécia, que tem renda *per capita* de US\$ 16.729 e gastos públicos da ordem de 59% de seu PIB, possui somente 8% de todos os adultos, e apenas 3,2% das famílias com crianças, consideradas efetivamente pobres.

Nos países europeus os gastos com educação são por volta de 7% dos respectivos PIB. No Canadá, estes gastos chegam a 8%. Estes países têm uma população praticamente estável e estrutura física da rede escolar em todos os níveis totalmente constituídas. Assim, o dinheiro é usado na manutenção de sistemas que exigem poucos investimentos em sua expansão.

No Brasil, os gastos públicos representam apenas 24% do PIB, sendo que em educação eles significam menos de 4% do PIB. O crescimento populacional é da ordem de 1,6% ao ano, enquanto na maioria dos países europeus é de menos de 0,5%. Enquanto isto, não se cumpre o dispositivo constitucional da obrigatoriedade do ensino fundamental. Há um sem-núme-

ro de crianças fora da escola; cerca de 20 milhões de analfabetos; só 34% dos jovens em idade de cursar o secundário estão matriculados e apenas 1,5 milhões de jovens no ensino superior.

Enquanto isto, a reforma do Estado brasileiro vem sendo tratada de acordo com os valores de mercado, e as palavras chaves são: eficiência, eficácia, produtividade, administração, competitividade e, principalmente, flexibilização.

Considera-se que a Constituição de 1988 engessou a administração do Estado, que este é muito grande e que precisa ser “flexibilizado”, “enxugado”, “encolhido”. A estabilidade do servidor público seria concedida apenas aos setores considerados “funções típicas de Estado”, como as Forças Armadas, a Polícia, a Justiça, a Diplomacia, a Fiscalização e um “núcleo” de governo responsável pelo planejamento.

Educação e saúde, por exemplo, já que podem ser efetuadas pelo setor privado, não são consideradas funções típicas de Estado. Contraditoriamente, todos os discursos dos neoliberais afirmam que o Estado deve livrar-se de atividades consideradas próprias do setor privado para dedicar-se a áreas como saúde e educação.

Como a prática vem demonstrando, desapareceram as políticas sociais (se é que efetivamente existiram algum dia) e o governo preocupa-se apenas em adaptar o Estado ao mercado, privatizando-o.

No que se refere às universidades, a proposta é transformá-las em organizações sociais, descritas como organizações públicas não estatais, criadas no âmbito da sociedade civil e com participação no orçamento da União, podendo receber outros ingressos, através da prestação de serviços, por exemplo. São organizações de direito privado, criadas na forma de fundações ou associações para prestar serviços na área de educação, saúde, cultura e assistência social.

A implantação destas organizações é cinicamente chamada de “publicização”. Manifestada a intenção do ministro de Estado de adotar o “Programa Nacional de Publicização”, é feita a indicação de uma instituição autárquica ou fundacional a ser extinta e recriada como entidade pública não estatal. Esta entidade, uma vez registrados seus estatutos em cartório civil de pessoas jurídicas, é quem define a composição do Conselho Curador, encabeçado por “pessoas de

notória capacidade profissional” e “elevado espírito público”. O Conselho Curador designa os dirigentes da Organização Social, dispõe sobre sua estrutura, define suas diretrizes e objetivos, após autorização legislativa, e assina-se um contrato de gestão.

A admissão de pessoal pelas organizações sociais se fará, exclusivamente, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Os servidores públicos em exercício nas Autarquias e Fundações Públicas cujas atividades forem transferidas para as Organizações Sociais teriam garantidos seus direitos decorrentes dos respectivos regimes jurídicos, integrariam quadro especial do ministério correspondente, com cessão sem ônus para a Organização Social.

A imaginação corre solta nestes tempos de neoliberalismo. A universidade brasileira, que vem sendo sucateada, aliás, como todo o serviço público, há anos necessita de apoio e projetos sérios no sentido de sua recuperação, assim como precisa manter seu caráter público como dever do Estado e direito do cidadão. Precisa manter sua autonomia para que possa exercer devidamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Precisa de democracia interna, para que as diferentes visões tenham garantia de expressão, precisa de financiamento e necessita expandir o número de vagas públicas.

Não é privatizando a universidade pública que se vai garantir a qualidade do ensino e, menos ainda, da produção científica. Não é a visão gerencial nem o conceito de qualidade total, embutido nas expressões eficiência, eficácia, produtividade, sem definir em função de que e de quem, que permitirá à universidade servir de maneira adequada aos interesses da grande maioria, hoje excluída.

Uma reforma de Estado deveria passar por uma reforma tributária de caráter progressivo que permitisse uma justa arrecadação de impostos e formas claras de devolvê-los à população através de servi-

ços públicos de qualidade, com pessoal em número suficiente, bem qualificado e bem remunerado. Desta forma o Estado teria as reais condições de desenvolver políticas públicas que, nas mais diferentes esferas, gerem empregos, salários, produção de bens materiais e culturais, e que possibilitam o trabalho e o lazer. Nesta perspectiva, a universidade tem papel fundamental. Seu caráter efetivamente público é decisivo para seu envolvimento, de maneira autônoma, em um projeto de desenvolvimento soberano para o país

Vive-se a década de 90 como se fosse ainda o início dos anos 70. Naquela época, as pessoas eram caladas pela repressão. Hoje, pode-se até gritar, mas os gritos ainda não fazem eco. A visão do fim da história, do fim das ideologias, bastante impregnada no próprio interior da universidade fortalecida pelo poder da mídia e seu uso ideológico pelas classes dominantes, tem afastado qualquer possibilidade de visão plural de mundo.

É nesta difícil conjuntura que a Adusp completa seus vinte anos, e agora, mais que antes, se faz necessária a sua existência, reformulada para poder resistir e superar o isolamento a que es-

tão submetidas as entidades e as pessoas que percebem a necessidade e que tem a coragem de dizer não.

Dizer não à ditadura do pensamento único, dizer não ao ideário e à prática neoliberal que atentam contra a felicidade dos homens, que favorecem a exclusão. O movimento docente ao nível nacional tem a difícil tarefa de trabalhar na reaglutinação do movimento social organizado, na divulgação de suas bandeiras, para que possam ser discutidas e renovadas, assim como precisa ser renovada a esperança na possibilidade da construção de um mundo melhor.

Carlos Eduardo Malhado Baldijão é professor da USP. Foi secretário-geral da Adusp (77-79), e presidente da Andes (90-92).

A universidade brasileira, que vem sendo sucateada, aliás, como todo o serviço público, há anos necessita de apoio e projetos sérios no sentido de sua recuperação, assim como precisa manter seu caráter público como dever do Estado e direito do cidadão.

SENTINELA

Lígia Marcondes Machado

Ainda bem que não sou socióloga, nem historiadora e menos ainda economista. Sendo assim, não preciso entender de sindicalismo para me colocar como sindicalista: posso falar da minha experiência, do que sinto e do que vejo. É desta posição privilegiada – por que comprometida com minhas próprias idéias e crenças, e a partir da minha própria militância – que quero dizer um pouco do que penso da Adusp nestes tempos difíceis.

Sindicato cheio, assembléias com bastante público, reivindicações fortalecidas pela presença maciça da categoria não são uma utopia. A gente já viu acontecer isso antes e não tem muito tempo. Quem não se lembra – pelo menos os da nossa geração – da greve de 79 na USP? Ou das greves dos metalúrgicos do ABC? Ou dos grandes e fortes greves da Petrobrás? O que havia, então, e deixou de haver, ou o que há agora que não existia na época?

Não tenho a pretensão de apontar variável por variável de um fenômeno denso, multideterminado e multifacetado. Mas, acho que nossa função de cientista é exatamente a de buscar entender o mundo a nossa volta. E não apenas aquele pedaço de mundo que a gente pode ver no laboratório... Então, me arrisco a pensar alto e bom som.

Retrospectivamente, é fácil localizar a marca da época a que me referi. Estávamos sob uma severa ditadura militar, que apenas se propunha a uma abertura lenta e gradual. Quem se metia no trabalho sindical, em greve ou não, estava correndo riscos ou disposto a corrê-los. Estava se identificando com e como um grupo que, acho eu hoje, mais se caracterizava por oposição.

Era um grupo que se opunha à ditadura – ameaça externa – por pensamentos, palavras e obras. A grandeza deste grupo se refletiu no movimento pelas diretas-já, na fundação do Partido dos Trabalha-

dores, que podia ser e se assumia como um partido de oposição.

De um certo ponto de vista, era mais fácil fazer um trabalho sindical. Portas e assembléias abertas, o trabalhador participava porque era quase sempre o seu grupo se manifestando. Como Chico Buarque percebeu e manifestou com a competência de sempre, éramos “nós contra eles” e podíamos dizer “apesar de você, amanhã há de ser outro dia... A minha gente hoje anda...” O sindicato estava cheio de associados efetivamente participantes das lutas, das reivindicações, das eleições internas, do dia-a-dia da atividade sindical. O trabalhador lia, discutia, se informava, se organizava em bases sólidas e perspectivas amplas. E o movimento sindical crescia num fluxo organizado e abrangente.

À medida que o tempo foi passando, novos/velhos ingredientes foram se misturando a este fluxo. Em primeiro lugar, a ditadura, aparentemente, mudou de mãos. Deixou de ser comandada pelos militares e passou para o comando direto dos grandes grupos econômicos. E, no processo, descaracterizou-se aos olhos do povo como uma ditadura. Temos eleições, temos debate “político”, temos partido de esquerda; que sentido teria, então, falar em ditadura?

Era como se a “minha gente” estivesse agora com a concreta possibilidade de tomar as decisões. Para favorecer esta impressão, os democratas de hoje são os ditadores de ontem, travestidos de portavozes da democracia. Quem não se lembra de Paulo Maluf, Marco

Maciel, José Sarney e cia., de outros tempos e mesma ideologia? O continuísmo, naturalmente, significou e significa construir uma casa “nova” em cima de fundações comprometidas.

Mas, a confusão entre essência e aparência acabou por, de fato, enganar muitas pessoas. E gerou um discurso descolado da realidade. Pior, um discurso velho: o Brasil precisa crescer, o Brasil precisa se modernizar, tem que se abrir ao mercado internacional, critério, árbitro e fermento atual do mesmo bolo que um dia será dividido. Se lembram disso?

Alguns de nós nos lembramos. Para alguns está presente: “todo dia ela faz tudo sempre igual...” (Chico Buarque, *Cotidiano*). Entre os que se lembram, há os que se calam “com a boca cheia de feijão” (idem, idem). Mas, há, também, quem desatina e, novamente como o Chico Buarque diz, “viu chegar quarta-feira, acabar a brincadeira... mas ainda está sambando...”

E sambamos, nos manifestamos, nos exprimimos, nos opomos porque acreditamos que temos uma proposta melhor para todos nós.

Não podemos aceitar, basicamente, que a nossa vida tenha chegado a valer tão pouco quanto hoje. Não vou repetir estatísticas, os jornais estão cheios delas, mas viver em uma cultura na qual o homicídio é a principal causa da morte entre jovens de 15 a 24 anos deveria nos deixar preocupados. Trata-se de um dado revelador porque mostra o assassinato como a terceira causa de morte na cidade de

São Paulo, uma proeza que nos torna os campeões no Brasil.

E porque São Paulo seria privilegiada? Acho que são questões como esta que não nos deixam esquecer, que fazem com que alguns sigam se lembrando sempre. Não podemos conviver com este tipo de dado sem localizar a distorção que lhe dá origem. E essa distorção se chama desigualdade. Uma desigualdade mais evidente em São Paulo? É possível.

Enquanto essa desigualdade persistir, temos que continuar lembrando. E lutando. É nossa – nossa, de quem vê e é capaz de enxergar – luta.

Mas, são poucos os que se lembram e enxergam. Os sindicatos se esvaziam ou se transformam em grêmios, mantidos apenas pelas vantagens que conseguem para seus associados. E cadê o povo? Cadê o fluxo? Cadê as assem-

bléias cheias do tempo em que comparecer a assembléias era perigoso?

O povo está vivendo o pesadelo da violência, aquela mesma que acaba coma a vida dos jovens. Está comprando carros importados ou trabalhando duro – quem tem emprego – porque acredita que está vivendo um regime com oportunidades iguais para todos. O povo acadêmico está escrevendo e escrevendo *papers* e produzindo teses ou

trabalhando para estar em condições de fazê-lo, sozinho, individualmente. Cada um na sua. Mais do que isso: cada um contra o outro. Como dizem Márcio e Lô Borges, fazendo girar “a roda da fortuna, que mói a vida, mói o sonho, mói o pão...” Porque, em terra de desigualdade, quem está por cima é

em responsável.

Responsável por sua análise, responsável por seu contraponto, responsável por colocar na roda sua visão alternativa.

É aí que estão as pessoas que continuaram discutindo e avaliando as transformações deste país, deste tempo, desta cultura. É aí que estão

as pessoas que se mantiveram quando refluíram as massas dos sindicatos e dos movimentos populares. Num papel solitário talvez, embora menos solitário do que aquele de quem está seguindo as normas de se tornar alguém. Num papel duro, porque é preciso ter a dureza da coragem para se opor quando e onde necessário. Num papel teno – “*hay que endurecer pero sin perder la ternura*” – porque compreensivo, porque solidário, porque aliado ao companheiro de jornada, por-

que disposto a dividir, a repartir.

Para mim, um papel de sentinela. Aquela sentinela que é guardiã, que se dispõe a preservar, que se dispõe a repartir. Sentinela para a vida.

Fernando Brant me ajuda a definir a sentinela atuante, a sentinela que prepara e não apenas espera. Ainda que no refluxo.

Lígia Marcondes Machado é professora do Instituto de Psicologia da USP.

**“... Sentinela sou
do corpo do meu irmão que já se vai
revejo nessa hora tudo que ocorreu
memória não morrerá**

...

**longe, longe ouço essa voz
que o tempo não levará**

...

**a morte ainda não vai chegar
se a gente na hora de unir
os caminhos num só
não fugir nem desviar..”**

rei... Essa é a atitude que esvazia o coletivo, que mata o solidário.

Entender o vazio, por um lado, é dureza. “Desilusão, desilusão, danço eu dança você na dança da solidão”, como diz Paulinho da Viola. Mas, por outro lado, torna privilegiado quem entende: o mero (?) exercício da compreensão torna especial o estar no mundo. E, se o privilégio é o da sabedoria, entender transforma o entendedor

O FÓRUM DAS SEIS

E O FUTURO DAS UNIVERSIDADES

José Luís Pio Romera, técnico-administrativo do Instituto de Artes da Unicamp, assumiu, este ano, pela segunda vez, a coordenação do Fórum das Seis, entidade representativa de docentes e funcionários das três universidades estaduais paulistas. Ao analisar a importância e a atuação do Fórum, ele avalia as vitórias e derrotas, e aponta para a necessidade de se reavaliar os métodos de atuação. Segundo ele, o Fórum pode, e deve, ampliar o debate no interior da USP, Unicamp e Unesp, e interferir de forma mais efetiva nas lutas gerais da vida política nacional.

Embara organizados em entidades representativas autônomas e independentes, os docentes e técnicos-administrativos da USP, Unicamp e Unesp têm uma história rica em campanhas desencadeadas unitariamente. Os exemplos são muitos e vão desde as lutas imediatas às questões mais amplas: nas campanhas salariais, quando negociavam diretamente com o governo do estado (até o final de 1988) ou com as reitorias e o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - Cruesp (após a implantação da autonomia universitária, a partir de 1989); nas empreitadas pela democratização das universidades, seja nas reformas dos estatutos ou na tentativa de eleição de dirigentes universitários; a luta em prol da escola pública e por uma LDB voltada aos interesses da maioria da população

brasileira. A defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade foi tema de inúmeras lutas, como o "SOS Universidade", na greve de 1988. A atuação com outros sindicatos, em movimentos na defesa dos interesses do conjunto dos trabalhadores, também registrou momentos significativos.

Em todas as suas atividades, as entidades representativas das três universidades estaduais paulistas procuram respeitar as suas instâncias deliberativas (diretorias, conselhos, assembléias e congressos) para pautar suas atuações. Em nível geral, integram-se em organizações nacionais. No caso das entidades dos técnicos-administrativos, organizam-se na Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra). As seções sindicais de docentes estruturaram-se na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (Andes-SN).

Tanto esta última quanto a Fasubra são filiadas à CUT e compõem o Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação (DNTE), em conjunto com CONTEE, Sinasefe e CNTE, que neste último período realizou o I Congresso Nacional de Educação (I Coned), em unidade com entidades científicas e estudantes, em Belo Horizonte, que reuniu mais de 5 mil participantes e produziu as diretrizes para um plano nacional de educação.

A semelhança entre as entidades de docentes e técnicos-administrativos e o fato de atuarem em universidades estaduais públicas fez com que, em muitas das lutas descritas acima e diversas outras, atuassem conjuntamente. Como consequência, ambas as categorias também se aproximaram. Chegaram a se constituir dois fóruns: um das três entidades de técnicos-administrativos e outro das três entidades docentes. Com o advento da autonomia universitária, conquistada na greve de 1988, as negociações saíram do âmbito do funcionalismo estadual, e o interlocutor para as questões salariais passou a ser o Cruesp. Vale ressaltar, no entanto, que as pressões sobre o governo do estado, bem como sobre a Assembléia Legislativa, continuaram a fazer parte das nossas lutas, principalmente por ocasião das votações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as verbas para as três universidades.

Essa conjunção de fatores acabou por favorecer uma aproximação logística entre as seis entidades, levando ao surgimento do Fórum das Seis Entidades (Adunicamp, STU, Adunesp, Sintunesp, Adusp e Sintusp). Os técnicos-administrativos e os docentes do Centro Estadual de Ensino Tecnológico Paula Souza acompanharam as lutas encaminhadas pelo Fórum desde a sua formação. Em 1993, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Tecnológico Paula Souza (Sinteps) passou a integrá-lo formalmente.

Em sua recente existência, o Fórum das Seis Entidades foi vitorioso em diversas lutas. Entre elas, podemos citar a batalha pela ampliação de verbas na LDO, em 1991, quando nossa greve conquistou a mudança do percentual de repasse da arrecadação do ICMS de 8,4% para 9,0% para a USP, Unicamp e Unesp. Na LDO de 1994, o percentual foi de 9,0% para 9,57%, além da implantação de uma política salarial após o Plano Real, que não foi cumprida total-

mente pelos reitores. Na greve de 1996, apesar de não conquistarmos a reposição salarial desejada, tivemos também vitórias, como por exemplo a retirada da emenda do deputado Vaz de Lima (PSDB), que propunha a cobrança de mensalidades na USP, Unicamp e Unesp; conseguimos, também, descongelar o orçamento para 1997, derrotando o governo Covas na Assembléia Legislativa. É preciso ressaltar, neste último movimento, a grande participação dos estudantes na greve e nos atos, o que contribuiu para as vitórias na Assembléia Legislativa; isso demonstra que o Fórum das Seis soube dialogar com este segmento, conduzindo unitariamente as atividades.

É fato que na questão salarial perdemos cerca de 2/3 do nosso poder aquisitivo desde a autonomia. Mas é fato, também, que os picos salariais ocorreram nas datas-base onde o movimento foi mais forte. Mesmo nos momentos de folga financeira, os reitores só concederam reajustes significativos quando estivemos em greve.

Embora tenhamos enumerado significativos aspectos positivos, podemos perceber falhas e insuficiências de várias esferas no Fórum das Seis Entidades. Vamos a elas.

Alguns aspectos importantes, até mesmo para ampliarmos a compreensão da necessidade e da legitimidade do Fórum, ainda são tratados inadequadamente nas reuniões. Vejamos dois deles: em primeiro lugar, a organização sindical e a relação das entidades integrantes do Fórum com a base; em segundo, a sua intervenção do ponto de vista acadêmico e da política geral do país.

O Fórum das Seis constitui-se numa forma de organização sindical desatrelada da estrutura oficial, criada por Getúlio Vargas. Isso não faz, no entanto, com que supere os vícios do sindicalismo oficial. Tomemos como exemplo a sua relação com a base sob dois aspectos: a comunicação e a democracia nos processos de deliberação. Os poucos boletins produzidos pelo Fórum têm cumprido o importante papel de repassar à comunidade universitária os dados econômicos e as diferentes formas de interpretação dos orçamentos das universidades; têm conseguido, também, atingir o objetivo de demonstrar que, sistematicamente, o que tem impedido os técnicos-administrativos e docentes de terem seus salários reajustados não é a insuficiência de ver-



Professores e funcionários da Unicamp, USP e Unesp votam pela continuidade da greve em 1996.

bas, mas sim a política desenvolvida pelos reitores das três universidades estaduais paulistas e pela superintendência do Centro Paula Souza. Temos conseguido mostrar que nossos administradores seguem as “orientações” do governo estadual, que, por sua vez, sequer vem cumprindo a LDO no que se refere aos repasses de verbas originárias da arrecadação do ICMS. Mas os boletins têm se limitado a este papel.

O que queremos dizer é que a análise da conjuntura política, do papel da universidade pública e da necessidade de sua democratização, ainda está colocada em segundo plano. Esta situação – reflexo da crítica que faremos mais adiante a respeito do estilo de intervenção política e acadêmica do Fórum – é, a nosso ver, um dos geradores das crises internas ocorridas nas lutas das datas-base e LDO’s anualmente.

É preciso, também, tocar na questão da democracia do Fórum. É verdade que, em sua história, ele jamais se viu questionado por encaminhar lutas e ações distantes das perspectivas de sua base. Isto deve-se à sensibilidade das direções de cada sindicato, que devem ser reconhecidas e fortalecidas. No entanto, os trabalhadores das universidades não podem ficar à mercê da capacidade das direções de suas entidades. Embora consensual no Fórum, a existência de plenárias deliberativas de base ainda não é uma realidade no encaminhamento conjunto de nossas lutas. Queiramos ou não, isso pode levar à repetição de vícios

que criticamos na Central Única dos Trabalhadores, principalmente o fato de a direção do movimento sentir-se suficientemente representativa para deliberar sobre questões que atingem a vida dos trabalhadores. Esta metodologia pode abrir espaços para distorções fenomenais, onde a distância entre a vontade da base e a percepção de suas direções é monstruosa. O exemplo da negociação da reforma da Previdência Social, promovida pela CUT, está aí para comprovar.

Mais grave, porém, que os problemas organizativos é a atuação política e acadêmica do Fórum das Seis. É preciso reconhecer que há uma preocupação efetiva em relação a esta questão. Basta verificar os seguidos documentos às instâncias acadêmicas e conselhos universitários, a defesa do caráter público das universidades, a presença de nossos representantes em Brasília e na Assembléia Legislativa, defendendo questões de interesse dos trabalhadores em geral.

Observe-se o seguinte fato: USP, Unicamp e Unesp são responsáveis por cerca de 60% da produção da pesquisa nacional. Têm, entre seus docentes (em especial), estudantes e técnicos-administrativos (em menor escala, dentro da realidade que os coloca como meros acessórios na vida das universidades), grandes pensadores da política desenvolvida ao nível nacional. Difícil explicar, assim, que o Fórum não tenha a atuação política e acadêmica desejada em questões fundamentais para a universidade pública e a população que a sustenta.

Vamos a um exemplo: os hospitais universitários vinculados às universidades federais vivem uma crise profunda (segundo dados da Fasubra e da An-des), devido ao descaso do governo FHC. Já os hospitais universitários paulistas, em vez de cumprir o papel de hospitais-escola (por exemplo, pesquisando prioritariamente a cura para males do nosso século, como a Aids), desempenham a função de grandes centros de saúde, substituindo a responsabilidade das prefeituras de suas regiões. Estas, por sua vez, satisfazem a população transportando pacientes em ambulâncias e ônibus para os hospitais universitários. Temos a certeza de que as universidades e o Fórum das Seis têm acúmulo suficiente sobre o funcionamento do SUS. Além de discutir a questão salarial, o Fórum também deve interferir neste e em outros temas.

Os dados estatísticos comprovam que o ingresso de trabalhadores na universidade pública é bastante superior ao que afirmam os defensores da cobrança de mensalidades. Contudo, é inegável que as universidades públicas paulistas não têm entre seus estudantes a proporção de trabalhadores e negros, por exemplo, que encontramos na sociedade. É fato que podemos interferir nestes assuntos e que nossa atuação, hoje, é insuficiente.

Numa conjuntura onde a defesa do Estado mínimo é a grande moda do momento, organizações como o Fórum das Seis adquirem papel fundamental na relação com a população e com o futuro do serviço público.

O governo FHC – que tem em suas principais pastas, não por acaso, quadros oriundos das universidades estaduais paulistas – baixa pacotes e medidas que destroem a educação pública, a vida dos aposentados, desconsidera direitos adquiridos, elimina postos de trabalho, incentiva demissões voluntárias (que, invariavelmente, têm sido responsáveis pela perda de parte significativa dos melhores profissionais do serviço público). A população será a principal atingida por esta política que vem sendo implementada, cujo principal objetivo é a destruição dos serviços públicos e a transferência de seu patrimônio para a iniciativa privada.

As universidades produzem pesquisa de ponta em

diversas áreas. Temos que intensificar a luta para que o fruto dessas pesquisas seja usufruído pela população que a sustenta.

Combatemos cotidianamente a destruição dos serviços públicos de saúde e educação, mas é preciso ampliar essa atuação e envolver a população, ajudando no resgate da qualidade e tornando os serviços prestados cada vez mais acessíveis à maioria, nos postos de saúde e escolas dos bairros e cidades cuja localização justifique a ação das universidades. Assusta perceber que, num futuro bem próximo, o desemprego estrutural e o subemprego, conseqüências do projeto neoliberal de FHC, atingirão níveis catastróficos, superiores aos já alarmantes índices registrados hoje.

O Fórum das Seis tem todas as condições para contribuir mais com esse debate dentro e fora das universidades, já que a existência de serviços públicos é de fundamental importância para a sobrevivência dos excluídos. As universidades, em especial, podem gerar políticas opostas ao receituário neoliberal.

Há quem defenda, certamente influenciado pelas debilidades elencadas, que o Fórum das Seis já teria cumprido o seu papel histórico. Estamos na outra ponta deste debate. Temos a convicção de que o Fórum deve criar espaços de discussões, estudos e defesa de um projeto para a universidade pública e para a sociedade brasileira. Deve buscar, também, gerar alternativas de prática sindical radicalmente democrática e emanada da organização da comunidade universitária. O Fórum deve aceitar o desafio de apontar para o movimento sindical e para a esquerda do Brasil que é possível, mesmo numa conjuntura política e econômica internacionalmente desfavorável, sair da postura defensiva que tem pautado sua atuação nos últimos anos para a interferência prática, via movimentos sociais, na agenda político, econômica e acadêmica de nosso país.

Cúmplices e partícipes destes problemas e desafios (até mesmo porque assumimos a tarefa de coordenação do nosso Fórum pela segunda vez), estamos dispostos a contribuir para a superação de todas as nossas debilidades e consolidar definitivamente o Fórum das Seis como responsável no encaminhamento de muitas lutas vitoriosas. 

A CRIAÇÃO DO IEA

Alberto Luiz da Rocha Barros

Neste ano em que se comemora o 20º aniversário da Adusp e se relembram muitas lutas e vitórias importantes, uma de suas atuações mais significativas deve ser ressaltada: a criação do Instituto de Estudos Avançados (IEA). E um pouco dessa estória será aqui contada. Na mesa-redonda sobre a fundação da Adusp, publicada originalmente na revista *Ciência e Cultura*, da SBPC, e republicada como encarte especial nesta edição da *Revista Adusp*, narra-se a trajetória da entidade até meados de 1983. Porém, a proposta de se fazer um Instituto de Estudos Avançados somente ganhou corpo em 1986.

A idéia surgiu em 1979, por ocasião da anistia aos professores aposentados por Atos Institucionais, e foi inspirada no *Institute for Advanced Studies*, que abrigou Albert Einstein e muitos outros cientistas refugiados das perseguições nazi-fascistas. Os professores afastados da USP por atos da ditadura militar iriam encontrar uma universidade completamente diferente daquela que deixaram, e o papel do novo Instituto seria o de facilitar o retorno à USP destes intelectuais e cientistas, que se situaram entre os melhores do país.

Esta idéia somente teve seqüência em 1982, durante a gestão do professor José Jeremias de Oliveira Filho (da FFLCH) na presidência da Adusp, quando foi criada uma comissão de estudos composta pelos

professores Mário Schenberg (IF), Crodowaldo Pavan (IB), Alberto Carvalho da Silva (ICB), Alberto Luiz da Rocha Barros (IF), Alexandre Martins Rodrigues (IME) e Newton da Costa (IME). No II Congresso da USP, a idéia foi apresentada e aprovada. Posteriormente o grupo de estudos instaurador do IEA foi designado pelo reitor José Goldemberg, e, em 29 de outubro de 1986, foi oficialmente criado o IEA. Esse grupo de estudos era integrado pelos professores Alberto Carvalho da Silva, Alberto Luiz da Rocha Barros, Roberto Leal Lobo e Silva Filho e Carlos Guilherme Mota. Quando o professor Roberto Lobo foi escolhido para vice-reitor, seu lugar na comissão foi ocupado pelo professor Gerhald Malnic, que tinha sido vice-presidente da Adusp.

O IEA teria por objetivos a discussão dos grandes temas de nossa época, o conhecimento e a pesquisa de vanguarda, favorecendo o encontro de pesquisadores de áreas diversas, de forma a fazer surgir uma interdisciplinaridade e uma carga de originalidade que viria com a mesma. Além disso, num país onde muitos intelectuais de envergadura não possuem títulos universitários, objetivava-se uma integração mais ampla de culturas. Assim, iriam diminuir as barreiras que por vezes os títulos criam, em vez de estimular o convívio acadêmico aberto, democrático e crítico, pois a universidade existe para gerar Ciência e Cultura e não para a obtenção de cargos. Propunha-se o aprofunda-

mento da crítica, que romperia com "o burocratismo" generalizado que tomava conta da USP e a retirava do cenário cultural brasileiro, fazendo-a caminhar para a mediocrização total. Procurava-se criar um clima intelectual parecido com aquele que surgiu com a fundação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com a vinda dos grandes mestres.

Também seria preocupação fundamental do IEA o estabelecimento de políticas científicas, tecnológicas e culturais numa perspectiva de uso social melhor do conhecimento, numa articulação adequada entre a universidade e a sociedade.

A Adusp, com a criação deste instituto, realizou uma proeza tão significativa quanto a antiga Associação de Auxiliares de Ensino, que, sob a presidência do professor Alberto Carvalho da Silva, propiciou a criação da Fapesp, dando corpo à Lei Caio Prado Jr., que destinava 0,5% do orçamento do Estado de São Paulo para a pesquisa científica.

No atual combate da Adusp por melhores salários para os professores como forma de defender o tempo integral, ou seja, a dedicação exclusiva à docência e à pesquisa, responsável pela projeção cultural e científica da USP no cenário nacional e internacional, é importante relembrar o grande significado do IEA para a universidade, que visa alcançar o mesmo fim.

Alberto Luiz da Rocha Barros foi secretário-geral da diretoria da Fundação da Adusp e é professor do IF.

Galeria

DEPOIMENTOS & FOTOS

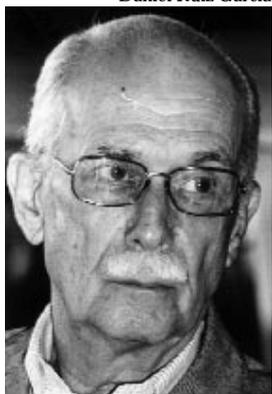
Depoimentos concedidos a Christian Carvalho

Carlos Namba/Abril Imagens



Em abril de 1978, a Adusp promoveu o “Dia do Protesto”.

Daniel Ruiz Garcia



ANTONIO CANDIDO

“Fui vice-presidente da Adusp de 1977 a 1979, e nessa qualidade participei da primeira grande greve dos professores de ensino superior no Brasil. Há muitos anos não tenho contato com a Adusp. Na fase em que fui ativo, ela me parecia um instrumento poderoso de tomada de consciência dos professores universitários em face das novas condições da vida social do Brasil.” *Antonio Candido de Mello e Souza, professor aposentado de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH. Docente da USP desde 1942.*

Geraldo Nunes



Daniel Ruiz Garcia

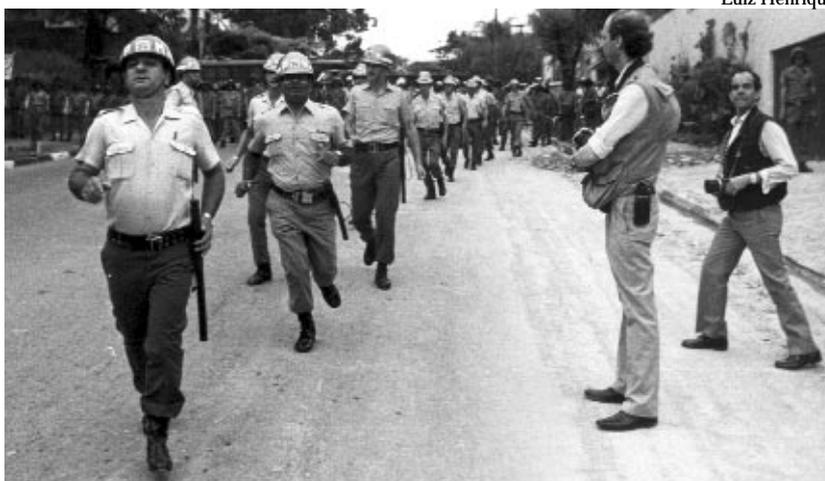


DALMO DE ABREU DALLARI

“A Adusp surgiu num momento de luta, e desde logo se colocou em uma posição de vanguarda.

Foi firme em relação ao problema político da época, exigindo constitucionalização do país. Mas ao mesmo tempo manteve uma intensa discussão a respeito da democratização da universidade. Em face da evolução brasileira daquele período, poder-se-ia dizer que a Adusp foi uma das forças que contribuíram para maior conscientização dos universitários. E depois, superada a fase mais crítica, restringiu-se à questão da universidade. Mas, sem dúvida, ainda tem um papel muito significativo na busca da universidade eficiente e democrática.” *Dalmo de Abreu Dallari, professor-titular de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito. Docente da USP desde 1963.*

Luiz Henrique



ERMÍNIA MARICATO

“A Adusp sempre foi espaço de resistência à deterioração do ensino, à retração, ao fechamento. Tem cumprido papel importante nesse aspecto, mas não tem logrado fazer com que a universidade se abra mais às questões sociais e democráticas. Não que tenha deixado de lutar por isso. Vem se esforçando bastante. Infelizmente não consegue romper com a alienação em relação aos grandes problemas brasileiros. Precisamos nos aproximar mais da sociedade.”

Ermínia Therezinha Menon Maricato, doutora do

Departamento de Projetos da FAU. Docente da USP desde 1974.

Ao alto, Simão Mathias, Milton Campos, Carolina Bori, Dalmo Dallari (assessor jurídico), Domingos Valente, Crodowaldo Pavan, Rocha Barros e José Jeremias, integrantes da primeira diretoria da Adusp, 1976. Abaixo, em 94 e 88, policiais militares posicionam-se para barrar manifestação de docentes.

RENATO JANINE RIBEIRO

“A Adusp teve muita importância no processo de redemocratização do país. Mobilizou professores e rompeu com a burocracia da USP, surgindo em um contexto no qual o poder estava concentrado nas mãos de um pequeno grupo fechado. Creio que nesse ponto merece destaque e grande respeito o trabalho do professor Modesto Carvalhosa, o primeiro presidente eleito da Adusp. Atualmente ela está um tanto esvaziada. Prova disso é que não tem havido grandes assembléias, mobilizações e nem boas competições por sua diretoria. A Adusp hoje padece do mesmo mal que tantas outras entidades sindicais do setor público: está sendo considerada corporativista.” *Renato Janine Ribeiro, professor-titular de Ética e Filosofia Política da FFLCH. Docente da USP desde 1975.*



Abaixo, detalhe do balão usado na campanha de data-base, em 92. Ao lado, plenária da Adusp exigindo Diretas Já, em 85. Os docentes posicionaram-se contra o Colégio Eleitoral. Contra Tancredo Neves e Paulo Maluf.



PAUL SINGER

“A Adusp tem sido fundamental na luta pela democratização da USP, num contexto de luta nacional, num momento em que a universidade pública se sente ameaçada por uma onda antagônica a tudo o que é público no Brasil.” *Paul Israel Singer, professor-titular de Moedas e Bancos do Departamento de Economia da FEA. Docente da USP desde 1960.*

Daniel Ruiz Garcia



À esquerda, reunião do Conselho de Representantes da Adusp com o reitor Flávio Fava de Moraes. Abaixo, único encontro do Cruesp com o Fórum das Seis, em 96.

Daniel Ruiz Garcia

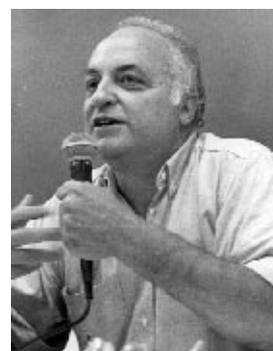


Durante o Congresso da Andes, realizado em São Paulo, Flávio Aguiar e Carlos Baldijão comemoram a filiação do Sindicato Nacional à Central Única dos Trabalhadores.

ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO

“Desejo cumprimentar a Adusp por ocasião de seu 20º aniversário. Considero este momento de grande importância para uma retomada das discussões sobre o papel das universidades, levando em conta o atual contexto sócio-econômico mundial em que se prevê o aumento significativo da demanda pela educação superior e continuada.”

Roberto Leal Lobo e Silva Filho, reitor da Universidade de Mogi das Cruzes, ex-reitor da USP entre 1990 e 1991.



ANTÔNIO HÉLIO GUERRA VIEIRA

“A Adusp é, no mínimo, necessária.

Se mantida como ambiente efetivamente democrático e liberal – o que exclui qualquer sectarismo de direita ou esquerda –, oferece um contraponto conveniente para algumas posturas oficiais, dentro ou fora da USP, e não necessariamente corretas. Não estou acompanhando em detalhe a Adusp na atual gestão.

O pouco que vejo parece indicar que agora a instituição está madura e já superou as dificuldades conceituais dos primeiros anos. Não tive essa sorte durante parte de minha gestão frente à Reitoria da USP, quando a Adusp se mostrou subserviente ao governo do estado e dificultou a negociação de benefícios para a universidade, para

o ensino público, para o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como para professores e funcionários. Tenho um certo orgulho de ter mantido um bom relacionamento com a Adusp. Por exemplo, autorizei-a a se instalar no *campus*, em salas da Reitoria Velha. Com meus colaboradores mais próximos, instalei o Clube dos Professores, antiga reivindicação da Associação. Desmonei dispositivo instalado na USP que consta ter sido responsável por uma triagem ideológica nos processos de contratação de professores. Nas circunstâncias existentes, foi uma manobra difícil, delicada e felizmente bem-sucedida, cuja história espero que um dia venha à tona. Tenho certeza que à Adusp dos próximos anos continua reservado um papel importante diante das expectativas do Brasil como um todo, em relação à USP.”

Antônio Hélio Guerra Vieira, ex-reitor da USP (1982 a 1986) e professor do departamento de Computação e Sistemas da Poli. Docente da USP desde 1954.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA FILHO

“A Adusp tem sido importante de um lado por ter constituído um órgão que procura refletir a opinião majoritária dos docentes, independentemente da titulação de cada um. De outro, por ser uma instituição que não está sujeita a eventuais pressões políticas que às vezes podem afetar a atuação da estrutura de poder formal da USP.” *Sérgio Buarque de Hollanda Filho, professor de Economia Industrial do Departamento de Economia da FEA. Docente da USP desde 1971.*

Francisco Emolo



Ronaldo Entler



CHICO DE OLIVEIRA

“A Adusp é, ao lado da crítica intelectual promovida por docentes e pesquisadores da USP, uma de nossas melhores contribuições para a construção da cidadania e a democratização.” *Francisco de Oliveira, professor-titular do Departamento de Sociologia da FFLCH e pesquisador do NEDIL-USP. Docente da USP desde 1988.*

Daniel Ruiz Garcia

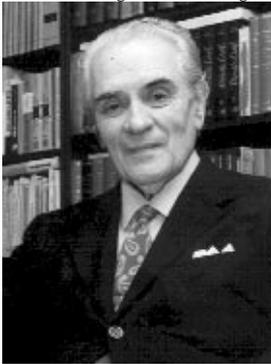


Daniel Ruiz Garcia



A Adusp participou ativamente das manifestações pelo “impeachment” do ex-presidente Fernando Collor. No âmbito interno da universidade, tem se colocado na defesa de regras democráticas de gestão pública e ao lado dos docentes e funcionários não só da USP, mas também da Unesp e Unicamp.

Carlos Goldgrub/Folha Imagem



GOFREDO DA SILVA TELLES

“Baluarte avançado de nossas reivindicações, entidade incansável de nossos pleitos, festejamos o seu aniversário, associação vitoriosa, para a qual desejamos longa vida, na linha de frente dos batalhadores da USP.”
Gofredo da Silva Telles, professor-emérito da USP e aposentado do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito. Docente da USP desde 1940.



Daniel Ruiz Garcia



Ao alto, ato em homenagem ao professor Florestan Fernandes, logo após sua morte, em agosto de 95. Florestan, ao lado de Aziz Ab’Saber e Antonio Candido, sempre apoiou as lutas sindicais patrocinadas pela Adusp.

encarte especial

História da Fundação da Adusp

Entrevista

Alberto Luiz da Rocha Barros

Crodowaldo Pavan

Domingos Valente

Erasmio Garcia Mendes

José Jeremias de Oliveira Filho

Simão Mathias

Organizador: Shozo Motoyama

APRESENTAÇÃO

No dia 5 de maio de 1983, o professor e historiador **Shozo Motoyama**, do Departamento de História da USP, reuniu, numa mesa-redonda, seis docentes que contribuíram decisivamente para o fortalecimento da Associação de Auxiliares de Ensino (1956/1976) e para a criação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. **Alberto Luiz da Rocha Barros, Crodowaldo Pavan, Domingos Valente, Erasmo Garcia Mendes, José Jeremias de Oliveira Filho e Simão Mathias** contaram de forma franca, e ao mesmo tempo descontraída, os percalços de se unir – reunir – na USP durante o regime de exceção implantado no país com o golpe de 64. Publicado originalmente na forma de entrevista pela **Revista Ciência e Cultura**, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em março de 1984, o “bate-papo” transformou-se num momento histórico que retrata os caminhos seguidos pelos professores da USP até chegar à fundação da Adusp. Em função deste caráter, e do muito que a entrevista contribui para resgatar a história do Movimento Docente na USP, a atual diretoria da Adusp optou por reeditá-la, com autorização do professor Shozo Motoyama, e encartá-la na edição que comemora os 20 anos da Entidade. Para retratar com fidelidade o clima da entrevista, optamos por manter as características adotadas pelo professor Shozo e pelos editores da **Revista Ciência e Cultura**.

Shozo Motoyama - Inicialmente eu gostaria de saber um pouco sobre os antecedentes da Adusp. Se não me engano, anteriormente, havia uma associação chamada de Auxiliares de Ensino, não é mesmo?

Rocha Barros - No âmbito da USP, havia uma Associação de Auxiliares de Ensino, fundada em 1956, e o nome Auxiliar de Ensino englobava todos os professores não catedráticos. Como vocês estão lembrados, o regime antes da Reforma Universitária era o de cátedra. Então, pelo termo genérico auxiliares de ensino entendia-se diversas categorias docentes, excluindo-se os catedráticos. Um livre-docente, um assistente era genericamente chamado de auxiliar de ensino. Bem, essa entidade, fundada em 1956, teve como primeiro presidente o Alberto Carvalho da Silva. Era uma diretoria muito interessante com um conselho de representantes. E deste conselho de representantes fizeram parte alguns nomes muito conhecidos hoje em dia. Eu me lembro que participavam o Fernando Henrique Cardoso, pela Faculdade de Filosofia, o Delfim Netto, pela Faculdade de Economia e Administração, o Ernesto Glesbrecht e uma série de outros nomes muito interessantes. Bem, de qualquer forma, essa entidade começou a funcionar em 56 e teve um papel muito importante, inclusive participando da fundação da Fapesp. Mas, devido à situação política reinante, essa Associação de Auxiliares de Ensino, a partir de 1964, começou a entrar em colapso.

Erasmio Mendes - Em 1964, a situação ficou, como todo mundo sabe, muito séria. E essa Associação de Auxiliares de Ensino deixou de ser apenas uma associação empenhada em reivindicação salarial para se tornar, sobretudo, numa associação alerta com relação aos perigos que alguns docentes passaram a correr por terem sido acusados de atividades contrárias à situação que então se instalava. Nessas circunstâncias, a Associação teve reuniões muito acaloradas para a renovação de sua diretoria que se retirava naquele momento e eu fui escolhido como presidente para o biênio seguinte, que era um biênio naquele tempo, numa base quase conciliatória. Gregos e troianos achavam que eu seria um bom presidente porque eu estava equidistante das partes altamente empenhadas a favor ou contra o movimento que então se instalava. Nessas circunstâncias fui nomeado presidente da Associação para o Conselho Universitário, como representante dos professores auxiliares de ensino da Universidade de São Paulo. Lá eu tive, então, oportunidade de ser fiel à Associação e defender os nossos elementos que estavam ameaçados de punições e até de prisão. O problema mais grave durante a minha gestão foi o problema da repressão. A repressão que nos forçou a ir, inclusive, ao Rio de Janeiro, em comissão geral de inquérito e ficar alerta para o perigo em que incorreram muitos professores. Esse foi o problema que talvez fosse o mais sério. Fazia com que a Associação se reunisse freqüentemente, expedisse comunicados, se manifestasse a respeito das arbitrariedades e coisas desse tipo. Outro problema que surgiu nessa ocasião foi o da Reforma

Universitária. Esse problema foi de tal monta e aí foi que a Associação começou a despertar a atenção da parte dos poderes da USP. Por exemplo, por ocasião da constituição da Comissão que iniciou a reorganização da USP, o então reitor Gama e Silva convidou a mim como membro da Associação de Auxiliares de Ensino para fazer parte. Uma concessão que ele fez e eu pude levar então, à viva voz, a opinião dos auxiliares de ensino às reuniões convocadas.

Shozo Motoyama - Ótimo. Aliás, sobre o problema da Reforma Universitária o senhor poderia me dizer mais alguma coisa?

Erasmio Mendes - Eu poderia dizer que ela foi inteiramente frustrada porque a Comissão que elaborou um pequeno opúsculo teve frustradas as suas idéias. Mas essa comissão era uma comissão muito heterogênea. Dela faziam parte pessoas que achavam que a velha estrutura estava muito boa, que a nova estrutura iria atingir inclusive os vetustos casarões de João Mendes, Paula Souza e Arnaldo Vieira de Carvalho. Essas seriam instituições sacrossantas que deveriam se manter intocadas. Essas pessoas queriam participar da Reforma, tanto que aceitaram fazer parte de uma comissão de reestruturação, mas estavam totalmente inibidas, porque, se dessa Reforma resultasse uma alteração na estrutura das faculdades clássicas da universidade, elas iriam sofrer críticas nas suas próprias congregações. Então, dentro de tudo isso, é que essa Reforma fracassou totalmente. Essa Reforma acabou sendo uma colcha de retalhos em que privilégios foram mantidos, as cátedras ou disciplinas foram reunidas em edifícios comuns, viraram aquilo que o professor Alberto chama de condomínios de cátedras. São condomínios, não são uma comunidade. Essa reforma a nosso ver foi inteiramente frustrada.

Domingos Valente - Pior que havia professores que não queriam passar para os institutos. Mudaram o nome das suas disciplinas para ficarem nas suas faculdades. Então, nós temos aí uma mesma disciplina, fazendo parte de vários institutos.

Erasmio Mendes - Até hoje, certas faculdades, certas escolas não se conformam com o fato das matérias básicas de seus cursos profissionalizantes deixarem de ser ministradas pelos seus próprios docentes. Foram anos árduos esses anos de 64, 65, 66 e 67, quando houve um período de renovação da Associação. Ninguém quis se candidatar quando convoquei as eleições e, quando houve eleição, até fui reeleito, mas depois eu senti que não devia continuar mais. Então, propusemos uma nova eleição e o candidato que se apresentou foi o professor Hirondele, de ciências econômicas, que assumiu a presidência e o professor Domingos ficou vice-presidente. Mas o professor Hirondele enfeixou todos os poderes e, depois disso, não se ouviu mais falar da Associação de Auxiliares de Ensino. Assim, ela morreu, e morreu de morte ingloria, porque toda a associação que tem estatutos tem uma morte oficial e isso não aconteceu. De qualquer modo, todo conjunto docente da USP ficou órfão em termos de associação.

Rocha Barros - Mais ou menos nessa ocasião, foi fundada uma associação mais ampla que era chamada Associação Paulista de Professores do Ensino Superior, a APES. Essa Associação, a APES, englobava todos os professores da Universidade do Estado de São Paulo. Não só da USP, mas também da PUC e de outras faculdades privadas. E foi muito interessante. Até meu pai participou da fundação e foi patrono dessa entidade. Teve como 1º presidente um professor da Faculdade de Direito, o Cesarino Jr. e um conselho que era muito grande, um conselho de representantes muito interessante. Desse conselho faziam parte, Simão Mathias, Mário Schenberg, César Lattes, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Duarte, Gofredo da Silva Telles... Vários nomes conhecidos da universidade faziam parte. Essa Associação, a seguir, teve como presidente, depois do Cesarino Jr., o Gofredo da Silva Telles, e naquela ocasião começou a incomodar as autoridades constituídas. Inclusive o Gofredo foi chamado a prestar depoimento no DOPS e na Faculdade de Direito. O próprio Gama e Silva que era então o ministro da Justiça o chamou ao seu gabinete e disse ao Gofredo que essa associação já estava preocupando o governo. Vocês sabem que naquela época havia já um período autoritário muito severo, por volta de 68. Quer dizer, a Associação foi fundada em 68, e, em 69, veio o AI-5. De forma que ela teve a duração de praticamente dois anos. Após o AI-5 ela praticamente entrou em colapso exatamente porque o presidente Gofredo da Silva Telles sofreu essas pressões. Mas o fato é que essas coisas germinariam depois, pois deixaram rastro.

Crodowaldo Pavan - Só um parêntese aqui. Nesse tempo houve inclusive circulares querendo criar uma espécie de Associação Brasileira de Professores Universitários. Parece que não vingou.

Rocha Barros - É, esses professores que estavam agrupados na Associação Paulista do Ensino Superior, a APES, pretendiam fazer uma entidade de âmbito nacional. Mas, como eu estava dizendo, depois do AI-5 a coisa entrou em colapso. Quer dizer, ela começou em 68, funcionou mais um ano e em 70 já estava praticamente extinta e passou o período Médici sem nenhuma atividade associativa de professores.

Erasmus Mendes - Eis porque, na Reforma Universitária, um grupo de professores, entre os quais está o professor Valente, pensou em recriar uma Associação de Docentes, não mais auxiliares de ensino. Quer dizer, foi uma espécie de metamorfose. A Associação de Auxiliares de Ensino se metamorfoseou numa associação mais ampla ao tornar-se na Associação dos Docentes.

Rocha Barros - Em 1975 houve um fato novo que causou um impacto entre os professores universitários, particularmente entre os professores da Universidade de São Paulo. Foi a morte do Wladimir Herzog; vocês estão lembrados. Naquela ocasião, vários professores tentaram tomar uma posição dentro daquele absurdo, porque afinal de contas o próprio Wladimir era professor da USP. E se sentiram atingidos no que ocorreu a ele. Então, houve movimento de solidariedade, de protestos pela

morte dele, de toda aquela situação política. Alguns professores da física e de outras áreas entregaram inclusive uma nota de protesto à Reitoria da USP. Eu me lembro que essa nota foi entregue por uma comissão de professores da qual faziam parte o Antonio Candido, o Dalmo de Abreu Dallari, aquele professor do Departamento de Ciências Sociais, Juarez Rubens Brandão Lopes. A nota foi protocolada pelo reitor, que naquela ocasião que era o Paiva, e começaram os primeiros contatos.

José Jeremias - No Saguão da Faculdade de Filosofia, na Congregação que ia apreciar um documento dos professores sobre a morte do Wladimir Herzog, começamos a discutir a Adusp, aliás não era a Adusp, era a Associação de Professores.

Rocha Barros - É, o Jeremias se propôs a se informar como é que era a associação antiga, se não era interessante a gente reativar a associação ou criar uma nova associação. E começamos, então, a imaginar como é que seria uma associação de docentes universitários. Aí nós procuramos o Erasmo e o Domingos. Isso se deu em meados do ano de 1975.

Shozo Motoyama - O que eu gostaria de saber é o seguinte: você colocou toda uma série de fatos concretos. O que eu queria saber é como essa motivação concreta poderia se inserir no contexto geral da época, ou seja, se havia uma motivação de caráter mais geral.

Crodowaldo Pavan - Bem, foi um amadurecimento natural, a verdade é essa. O Herzog foi um fato que catalisou. Havia no contexto geral, uma necessidade de abertura. Outra coisa também, o governo estava perdendo muita força, aquela pressão exercida já não causava mais o mesmo temor anterior, o próprio governo já estava percebendo que aquilo não adiantava nada. Então, já não estava tão rigoroso como fora depois de 69.

Rocha Barros - É, já estava num outro período. Vocês estão lembrados que já era o governo Geisel. O Geisel, devido a revolta que havia na intelectualidade paulista, acabou afastando o Comandante do II Exército, o general Ednardo D'Ávila. O afastamento causou um impacto importante. Praticamente aqui marcou o início de um período de desafogo, pelo menos aqui em São Paulo. Também, como diz o Pavan, esse amadurecimento, esse novo posicionamento do governo Geisel, essa nova perspectiva política, permitiu aos docentes sentirem uma certa liberdade. Os contatos eram mais fáceis e então nós procuramos o Domingos e o Erasmo para saber como é que estava a Associação de Auxiliares de Ensino, pois ela não estava extinta como sociedade de direito civil. O Domingos nos informou o seguinte: "Ah, eu sou o vice-presidente. Mas já devia ter abandonado o cargo há vários anos atrás, não é? O presidente é o professor Hironde S. Luder. Não convocou eleições para substituir a atual diretoria. Acho que a atual diretoria deve estar com o mandato estourado mas ela é ainda a diretoria". E conversa vai e conversa vem, o Erasmo começou também a participar. Eu queria saber onde estava o estatuto dessa Associação de Auxiliares de Ensino e nada de encontrá-lo.

Decorreu mais alguns meses até que o Erasmo, em conversa com o professor Alberto Carvalho e Silva, que tinha sido o primeiro presidente da Associação de Auxiliares de Ensino, disse que o Estatuto estava arquivado em tal cartório. Uma rua da qual esqueci o nome. Fui lá e consegui o Estatuto da antiga Associação de Auxiliares de Ensino, juntamente com a Ata de Fundação que conta essas coisas da reunião inicial. Bem, aí então, com o Jeremias também presente, resolvemos o seguinte: agora que houve a Reforma Universitária vamos adaptar a Associação de Auxiliares de Ensino à nova realidade universitária, pois agora não existe mais cátedra. Porque a antiga Associação de Auxiliares de Ensino era uma entidade, no fundo, não só para reivindicar salários para todo mundo, mas também para tentar uma defesa contra a prepotência dos catedráticos. Ela surge como a entidade que defende os docentes em termos de reivindicação salarial, mas também contra uma série de exageros das cátedras. Basicamente era isso.

Crodowaldo Pavan - Você está falando da Associação de Auxiliares de Ensino?

Rocha Barros - É. Então, num outro dia, procuramos o Domingos e o Erasmo, depois de conseguirmos o Estatuto. Aí nós quatro bolamos a seguinte coisa: seria mais interessante manter a continuidade, mas como havia uma realidade nova, então nós iríamos criar uma entidade que fosse de todos os docentes, incluindo os próprios titulares. Seria uma entidade de todos os docentes da USP. Deveria ser uma associação de docentes da USP. Deveria ser uma Adusp.

José Jeremias - Quem teve a idéia do nome foi Domingos Valente.

Domingos Valente - Bem, naquela ocasião, eu era vice-presidente da Associação de Auxiliares de Ensino.

Erasmo Mendes - Sim, porque o professor Hirondele não convocava as eleições.

Domingos Valente - Ficamos praticamente alguns anos assim. Na ocasião, disse ao professor Hirondele: acho que nós temos que mudar o nome da Associação, porque ele não se justifica mais depois dessa Reforma. Perguntei ainda ao professor Hirondele se havia uma possibilidade de convocar uma assembleia, a fim de que nós pudéssemos formar a associação dos docentes. E nessa ocasião fui procurado pelos professores Jeremias e Rocha Barros, que nos entusiasmaram bastante. Mas o Hirondele disse que não convinha fundar uma associação naquele momento. Então, eu disse que, se ele estava com receio e sem tempo, que passasse a presidência para mim. Naquele tempo ele estava ocupado com o Conselho Universitário e com a Comissão de Tempo Integral, dos quais fazia parte. Foi assim que nós convocamos publicamente pela imprensa uma assembleia geral da Associação dos Auxiliares de Ensino para discutirmos a Fundação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. E, assim, eu não me lembro bem a data, foi feita uma assembleia com grande entusiasmo no anfiteatro das convenções. O professor Paiva, que

era reitor, deu apoio. Também o professor Eurípedes Simões de Paula, na ocasião, achou que uma associação que representasse a nossa classe seria ótima. E fizemos, então, uma reunião no salão das convenções, ali na Reitoria da Universidade. Dessa reunião surgiu a primeira diretoria provisória. A assembleia aprovou a indicação para a presidência o professor Pavan; eu fiquei na 1ª vice-presidência; o Mathias ficou na 2ª vice-presidência. Nós tivemos o apoio das várias faculdades da USP. Eu penso que dessa forma foi que surgiu a Adusp. Nós fizemos umas alterações no Estatuto conforme essa diretoria provisória. Após oito meses, foi eleita, estatutariamente, uma nova diretoria que dirigiu o primeiro biênio.

Rocha Barros - Estabeleceria dessa forma uma continuidade, mas uma continuidade com um salto qualitativo.

Shozo Motoyama - Eu gostaria de fazer uma pergunta relativamente óbvia, mas que tem um certo sentido. Por que vocês queriam manter essa continuidade e não fundar uma coisa inteiramente nova?

Rocha Barros - Porque a Associação de Auxiliares de Ensino tinha várias tradições boas. Tinha tido também professores muito ilustres na sua direção.

Crodowaldo Pavan - Porque tinha tido atuações interessantes.

Erasmo Mendes - Essa associação teve um papel preponderantíssimo na criação da Fapesp. Foi ela que exigiu de uma certa maneira, através de gestões feitas entre deputados, que fosse regulamentada aquele percentual da Constituição que deveria ser doado à pesquisa, através de um tipo de fundação. Mas quem sabe se o professor Valente, aqui presente, poderia falar algumas coisas a respeito.

Domingos Valente - Tenho vaga idéia que naquela ocasião o Alberto Carvalho da Silva era presidente da nossa Associação. Então, com dificuldades para continuar as pesquisas, surgiu a idéia da Associação cobrar esse percentual que seria 0,5% do orçamento do Estado para auxiliar as pesquisas.

Erasmo Mendes - É preciso frisar que foi essa Associação que fez isso, não foi a Reitoria, nem a própria Universidade. Quer dizer, se hoje existe a Fapesp, ela se deve à movimentação dos seus auxiliares de ensino, não dos senhores do comando da época, que continuavam naquela inércia em que eles continuam atualmente.

Domingos Valente - Foi ótima essa criação da Fapesp porque nosso exemplo foi imitado em outros estados e surgiram várias fundações para auxiliar à pesquisa no Brasil.

Erasmo Mendes - Nesse sentido, o exemplo da criação da Adusp também foi importantíssimo. Foi ela que despertou em outras Universidades...

Shozo Motoyama - Eu queria, como historiador de ciências, saber da forma mais concreta possível como é que foram as démarches para a fundação e concretização da Fapesp. Me parece que há um interesse muito grande.

Erasmo Mendes - Eu, para falar a verdade, não poderia entrar em pormenores a respeito. Para uma boa história dos aconteci-

mentos devem ser procuradas pessoas como o professor Alberto Carvalho e Silva, professor Piovesam, da então Faculdade de Higiene, e até pessoas que faleceram mas deixaram alguns escritos, por exemplo, o Professor Guilherme Lira, da Poli. Agora, eu devo dizer que a ocasião era extremamente propícia. Nós estávamos naquela ocasião em pleno governo Carvalho Pinto. Era um governo inteiramente aberto às questões universitárias. Eu tenho impressão que se tivesse sido um outro tipo de governador, essa medida não teria sido promulgada. A ocasião foi extremamente propícia.

Rocha Barros - Na concretização da Fapesp, pela Associação de Auxiliares de Ensino. Inclusive lembro a vocês que Alberto Carvalho da Silva foi o primeiro presidente da Associação de Auxiliares de Ensino, também foi, talvez, o principal criador da Fapesp. Foi um dos que mais trabalharam.

Crodowaldo Pavan - Ele teve grande influência, mas ele foi membro da Fapesp posteriormente. Sem dúvida nenhuma, o que teve maior influência na criação da Fapesp foi o José Reis, através da Folha, e apoiado totalmente pela Associação de Auxiliares de Ensino e pela SBPC.

Shozo Motoyama - Por outro lado, como foi o comportamento da imprensa, da sociedade civil, em relação a isso?

Erasmio Mendes - Eu tenho impressão que a fundação foi acolhida com simpatia. Era uma época de muita euforia porque esse governo, o do Carvalho Pinto, era o restinho do governo Juscelino Kubitschek e havia muita euforia, muito otimismo no país. Então a medida foi acolhida, mesmo porque o governo federal já vinha tentando fomentar a pesquisa neste país através do CNPq. Naquela ocasião, os organizadores da Fapesp tomaram o cuidado extremo de tornar esta Instituição, essa Fundação, numa coisa dirigida por cientistas com o mínimo de burocracia. Até hoje a política parece ser aquela de destinar somente 5% do dinheiro da Fapesp para a administração. O resto é realmente empregado em estímulo e fomento à pesquisa.

Domingos Valente - Eu devo lembrar uma coisa: na ocasião nós tivemos o apoio da imprensa, da Folha, através do Abraão Jagle. O Abraão Jagle fazia a cobertura das reuniões da SBPC e naquela ocasião me lembro que ele ajudou bastante a divulgação da fundação da Fapesp.

Rocha Barros - Bem, então isso foi realmente o que aconteceu. Em relação à Adusp, conseguimos um número de assinaturas razoáveis. Devem ter sido umas 100 assinaturas. Procuramos o Hirondele que era da Comissão de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. E na ocasião que procuramos Hirondele até o Antônio Ferri participou de todas as reuniões. Então nós combinamos como proceder. Resolvemos fazer a primeira assembléia que foi no Anfiteatro das Convenções da USP. Curiosamente foi a primeira reunião de professores feita na USP após o AI-5. Foi em 19 de outubro de 1976 a primeira assembléia da Adusp, 20 anos após a Fundação da Associação de Auxiliares de Ensino. Ai...

José Jeremias - É preciso salientar que para montar a assembléia foi necessário trabalhar oito meses.

Domingos Valente - Exatamente, as reuniões eram sempre entre as pessoas já citadas, como o Erasmo, o Dr. Jeremias, o Dr. Rocha Barros, o professor Pavan, o professor Simão Mathias (o professor Simão Mathias estava entusiasmado), o Dr. Milton Campos, que foi o nosso tesoureiro. Ele era da Veterinária, agora está no Instituto de Ciências Biomédicas. E nós fizemos várias reuniões aqui na minha sala, neste local mesmo.

Erasmio Mendes - Quase que pode se dizer que a Associação dos Docentes nasceu na sala do professor Domingos.

Domingos Valente - Todas as tardes nos reuníamos aqui, depois das 17 horas. Sempre brigando com o Rocha Barros que chegava atrasado.

Erasmio Mendes - Na primeira assembléia houve um grande fluxo de professores e já começaram a surgir algumas divergências de opiniões.

Domingos Valente - Inclusive uma das divergências foi a de que o chefe de Departamento não podia fazer parte da diretoria, coisas assim.

Erasmio Mendes - Divergências que continuam hoje. Na minha opinião pessoal, consistem praticamente no seguinte: há uma facção de docentes que acha que a Associação deve estar sempre brigando com a Reitoria, ela deve ser de oposição sistemática, e uma outra facção que acha que a Reitoria nem sempre deve ser hostilizada.

Domingos Valente - Nós tínhamos até promessa do professor Paiva de uma sede em frente à Reitoria, onde está hoje a Farmácia. Essa decisão existiu desde o início.

Rocha Barros - E na primeira assembléia o professor Aziz Simão e o professor Castrucci, contactados, já estavam participando do processo de fundação da Adusp. O professor Pavan também já tinha sido contactado, já tinha participado de todas essas démarches e tinha bastante autoridade. Graças ao Pavan, a coisa sai, porque nós precisávamos de um professor de grande prestígio na presidência. E nós estávamos com alguma dificuldade. Então, o professor Aziz Simão pede por aclamação a aceitação da diretoria da Fundação.

Crodowaldo Pavan - Havia um temor muito grande. Muitos professores me telefonaram dizendo que eu estava fazendo besteira. Mas eu me lembro que nós fizemos muitas reuniões, lá na Veterinária, na Parasitologia, com o Milton Campos.

José Jeremias - Ele cedeu a sala de Parasitologia, fizemos várias reuniões. Arranjou a sala. No Departamento de Milton Campos, nos reunimos na Parasitologia.

Shozo Motoyama - É interessante, no entanto, que os oponentes aceitaram essa diretoria provisória.

Erasmio Mendes - Eles não podiam deixar de aceitar porque sem ela a Adusp não teria existido. A diretoria provisória foi quem fundou a Adusp. Os elementos que tinham esse tipo de atitude jamais teriam pensado em fundar a Adusp. Então eles foram obrigados a engolir pessoas com as quais não tinham concordância, quase.

José Jeremias - Foi muito importante também a atuação do professor Aziz Simão. A partir do núcleo inicial, vários professores expressivos da Universidade foram-se anexando nesse núcleo inicial. Então, a entidade foi criando importância, porque a maioria dos professores contactados no início, inclusive as pessoas que até tinham posições oficialmente progressistas na Faculdade de Filosofia, foram muito reticentes em relação à fundação da entidade. Reticentes, contrários; alguns recomendavam, inclusive, que se aguardasse bastante. Mas muitos professores acabaram aderindo, inclusive o Antonio Candido. O grupo inicial de organização já estava montado lá na Parasitologia: o Domingos Valente, Erasmo, Rocha, Pavan, Milton Santos Campos, Simão Mathias; participou também, no finalzinho, Carolina M. Bori, e quem mais...

Crodowaldo Pavan - E depois de fundado, nós usamos o Dallari como o assessor jurídico.

José Jeremias - Eu estava participando também. Alguns professores participavam de uma reunião e não participavam noutra. Foi o grupo citado que levou a idéia à frente, tendo-se constituído na primeira diretoria. O Aziz Simão, na assembléia de fundação, 19 de outubro de 1976, indica esse grupo, esse núcleo formador da entidade. Mandato que seria de três meses, prorrogado depois para oito meses. Até a organização da primeira eleição o mandato foi de oito meses.

Rocha Barros - A diretoria era constituída de: presidente — Crodowaldo Pavan; 1.º vice — professor Domingos Valente, da Biociências; 2.º vice — professor Simão Mathias, químico do Departamento de História; 1.º secretário — eu, do Instituto de Física; Alberto da Rocha Barros; 2.º secretário — professor José Jeremias de Oliveira Filho, do Departamento de Ciências Sociais; 1.º tesoureiro — professor Milton Santos Campos, de Ciências Biomédicas; 2.º tesoureiro, Carolina M. Bori, da Psicologia. O Dallari, a convite nosso, se agregou à entidade muito tempo depois. Então se constitui essa primeira diretoria da fundação, que tem um mandato curto, o qual tinha por objetivo implantar a entidade. Como havia grande temor, é importante que se diga isso, o papel do Pavan, que é nome de prestígio, foi enorme e como vocês vêem outros grandes nomes também compuseram a primeira diretoria, como o professor Domingos Valente, como o professor Simão Mathias, como a professora Carolina M. Bori, que na ocasião era secretária geral da SBPC. De modo que, com isso, imediatamente os professores que já estavam mais ou menos inclinados à associação deste tipo, aderiram em massa. De forma que, terminados os oito meses de nosso mandato, tínhamos da ordem de dois mil associados. Compare-se este com o número de associados de hoje, 1982, por volta de 3.300 associados. Então, vocês vêem que houve realmente uma adesão assim em massa. Eu acredito que era uma aspiração da Universidade de São Paulo ter essa associação, mas também a confiabilidade dos nomes de professores como Crodowaldo Pavan, Simão Mathias...

Crodowaldo Pavan - Não, o que foi importante é que nós

levantamos uma bandeira que foi a meu ver muito simpática. Porque nós não estávamos defendendo só salários. Nós tínhamos um programa que, por acaso, o salário também constou como parte, até parte muito importante. Mas o programa tinha um ideal muito maior. Tinha um programa no qual realmente a idéia central era a integração das várias áreas da Universidade. Era muito importante. Nós estávamos tentando fazer uma coisa para colaborar com o Conselho Universitário. Nós achamos que, como uma entidade independente, nós podíamos fazer muito mais por várias áreas da Universidade do que o próprio Conselho Universitário. E realmente houve uma aceitação bastante grande e a coisa funcionou de uma maneira...

Rocha Barros - Porque os professores não se conheciam. Havia uma espécie de atomização da vida universitária e o Pavan insistia muito nessa necessidade das pessoas se conhecerem, em fazer essa integração universitária. Nós sempre insistimos que a Adusp teria três características básicas: a de ser 1) uma entidade cultural; 2) uma entidade de integração docente e 3) uma entidade de reivindicação docente. Então, essas três características básicas vão orientar a vida da Adusp, e estão orientando ainda nos dias de hoje.

José Jeremias - Estas idéias estavam na ficha de inscrição, na forma de miniprograma. As linhas básicas eram: integração docente, promoção científico/cultural, eventualmente também funções sindicais, mas não de sindicato. Então era integração docente.

Rocha Barros - É preciso dizer que a Adusp foi a primeira entidade que, ao ser criada, imediatamente teve repercussão nacional. Mas haviam outras entidades também.

Crodowaldo Pavan - Entidades com expressão sobre a opinião pública foi a Adusp e depois veio, a seguir, por exemplo, a Adunicamp e outras.

José Jeremias - Hoje existem 87, por volta de 87 entidades do tipo Adusp.

Crodowaldo Pavan - Parece que antes da Adusp existiam outras, mas sem qualquer expressão, quer dizer, sem muita expressão. Era uma coisa muito interna, dentro de um círculo muito limitado.

Rocha Barros - É, curiosamente elas não tinham expressão. Inclusive havia uma tentativa bem anterior que nos foi comunicada pelo professor Eurípedes Simões de Paula. Quando nós contactamos o Eurípedes ele se entusiasmou imediatamente pela Adusp.

Shozo Motoyama - Vocês entraram em contacto quando?

Rocha Barros - Quando era diretor da Faculdade de Filosofia. Inclusive esse contacto foi feito basicamente...

José Jeremias - Foi a primeira pessoa da cúpula da Universidade a se entusiasmar pela coisa.

Rocha Barros - Deu apoio imediato. Se associou e os contatos foram feitos imediatamente por Domingos Valente. Ele forneceu meios materiais, ele botou a gráfica da Faculdade de Filosofia, se prontificou a editar o nosso...

Shozo Motoyama - A diretoria já tinha sido montada?

Rocha Barros - A diretoria já tinha sido montada. Domingos Valente, inclusive, procurou Eurípedes Simões de Paula para imprimir o convite aos professores da Universidade de São Paulo para aderirem à Adusp. Nesse convite havia um miniprograma com os nomes dos diretores, era uma ficha de inscrição, era um convite seguido de uma apresentação do miniprograma com os nomes da diretoria e a ficha de adesão. Nós achamos que o negócio, assim, compacto, dava uma orientação boa. E o Eurípedes se prontificou a imprimir os convites na gráfica da Faculdade de Filosofia. Naquela ocasião ele procurou e até entregou um estatuto de uma antiga Associação de Auxiliares de Ensino que havia na USP. Se não me engano, tentou-se formar essa associação em 1936 e parece que a pessoa que se entusiasmou por essa associação foi o Jorge Americano, que, na ocasião, não sei se era reitor. Eu não sei em que ocasião o Jorge Americano foi reitor da USP.

Simão Mathias - Eu tenho lembrança que quando voltei dos EUA, em 1944, fui visitar o Jorge Americano como reitor.

Crodowaldo Pavan - É, tem razão, em 43 o Dobhanski esteve aqui e ele ganhou *honoris causa*, e quem lhe deu foi o Jorge Americano como reitor e o Zeferino fez o discurso. Foi em 1943.

Rocha Barros - Eu tenho o estatuto que o Eurípedes me deu. O Eurípedes foi procurar o estatuto nas coisas dele e disse: "olha tem uma associação aqui que não chegou a vingar, começou-se a gestar a sua formação, elaborou-se o estatuto, mas parece que não deu em nada." E aí eu perguntei quem foi que patrocinou essa associação e ele disse: "foi o Jorge Americano". Agora não sei se naquela ocasião ele era professor da faculdade, diretor ou reitor, mas o fato é que Americano estava muito interessado na associação. Eu não sei se os estatutos foram feitos pelo próprio Jorge Americano. Então seria uma coisa interessante talvez verificar. Eu tenho arquivado, vou trazer para vocês verem e... A gente pode dar esse depoimento aí. Foi curioso porque o Eurípedes se empenhou em descobrir, já que estávamos preocupados em fazer um estatuto; então ele lembrou do nome da Associação de Auxiliares de Ensino. "Olha, tem um estatuto aqui na época que eu era formado professor, que era uma associação assim, assim, assado"; e se empenhou e acabou descobrindo e me deu o estatuto dessa associação.

José Jeremias - Bem, o professor Eurípedes teve um papel importante no Conselho Universitário em defesa da Adusp, porque sempre fez defesa formal da Adusp, inclusive chamavam-no, de brincadeira, de o homem da Adusp, no Conselho Universitário. Ele não só deu apoio à entidade na época em que foi constituída, mas também passava toda documentação que tinha acesso no Conselho Universitário. Foi importante porque ele era um defensor da entidade, publicamente, na época em que muitos professores tinham recebido inclusive de aderirem à entidade. A atitude dele influenciou muito; inclui-

ve, nós tínhamos naquela época quase 30 dos 32 diretores de unidade da Adusp. Auxiliares de ensino a titulares, todas as categorias de professores aderiram à entidade.

Rocha Barros - Estou lembrado, não sei se isso aconteceu com você ou com Domingos. Que um de vocês dois foi à Faculdade de Saúde Pública e disse que iria haver uma assembléia. Era a primeira assembléia, de 19 de outubro de 1976. E, na ocasião, quando conversaram, procurando trazer mais professores para essa assembléia, para se filiarem à Adusp, um deles disse: "vocês vão usar esse nome de assembléia? Talvez isso seja muito radical, talvez o governo não goste disto". Nós até achamos graça, pois o nome de assembléia pode ser usado para muitas coisas tais como assembléia de xadrez, assembléia de Deus, que é uma organização religiosa etc. Portanto, ele estava com medo do nome, do nome "assembléia". De forma que consigne-se o fato de Pavan, de peito aberto, ter assumido a presidência e de ter tocado a entidade para frente.

Crodowaldo Pavan - Outra coisa que gostaria de deixar registrado, é o fato que naquela ocasião eu me encontrava numa posição muito cômoda. Eu disse, logo no início, que não aceitaria a reeleição, porque estava com medo de fazer um negócio de panela. Se o primeiro presidente fosse novamente candidato, haveria uma grande chance de continuar no cargo. Então, como eu tinha decidido que não seria candidato à reeleição, estava numa posição muito cômoda. Isto me dava inteira liberdade de posicionar de uma forma democrática em relação aos outros. Também não me preocupei muito com as eleições. Talvez isso tenha sido um erro, porque nós perdemos. Nós não estávamos interessados muito na política, mas muito na integração da Universidade. Isso deu certo e a Adusp teve realmente uma fase formidável. Nós tínhamos até cotação no Palácio do Governo...

José Jeremias - Quero lembrar o seguinte: embora em 76 começasse a reorganizar a sociedade civil e um programa de abertura começasse a ser gestado, nós éramos evitados por muitos colegas enquanto estávamos trabalhando duro para constituir a Adusp. E era gente até considerada progressista. Por isso é importante assinalar que a presença de professores de grande projeção e cientistas de renome deu um respaldo, uma seriedade, à entidade. Isso fez que ela adquirisse, de pronto, uma confiabilidade. Assim, ela conseguiu a adesão maciça de cerca de dois mil professores em oito meses. Por outro lado, o nosso colega, Waldemar Safiotti, correu o interior do Estado na mesma época, na Unesp, para fundar a primeira entidade do gênero: a Adunesp. Tornou-se o seu primeiro presidente. Fez um trabalho fantástico. Mas a primeira entidade que adquiriu realmente projeção na sociedade, que marcou uma presença forte, foi a Adusp. Por isso ela passou a ser modelo de entidade docente no país.

Rocha Barros - Quero fazer uma observação: apesar de ter sido fundada depois, a gestão da Adusp iniciou-se antes da gestão da Adunesp.

José Jeremias - Eles fundaram mais rapidamente que nós, mas em compensação não conseguiram ter a estrutura que nós conseguimos ter em tão pouco tempo.

Crodowaldo Pavan - Nós chegamos a receber um convite para depor lá na assembléia, lembra-se? Era para depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os problemas da Universidade.

José Jeremias - Nessa Comissão, o Pavan fez algumas declarações que deixaram o reitor assustadíssimo. Por exemplo, ele disse que a Fundusp deveria ser extinta.

Crodowaldo Pavan - Ainda hoje continuo achando que deve ser extinta.

Rocha Barros - Naquela ocasião causou um impacto...

José Jeremias - É. Causou um impacto na opinião pública. Aliás, os veículos de comunicação de massa já davam, naquela época, cobertura à Adusp. Inclusive o Estadão dava cobertura, depois silenciou durante muitos anos, para voltar a noticiar sobre a nossa entidade a partir do ano passado.

Crodowaldo Pavan - O interessante é que o Estadão aceitou a nossa linha, a nossa diretriz. Embora tenha gente lá que não goste de nós, o Estadão manteve essa posição.

José Jeremias - Era uma linha bem ampla e democrática, uma frente ampla e democrática. Era um espaço democrático que abríamos na Universidade. A Adusp foi a entidade que quebrou o gelo da ditadura no meio universitário. Foi a primeira entidade que abriu um espaço democrático para todas as correntes políticas, a todas as tendências sem que admitisse, em nenhum momento, instrumentalização partidária. Ela se constituiu inicialmente como uma entidade não partidária, uma entidade cultural. Acho que hoje ela é uma entidade política, com um sentido político, inclusive pelo fato de ser um elemento de destaque, de projeção em todo o Estado e mesmo fora dele. Assim ela foi se politizando, chegando mesmo, num certo momento, a ter uma politização negativa. Segundo Antonio Candido, a entidade teria uma fase de formação, uma segunda de projeção, e, finalmente, uma terceira de consolidação. Mas na verdade não aconteceu como o Antonio Candido estava preconizando, porque essas fases misturaram-se desde a fundação da entidade. Já a primeira diretoria, a diretoria pioneira, marcou toda uma linha de atuação seguida até hoje. Toda vez que a Adusp tentou desviar dessa linha, ela se deteriorou, ameaçando desintegrar-se, provocando até um rebaixamento de convivência humana na Universidade. E, durante um certo tempo, decaiu a sua influência frente aos professores, frente ao Estado e à sociedade. Mas, voltando ao início, ela nasceu numa época muito curiosa. Lembro-me que fomos à reitoria, assim que a primeira diretoria tomou posse. Pavan marcou um prazo e disse para nós comparecermos à reitoria. Naquela ocasião o reitor era Orlando Marques de Paiva. Nós chegamos lá e o Pavan disse ao chefe do gabinete que a entrevista tinha de ser naquele momento. O chefe do gabinete retrucou dizendo que não seria possível. Então o Pavan disse: "Eu vou entrar". E

entrou mesmo. Daí para frente, nós arrombamos as quatro antessalas da reitoria e o reitor deixou de ser uma princesa prisioneira no castelo e passou a conversar com os dragões.

Rocha Barros - Inclusive ele se associou à Adusp.

José Jeremias - Nesse episódio a Adusp conseguiu abrir um canal de comunicação entre a reitoria e a comunidade universitária. No fundo, quebrou o isolamento do reitor. O próprio reitor reconheceu isso. Depois disso, sempre houve um bom relacionamento entre a Adusp e a reitoria. Quando do atrito entre o governador Paulo Egydio e o reitor Orlando Marques, a Adusp é que serviu de intermediária para salvar a posição da Universidade perante o Governo de Estado. Ela é que levava e trazia as reivindicações.

Crodowaldo Pavan - Até recebemos do Palácio a seguinte informação: "venham professores como esse, que nós sempre conversaremos com vocês". Mas aqueles outros, não se abrem, nem discutem os problemas da Universidade com a gente.

José Jeremias - Nós representávamos melhor, naquela época, a Universidade do que a reitoria. O próprio governo do Estado reconheceu isso. E dialogava conosco. Nós éramos os interlocutores para discutir os problemas da Universidade. Isso foi um momento importante porque preservou as relações da Universidade. Isto é, ajudou na defesa dos interesses da Universidade. Embora a deterioração salarial fosse muito violenta, eu acredito que a própria presença da Adusp ajudou a impedir uma queda ainda maior. Mas o passo mais importante, e isso mais sensível nas áreas de ciências humanas e sociais, foi a mudança de clima no ambiente de pesquisa científica. Havia todo um clima de repressão e de timidez intelectual em função do AI-5, quer dizer, todo um esquema de repressão instituído no país, numa época de exceção e arbítrio. Isto prejudicava muito o ambiente de pesquisa, inibia as relações entre as pessoas nas universidades. Havia um clima fechado, um clima intransitável. A Adusp deu uma certa tranquilidade, um certo respaldo, no sentido de que havia agora uma entidade que cuidaria dos seus interesses, daria guardiã e lutaria para garantir a liberdade acadêmica sempre que ela fosse atingida. É verdade que, na prática, não tinha havido, na Universidade, interferência externa na pesquisa e no ensino. Ela conseguiu vencer o período do AI-5 sem interferência direta, a não ser muito pequena e em alguns momentos críticos. É claro que havia repressão, principalmente às pessoas que tinham vinculações com organizações clandestinas. Agora, o aspecto mais grave de repressão interna era a triagem ideológica na contratação dos professores. Os processos desses professores nem sequer chegavam às mãos dos candidatos, porque paravam naquilo que o professor Aziz Simão chamou de "Terceiro Estágio". Não saíam de um certo setor da reitoria, onde eram bloqueados. A nossa diretoria, a da primeira, teve uma posição muito firme em relação a isso. O Pavan foi pessoalmente à Reitoria e conseguiu, pela primeira vez, a contratação de um professor que tinha sido vítima de triagem ideológica. Na ver-

dade, a Adusp era uma espécie de anteparo para esses professores não serem prejudicados posteriormente na obtenção de outros empregos possíveis. Dessa forma, a Adusp conseguiu, pela primeira vez, furar o bloqueio e exigir que a reitoria contratasse o referido professor. Ela não levou ao público o problema, naquela época, porque o interessado não concordou. Mas, na prática, conseguiu resolver. Depois, conseguiu ainda a contratação de vários outros professores também sofrendo de triagem ideológica. Então, a Adusp conseguiu inibir um processo que estava se instalando na Universidade, que é a influência direta ou indireta na contratação de pessoal pela presença de Órgão de Segurança na USP. Nós sempre defendemos que os critérios tinham que ser científicos e culturais e não de ordem política ou de repressão. Essa defesa fundamental de liberdade acadêmica foi claramente assumida pela primeira diretoria da Adusp.

Crodowaldo Pavan - Diga-se de passagem, com total apoio do Paiva. Ele estava do nosso lado. Antes estava inibido por algumas razões. Não podia...

José Jeremias - O Paiva estava muito inibido. Mas com a nossa atitude, sentiu-se apoiado. Era um reitor liberal, foi um reitor que perdoou o AI-5 na Universidade, e soube receber a Adusp. Ficou muito contente em receber a Adusp. E a recebeu muito bem depois que nós rompemos as barreiras. Passamos, inclusive, a ter encontros periódicos nos quais defendemos os interesses dos professores da Universidade. Tínhamos discussões acirradas, mas dentro do maior respeito universitário. Ele se filiou à Adusp, passou a ser um associado. Também o vice-reitor da época, o Josué Camargo Mendes se filiou. No início, o Josué foi um pouco reticente, mas depois...

Rocha Barros - A reticência dele acabou no momento em que estávamos aguardando uma entrevista com o reitor. Nesse ínterim, sai do gabinete o reitor da Unicamp, o professor Zeferino Vaz, que eu conhecia. Imediatamente apresentei a ele a ficha de inscrição da Adusp. Ele olhou-a com certa suspeição e de repente disse: "oh! o Pavan é o presidente dessa entidade? Então não tenho dúvidas". E assinou de pronto.

José Jeremias - E ainda disse: "vamos fundar uma idêntica em Campinas".

Crodowaldo Pavan - Nós recebemos telefonemas de vários lugares querendo saber dos estatutos...

Erasmio Mendes - Eu queria analisar isso dentro do contexto da política nacional. Eu diria que as dificuldades que todas as associações, hoje em dia, tem para se constituir advém do fato do governo sempre ver nela um meio, um modo de contestação. E dado o fato de que não havia naquela época a abertura democrática que hoje dizem que há, qualquer associação era desde o início acoimada de contestadora.

Shozo Motoyama - Essa era a opinião da maioria dos docentes?

Erasmio Mendes - É. Nessa Universidade, como em toda sociedade, todo contingente de agrupamento humano, existe uma maioria desinteressada e uma minoria ativa nem sempre

perniciosamente ativa, pois ela pode ser até positivamente ativa, mas há um certo amorfismo por aí. De modo que eu não sei se a Adusp já conseguiu despertar nessa massa amorfa um certo traço de politização universitária, uma consciência da sua posição. Parece que a Adusp ainda não tem uma grande penetração nas massas, nem uma grande influência em suas ações. Ela ainda é tida pelos elementos mais conservadores como necessariamente contestadora por ter nascido numa época na qual a contestação era esperada. Realmente, quando eu deixei a Associação de Auxiliares de Ensino, foi naquele ano dramático de 1968; eu a deixei porque achava que estava exorbitando das minhas funções. Eu convocava as eleições e ninguém comparecia. No dia em que compareceu alguém, achei que não me deveria perpetuar e, senão dentro de uma ditadura, eu iria tornar-me um ditador na Associação. Evidentemente esse não era o meu desejo. Mas se eu tivesse dado conta de que a Associação praticamente iria morrer pela mudança da diretoria, como não havia nada que impedisse a minha reeleição, eu poderia ter sido reeleito e conservado o meu querido amigo Domingos Valente como vice-presidente. Nós teríamos escorado a situação como até então eu sustentara. A antiga Associação tinha como um dos objetivos máximos a reivindicação de bons salários, porque os nossos salários quase sempre estão defasados. Por outro lado, ela atuou decisivamente para a fundação da Fapesp. De modo que tinha duas preocupações: uma de ordem pessoal, traduzida em bons salários, e outra geral, universitária, criando a Fapesp para providenciar os recursos para a pesquisa. Mas um problema importante é saber porque a Associação de Auxiliares de Ensino esmoreceu depois da minha saída. É preciso lembrar que a situação na época do governo Médici era terrivelmente repressiva. Foram os piores anos, anos difíceis. Realmente, quem não tivesse muita vontade, e não tivesse vivo o espírito da Associação, esmorecia. Tanto é que ela custou a se reencontrar. Afinal, são oito anos de estagnação, pois a Adusp só foi fundada em 1976. É verdade que nesse meio tempo houve a Reforma Universitária que tirou o sentido da Associação de Auxiliares de Ensino. Até que se pensasse, tivesse o bom pensamento de fundar uma nova Associação, foram oito anos.

Shozo Motoyama - Aliás, esse é um ponto importante que gostaria de ouvir um pouco mais, inclusive o testemunho do professor Mathias. Parece muito compreensível que houvesse ainda naquela ocasião um medo generalizado, um medo que alcançava até pessoas conhecidas como progressistas. O papel desempenhado pelo grupo inicial, abrindo o processo da constituição da entidade, foi importantíssimo; porém, o apoio dado por cientistas de grande gabarito e renome, como os professores Pavan, Mathias, Antonio Candido, Aziz Simão e também o professor Eurípedes Simões de Paula, parece ter sido decisivo. Então, eu gostaria de ouvir, de um lado, o professor Pavan, porque aceitou um tal desafio quando a coisa ainda estava muito nebulosa. Evidentemente, hoje em dia, é muito fácil,

vido a coisa retrospectivamente, dizer que havia abertura, que não havia perigo. Mas, na época, para a maioria das pessoas, a situação política não estava muito clara, sendo necessária uma grande dose de coragem para assumir uma posição de liderança no processo de abertura. Gostaria de ouvir depois o professor Mathias.

Crodowaldo Pavan - Eu não acho que tenha sido uma questão de coragem ou não coragem. Existia no grupo que estava organizando a fundação um ambiente tão agradável, tão puro, defendendo princípios em que todos nós acreditávamos, que foi muito natural o nosso engajamento. De vez em quando, saíam coisas que na época foram consideradas arrojadas, mas eram todas perfeitamente naturais dentro do espírito da criação da entidade. É verdade que o pessoal tinha muito receio. Por exemplo, quando eu fiz aquele depoimento na Comissão de Inquérito da Assembléia, eu não disse absolutamente nada demais. Lendo aquilo hoje, parece até piada, não tinha nada que pudesse me colocar em má situação. Mas vocês devem estar lembrados, na saída alguns diziam que poderia dar enguiço, que poderia dar complicações etc. Recebi até telefonemas dizendo: “você está louco! Que besteira é essa?”, e outras recriminações. E, de vez em quando, o O Estado de S. Paulo também lascava umas frases de ataque e não sei mais o que. Mas acho que havia um ambiente propício, um contexto tão puro, um sentido de idealismo nas nossas ações muito claro, inclusive perante a comunidade. De modo que não foi necessário coragem nenhuma. Acho, isso sim, que a gente foi envolvida numa coisa muito simpática e se saiu muito bem.

Shozo Motoyama - Coloquei a questão de uma forma provocativa para ressaltar um pouco o ambiente da atuação. Mas, de qualquer modo, continuo convicto de que foi necessário uma certa coragem para deflagrar o processo e outra dose de coragem para apoiá-lo.

Crodowaldo Pavan - É. Mas a coisa estava muito boa. Nós estávamos numa fase gostosa de colaboração.

Simão Mathias - Bem, como diz o Pavan, não se tratou bem de coragem. Nós, que nos formamos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras criamos um certo ideal de universidade, ideal esse que nos marca ainda hoje. De maneira que, desde 64, quando os professores da nossa universidade foram presos e cassados, a nossa atitude, a nossa maneira de proceder, veio de forma totalmente espontânea, porque nos sentimos pessoalmente feridos. Nós, que pusemos a nossa vida, os nossos ideais na Universidade, não poderíamos deixar de lutar por essa instituição. No momento em que ela começou a ficar periclitante, surgiu de um modo natural um movimento espontâneo de defesa dos seus ideais. Estes estavam tão arraigados dentro de nós mesmos que não pudemos deixar de fazê-lo. Quando veio o período de 68, 69, as pessoas como Pavan e eu só não fomos cassados por motivos fortuitos. O Pavan estava fora, nos Estados Unidos, e eu fiquei, sabendo, através do Antonio Candido, que o nome dele e o meu estavam na

segunda lista de cassações. Mas, devido à enorme repercussão da primeira lista, a coisa parou por aí. Em vista disso, passamos nós dois, Antonio Candido e eu, a nos considerarmos moralmente cassados.

Crodowaldo Pavan - Só um parênteses Mathias. Eu viajei depois da crise de 68. Eu passei toda a crise aqui. Infelizmente, tive o infortúnio de assistir uma porção de coisas horrorosas. Eu viajei no fim de 68. Antes, eu tinha passado fora os anos de 63 e 64, mas na época da coisa quente eu estava aqui.

Simão Mathias - Bom, o homem que tinha os mesmos ideais que os nossos era justamente o Eurípedes.

Crodowaldo Pavan - Ah! ele sempre foi do nosso grupo, fazia parte de uma coletividade que tinha os mesmos ideais.

Simão Mathias - É claro que cada um de nós tem uma maneira própria, pessoal, de agir. E ele tinha uma maneira bastante interessante, com aquela bonomia dele.

Crodowaldo Pavan - Eu acho o seguinte, ao falar do Eurípedes, ele podia ser fantástico em tudo, mas a grande qualidade do Eurípedes era a de ser uma pessoa boa. Isso, para mim, vale mais de qualquer outra qualidade — ele era humano, ele sabia sentir o próximo. Estou muito à vontade para dizer isso, porque eu brigava muito com o Eurípedes. Poucas pessoas brigavam com ele quanto eu. Numa reunião do CTA da antiga Faculdade de Filosofia ele chegou a dizer: “eu não quero mais você no CTA, você não vai ser mais membro do CTA”. E nunca mais eu fui membro do mesmo. Apesar disso, pessoalmente, nós nos dávamos muito bem. Quando ele disse que eu não seria membro do CTA, não é que ele tenha feito campanha contra mim, não, eu é que não servia mesmo para o CTA. De qualquer modo, nós brigávamos muito. Mas ele era um indivíduo que a gente precisa respeitar muito pelas suas qualidades humanas pela bondade em primeiro lugar. Para mim, essa qualidade extraordinária valia mais que qualquer outra coisa. Realmente, eu era amicíssimo do Eurípedes por ele ser bom. Ele tinha outras qualidades excepcionais, mas essa era a mais fabulosa para mim.

Simão Mathias - Perfeitamente. Ele era uma pessoa excepcional. E era também muito hábil. Sabia muito bem como contornar situações críticas. Tenho lembrança que muitas vezes eu ia à sala dele para discutir problemas dessas situações críticas, e as minhas opiniões nunca coincidiam com as dele. Ele sempre acabava me respondendo com uma frase. Não sei se o pessoal sabe, mas ele me chamava de quimicamente puro (risos).

Crodowaldo Pavan - Aliás, Mathias, uma classificação que coloca na posição real. Foi bem classificado, muito bom! (risos).

Simão Mathias - Mas foi uma longa convivência, porque fomos da primeira turma da Faculdade. De maneira que fomos amigos desde os bancos escolares, em 1935, até ele falecer.

José Jeremias - A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas representava, sobretudo, um resquício da antiga Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, que na época o profes-

sor Eurípedes passou a representar. Eu conhecia a USP através do Paulo Duarte. Foi ele que me abriu São Paulo. Percebi bem que a Faculdade de Filosofia era uma comunidade que lutava contra a deterioração, contra o regime a que estava submetida, que lutava para não se extinguir. O próprio reitor Orlando Marques de Paiva, em depoimento que fez a mim, numa certa vez, confessou que vários momentos, naquele mesmo momento em que estava se fundando a Adusp, ele tinha recebido pressões para extinguir a Faculdade de Filosofia, mas que ele resistiu às mesmas. Bom, o Eurípedes representava essa defesa da Faculdade. Ele representava essa defesa justamente pela representação que ele tinha em todos os setores da Universidade, pelo seu peso no cômputo geral da Universidade. Porque extinguir a Faculdade de Filosofia era de certa maneira extinguir Eurípedes, era atingi-lo violentamente. De fato, ele lutava com unhas e dentes pela faculdade, representava dentro dela um certo espírito de respeitabilidade, um espírito universitário. Ele enfrentou a burocratização da Universidade usando aquela bonomia, o informalismo, o bom humor. Então, ele estava por cima de todos, dos colegiados, das congregações, das portarias, das disposições, tentando ver as qualidades das coisas, o lado humano assinalado por Pavan. Ele resolvia da melhor maneira possível os problemas que os professores e funcionários apresentavam a ele. Era acima de tudo um diretor acessível e antiburocrático, um administrador em quem nós sentíamos um colega e amigo. Ele conseguia ser informal e antiburocrático mantendo a respeitabilidade. Essa era a característica da personalidade dele. Para mim, isso era fundamental para preservar um certo relacionamento humano que agora creio que perdeu, mas que foi preservado até certo momento. Para ser exato, ainda se preserva em alguns setores, felizmente não está de todo perdido. Em relação à fundação da Adusp, fui com Rocha Barros, num fim de tarde, comunicar a ele que nós estávamos reunidos na Biologia discutindo com um grupo de colegas a fundação de uma entidade de professores da Universidade. Estávamos veiculando a idéia para uma série de pessoas e ele foi uma das primeiras pessoas a ser contactada na Faculdade de Filosofia. Ele recebeu muito entusiasmado a idéia lembrando da sua antiga faculdade. Passou abertamente a ser um defensor da entidade no Conselho Universitário. Ele ajudou inclusive a quebrar um certo clima de animosidade, de atrito, de receio existente na faculdade. Também ele usou a fundação da Adusp como um exemplo. Logo após a fundação da Adusp, ele convocou uma assembléia geral. Na época do 477, ele convocou a segunda assembléia após o AI-5 — a primeira foi aquela da fundação da Adusp. Ele assinou a lista de 80 pessoas convocando a assembléia da Adusp, assumindo conosco a responsabilidade da mesma. Em seguida convoca uma segunda assembléia para discutir o problema da licenciatura curta, cuja implementação estava sendo tentada na época. Então, a Faculdade de Filosofia iniciou uma campanha contra a licenciatura curta. Ai ele assumiu o processo, participou da comissão que tinha sido montada para esse fim. Deu toda força para essa campanha que coincidiu com a

fundação da Adusp. Passou também a dar todo apoio ao desenvolvimento da entidade. Como Rocha citou, permitiu até a utilização da gráfica. Nós não tínhamos dinheiro. Nossa primeira publicação, com o miniprograma e a diretoria, foi impressa na Faculdade de Filosofia como uma oferta da gráfica. Eurípedes sempre acompanhou com entusiasmo a entidade. A presença dele foi muito importante no contexto da Faculdade de Filosofia e no contexto mais geral da Universidade. Penso que a Adusp foi bem fundada. Quero dizer, quando ela conseguiu logo de início adquirir confiabilidade de pessoas expressivas que representavam a melhor tradição na Universidade, nós sentimos que a entidade estava nascida, consolidada com a associação com o que havia de melhor na USP. Naquele momento aquilo era importante.

Crodowaldo Pavan - E nós tivemos também uma boa cobertura jornalística.

José Jeremias - Tivemos. Ela teve uma projeção exterior, tendo a cobertura do O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, da televisão e do rádio. Os deputados também se interessaram. O comparecimento do Pavan à Comissão Parlamentar de Inquérito foi importantíssimo. Aliás, foi o início de uma atitude mais corajosa de discussão pública dos problemas da Universidade de modo bem crítico. Na verdade havia um receio muito grande que nós fomos quebrando aos poucos. Outro aspecto fundamental refere-se ao fato dos professores estarem totalmente dispersos na época. A atuação da Adusp nesse aspecto, provavelmente, só poderá ser sentida a longo prazo, mas é fundamental. Quero dizer, no momento em que as pessoas estavam dispersas, desagregadas, com as relações humanas totalmente desagregadas, uma desconfiança generalizada pela falta de confiabilidade etc, a entidade começa a se bater naquela tecla de união e realizar na prática o conagraçamento docente. Isso influenciou a interdisciplinaridade, quero dizer, influenciou profundamente a produção científica e cultural da Universidade. É claro que isso só pode ser sentido depois de um certo prazo. Hoje convive nas assembléias da Adusp, nos conselhos de representantes, cientistas e intelectuais das mais variadas posições. Eu já participei de reuniões com pessoas que pesquisam as mesmas coisas em diferentes laboratórios que se encontram pela primeira vez e muitas delas com 20 anos de Universidade. Então, abriu-se o caminho para associar pesquisadores que estavam trabalhando isoladamente. A influência da Adusp nesse sentido de conagraçamento docente foi muito interessante. Inclusive serviu para gerar um novo clima de convívio nos departamentos. Os professores passaram a se conhecer. Houve uma mudança de qualidade nas relações das pessoas da Universidade.

Crodowaldo Pavan - Isso foi uma das bases do nosso programa.

Erasmio Mendes - Bom, o ponto que eu gostaria de destacar é o fato tanto da Adusp quanto da antiga Associação deverem muito aos docentes da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Na realidade, eles foram criados dentro de

um espírito, a meu ver, verdadeiramente universitário, sem nenhuma tendência de só ficar fiel a uma faculdade por ser a *almamater*. É claro que também havia elementos eventuais de outras escolas, profissionalizantes, que estavam imbuídos desse espírito, mas não eram a regra. Isso mostra um pouco que a questão da gente se considerar universitário é uma questão importante e que é adquirida durante o seu curso universitário. Se a escola é, por razões históricas, muito personalizada, como a Escola Politécnica, as pessoas não ficam muito universitárias. O professor Paulo Duarte uma vez me disse que teve uma briga muito grande com o professor Camargo, da Escola Politécnica. O professor Garcez promoveu um encontro de reconciliação entre os dois. Eles se deram magnificamente bem. Numa certa altura, o professor Camargo disse ao Paulo Duarte uma coisa muito interessante. As palavras dele são as seguintes: “as nossas brigas são porque o senhor, Dr. Paulo, é um universitário, enquanto eu sou um *polytechnician*”. Eu acho essa briga muito representativa, exemplificando bem o fato da consciência nessa universidade de ser universitário não estar ainda permeando este ou aquele instituto.

Rocha Barros - Exatamente. Inclusive eu faço uma piada a respeito disso. Nós nos burocratizamos após a Reforma Universitária e nos tornamos são-franciscanos. Logo em seguida surge a Adusp que recia esse clima da Faculdade de Filosofia e nós nos mariontizamos, lembrando do famoso saguão da Faculdade de Filosofia sediado na rua Maria Antônia. É, a “Maria Antônia” tem grandes tradições no sentido universitário. Então passamos da atitude típica do Largo de São Francisco para a atitude típica da Maria Antônia com a Adusp. Isso fica consignado como uma piada (risos).

José Jeremias - Acho bom registrar que as duas primeiras pessoas da Faculdade de Filosofia a se entusiasmarem com a Adusp foram Aziz Simão e Eurípedes Simões de Paula. Na Faculdade de Filosofia, enquanto setores tidos inclusive como progressistas recuavam, até com grande receio, os dois se entusiasmaram com a idéia da entidade.

Shozo Motoyama - O pessoal progressista a que você está se referindo seria somente da área de ciências sociais ou abrangeira as outras áreas também?

José Jeremias - Não, de outras áreas também. Há muitas pessoas que até hoje não militam na Adusp e não deram em nenhum momento a sua contribuição à entidade. O importante é que a adesão dos dois na Faculdade de Filosofia foi muito importante. O Aziz foi de um entusiasmo muito grande. Foi à primeira assembléia de fundação e enfrentou-a. Levantou os nomes da primeira diretoria no momento em que um grupo de professores incapazes de entender o significado da entidade estavam propondo o adiamento da fundação. Ele enfrentou esses professores e disse de imediato: “não, temos que começar hoje”. Eram dois ou três professores que não estavam entendendo muito bem o significado dessa fundação. Não concordavam que fosse eleita uma diretoria imediatamente, propondo um

adiamento. Agora, se isso fosse feito aumentaria também os riscos para a formação da entidade. As pessoas que estavam participando da primeira diretoria da Adusp eram pessoas expressivas. Elas desempenhavam um papel importante na defesa dos direitos humanos, na defesa de liberdade intelectual, na defesa da democratização do país. Lá estava o presidente de honra da SBPC, o professor Simão Mathias, a então secretária-geral da mesma entidade, a professora Carolina M. Bori. A Academia de Ciências do Estado de São Paulo estava presente na pessoa do professor Pavan como primeiro presidente. Mais tarde tivemos também a presença da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo na pessoa do professor Dalmo Dallari, que passou a nos dar assessoria jurídica. Mais tarde, já na época da campanha eleitoral da formação das chapas para a diretoria, oito meses depois de fundada a entidade que o Antonio Candido já tinha dado apoio desde o saguão da Faculdade de Filosofia – na ocasião da morte de Herzog–, resolveu participar mais sistematicamente. O Douglas Teixeira Monteiro começou a participar também, além de alguns outros colegas.

Rocha Barros - O envolvimento com a Adusp, principalmente quando se faz parte da diretoria, é de tal forma absorvente que exige sacrifícios na tarefa de pesquisa e docência. Isso ocorreu desde o começo. O Pavan, por exemplo, no meio de uma reunião da Adusp, sendo feita no seu laboratório, entre uma olhada no microscópio e no estado da substância que colocava no mesmo, dizia: “temos de considerar isso, temos que fazer aquilo para a Adusp andar etc.” Depois, voltava para o microscópio, ajustava-o para examinar um determinado material. Quando a gente pensava que ele estava alheio à nossa discussão, de repente, ele parava de observar e intervia com argumentos inteligentes e oportunos (risos). Aliás, a diretoria tinha de se preocupar também com a imprensa, pois desde o início tivemos boa cobertura, principalmente da Folha de S. Paulo e do Estadão.

Shozo Motoyama - Como a imprensa é um meio de comunicação entre uma determinada entidade e a sociedade como um todo, gostaria de saber se foi a imprensa que procurou a Adusp ou o contrário?

Crodowaldo Pavan - Essa sua pergunta é muito interessante. Na verdade, nós vivíamos um período de transição. Na época poucos cientistas gostavam de falar qualquer coisa que não fosse da sua especialidade, quero dizer, eles só davam entrevistas sobre a sua especialidade. Falar sobre os assuntos do governo, falar sobre os assuntos da Universidade, falar sobre outros assuntos era uma espécie de tabu. Por outro lado, a sociedade reclamava por notícias da universidade diante dos novos tempos de abertura. Assim, quando a imprensa constatou que o pessoal da Adusp estava disposto a falar sobre os temas gerais, de acordo com um programa muito amplo que tinha se estabelecido, um grupo de repórteres explorou bem a matéria.

Shozo Motoyama - Acredito que, em linhas gerais, ficaram esclarecidas as circunstâncias históricas da fundação da Adusp na versão dos seus fundadores. Muito obrigado.